

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMO PRESCINDIR DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO CUIDADO E NA INTERAÇÃO
COM OS BEBÊS?

BRUNA GABRIELLA PEDROTTI

Porto Alegre

Março 2019

BRUNA GABRIELLA PEDROTTI

COMO PRESCINDIR DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO CUIDADO E NA INTERAÇÃO
COM OS BEBÊS?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia sob a orientação da Prof.^a Dra. Giana Bitencourt Frizzo.

Porto Alegre
Março 2019

AGRADECIMENTOS

Para que a conclusão deste ciclo fosse possível, algumas pessoas foram fundamentais. Ao longo de todo o processo de construção deste trabalho, direta ou indiretamente, estas pessoas contribuíram de certa forma. Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Dra. Giana Bitencourt Frizzo, por fazer parte da minha trajetória acadêmica desde a metade da minha Graduação e ter me incentivado ativamente a cursar o Mestrado. Ademais, demonstrou diariamente o valor do trabalho em equipe, da convivência harmoniosa com as colegas de grupo de pesquisa e a importância de equilibrar trabalho, estudos e momentos de lazer. Com certeza, todo o investimento feito nesse sentido tornou a minha experiência acadêmica muito mais leve, descontraída, produtiva e prazerosa. Além disso, agradeço pelo carinho, pela ajuda, por todos os *feedbacks* que tanto me encorajaram a evoluir e por todas as conversas, que tanto me inspiraram profissionalmente. Agradeço, ainda, por contribuir para a minha vontade diária de estar na Universidade, trabalhando e estudando com motivação.

Ao pensar em todas as experiências positivas desses dois anos, é impossível não ser grata pelo grupo de pesquisa do qual faço parte. Portanto, agradeço às minhas colegas do Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Famílias com Bebês e Crianças (NUFABE): Monique Schwochow, Manoela Mallmann, Elisa Azevedo, Patrícia Santos, Roberta Machermer, Veronica Chaves, Laura Canani, Vitória Savy, Aline dos Santos, Mary Cardoso, Eduarda Lauryn e Gabriela Resmini, por todos os momentos de troca de conhecimento e de experiência. Ainda, agradeço por serem sempre tão receptivas, calorosas e amáveis, por compartilharem de tantos planos e objetivos. Não poderia esquecer de agradecer, inclusive, por toda a parceria na hora de escrever artigos e projetos e na hora de ingerir calorias. Sou muito grata por fazer parte de um grupo de pesquisa tão unido e tão acolhedor. Gostaria de agradecer, ainda, a uma amiga: Andressa Milczarck. Obrigada por me apresentar este grupo, por ter feito parte da minha trajetória na graduação em Psicologia e, agora, por poder trocarmos experiências na trajetória do Mestrado. Agradeço, ainda, a já citada Monique Schwochow, por ter me ajudado em todos os momentos em que precisei, por todo o conhecimento compartilhado e por toda a parceria.

Em especial, gostaria de agradecer às minhas colegas de projeto. À Elisa Azevedo, por ter idealizado o projeto e me cativado com tantas ideias para explorar o mundo das tecnologias e dos bebês. Ainda, por ter compartilhado comigo uma experiência clínica enriquecedora ao longo dos últimos dois anos, no Centro de Atendimento Pais-Bebê da UFRGS. À Manoela Mallmann, por ter feito parte de todos os momentos que compõem a

experiência de tornar-se Mestre: as aulas teóricas, a escrita do projeto, a pré-qualificação, a qualificação e a prática de docência. Agradeço por ter compartilhado as alegrias, as angústias, as inseguranças e as expectativas que fizeram parte desse percurso, incluindo a escrita desta dissertação. Foi um grande presente ter te conhecido nessa trajetória.

Também agradeço às professoras que fizeram parte da minha banca de defesa do projeto de dissertação: Rita de Cássia Sobreira Lopes, Tagma Marina Schneider Donelli e Zena Eisenberg, por contribuírem com tantos conhecimentos sobre as diferentes instâncias desta temática e por orientarem a construção desta dissertação. Agradeço, também, aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS, que ao longo de toda a minha trajetória acadêmica contribuíram para a minha formação.

Não menos importante, gostaria de agradecer à minha família. Aos meus pais, Marisa e Paulo, por sempre me incentivarem a estudar, a me qualificar e a ingressar na área acadêmica. Obrigada por me proporcionarem a oportunidade de investir no meu conhecimento e por torcerem por mim. Vocês são meus exemplos, por toda a dedicação de vocês ao conhecimento que vocês adquiriram. Aos meus irmãos, Paulo e Giovanni, pelo apoio e pelo amor incondicional, que são a base para a construção de todas as áreas da minha vida. Vocês também são meus exemplos, por toda a dedicação para conquistar o que vocês almejam, por mais desafiador que possa parecer. Ao meu namorado, Luiz Gustavo, por sempre estar ao meu lado, compartilhando de todas as conquistas. Obrigada por todas as palavras de tranquilidade, por todo o apoio, amor e carinho e por toda a parceria ao longo deste percurso. À família Keller, por estarem presentes em todos os momentos, torcendo pelas minhas conquistas e celebrando-as comigo.

Agradeço, ainda, às participantes desta pesquisa, por terem sido tão receptivas e compartilharem um pouco de suas experiências para que fosse possível a elaboração deste estudo. Sou muito grata por conhecer um pouco das suas realidades e por poder contribuir à ciência através de seus relatos.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos disponibilizada. Sou muito grata pela oportunidade de dedicar-me integralmente ao curso, de forma que tenha podido aproveitar ao máximo as oportunidades de aprendizado que me foram oferecidas.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
As primeiras relações pais-bebê e as tecnologias.....	13
Os bebês, o brincar e as novas tecnologias.....	18
Orientações de profissionais sobre o uso de tecnologias por bebês.....	25
JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	27
MÉTODO.....	28
Participantes.....	28
Delineamento e procedimentos.....	29
Instrumentos.....	30
Análise de dados.....	30
Considerações éticas.....	32
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	33
Motivações para evitar o uso de telas.....	33
Orientações de profissionais sobre o uso de telas.....	46
Alternativas ao uso de telas.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXO A.....	75
Parecer Consubstanciado do CEP.....	75
ANEXO B.....	78
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	78
ANEXO C.....	79
Ficha de Contato Inicial.....	79
ANEXO D.....	80
Questionário de Dados Sociodemográficos.....	80
ANEXO E.....	82
Entrevista sobre interação familiar sem uso de tecnologias.....	82

RESUMO

A literatura aponta que muitos estudiosos se preocupam com a influência das novas tecnologias, como tablets e smartphones, no desenvolvimento infantil. Inclusive, sociedades de pediatria de diferentes países posicionaram-se contra a exposição de bebês menores de dois anos de idade às telas. O presente estudo investigou as motivações de mães de bebês de até dois anos de idade para prescindir das novas tecnologias nos momentos de cuidado, interação e entretenimento de seus bebês. Ainda, foram exploradas as orientações de profissionais sobre o uso de telas por bebês recebidas por elas, assim como as alternativas às tecnologias utilizadas pelas mães nesses contextos. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com 8 mães de bebês que tinham entre 3 meses e 23 meses no momento da coleta de dados. As entrevistas foram analisadas a partir de análise temática. Identificou-se que as participantes relacionaram o uso de telas pelos bebês a uma necessidade dos adultos, não dos bebês. Além disso, relataram priorizar atividades que propiciassem a interação com os filhos. Apesar da maioria das mães não ter recebido orientações de profissionais sobre o uso de telas por bebês, a busca por conhecimento científico sobre o assunto influenciou a escolha de algumas mães em não oferecer telas aos filhos. As alternativas às telas usadas pelas mães relacionavam-se a brinquedos tradicionais que estimulassem a criatividade dos bebês, realizar tarefas enquanto os bebês dormiam ou na presença de outro cuidador, ou ainda incluir o bebê na atividade, quando possível. Para acalmar os bebês, as mães optavam por oferecer colo a eles, conversar com eles e distraí-los, tirando o foco do que os chateou. Percebe-se que a escolha por não oferecer telas aos bebês está relacionada ao entendimento das mães de que, neste momento do desenvolvimento, as telas não são indicadas para os bebês e que outros recursos são mais benéficos. Além disso, as mães relataram estar disponíveis para atender as demandas dos filhos, priorizando a interação com eles às suas tarefas. Os resultados desta pesquisa oferecem um contraponto aos estudos que exploram a opinião das mães cujos bebês são expostos às telas diariamente, indicando as perspectivas contrastantes das mães de bebês quanto ao uso das telas.

Palavras-chave: Novas tecnologias; tela; interação mãe-bebê; recomendações; estudo qualitativo.

ABSTRACT

How to prescind new technologies in infant care and interaction?

The literature points out that many researchers are concerned about the influence of new technologies, such as tablets and smartphones, on child development. In addition, pediatric societies from different countries have positioned themselves against the exposure of infants under two years of age to screens. The present study investigated motivations of mothers of infants up to two years of age to avoid the use of technology in the different contexts of care, interaction and entertainment of their children. Also, we explored the guidelines on the use of technologies by infants received by mothers, as well as the alternatives to technologies used by the mothers in these contexts. Individual semi-structured interviews were conducted with 8 mothers of infants who had between 3 months and 23 months at the time of data collection. The interviews were analyzed based on thematic analysis. It was identified that the participants related the use of screens by the infants to a need of the adults, not of the infants. In addition, they reported prioritizing activities that allowed interaction with their children. Although most mothers did not receive professional advice about the use of screens for infants, the search for scientific knowledge on the subject influenced the choice of some mothers in not offering screens to their children. Alternatives to the screens used by the mothers were related to traditional toys that stimulated the creativity of the children, performing tasks while the infants slept or in the presence of another caregiver, or even include the child in the activity, when possible. To calm the children, the mothers chose to pick them up on the lap, talk to them, and distract them, diverting attention from what upset them. It can be seen that the choice of not offering screens to children is related to mothers' understanding that, at this point in time, screens are not suitable for infants and that other features are more beneficial. In addition, mothers reported being available to attend the demands of their children, prioritizing the interaction with them to their tasks. The results of this research provide a counterpoint to studies that explore the views of mothers whose infants are exposed to the screens daily, indicating the contrasting perspectives of the infants' mothers regarding the use of the screens.

Keywords: New technologies; screen; mother-infant interaction; recommendations; qualitative study.

APRESENTAÇÃO

A atual geração de crianças e adolescentes está imersa em um ambiente digital (Chassiakos, Radesky, Christakis, Moreno, & Cross, 2016; Haughton, Aiken, & Cheevers, 2015; Radesky & Christakis, 2016). Com o início do século XXI, o uso da tecnologia possibilitou muitos avanços, criando um mundo novo de conhecimentos e possibilidades sem precedentes nas gerações anteriores (American Academy of Pediatrics, 2011; Livingstone & Smith, 2014; Radesky & Christakis, 2016). Entretanto, o que parece pouco divulgado é que entidades como a *American Academy of Pediatrics* (AAP) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) orientam que bebês de até 18 meses (AAP, 2016) e até 24 meses (SBP, 2016), respectivamente, não sejam expostos a essas tecnologias. Todavia, diversos estudos têm mostrado que estas orientações não têm sido seguidas (Cristia & Seidl, 2015; Duch, Fisher, Ensari, & Harrington, 2013; Kabali et al. 2015; Radesky, Silverstein, Zuckerman, & Christakis, 2014b).

Tendo em vista que este é um fenômeno recente, os estudos que buscam compreender esta nova realidade ainda são incipientes e têm explorado aspectos mais gerais, a fim de ter noções básicas para seu entendimento inicial. Alguns autores, inclusive, mencionam as exigências e as pressões sentidas pelos adultos, em nosso contexto atual, para que se mantenham conectados e para que correspondam às demandas da sociedade e do mercado (Pinto, Jales, Andrade, & Santos, 2016). Com isto, pais e mães encontram nas mídias digitais uma forma de manter seus filhos entretidos, para que possam se ater às suas próprias tarefas.

Este estudo faz parte de um projeto maior, intitulado “Os bebês, as famílias e o uso das tecnologias: um estudo multi-métodos para o desenvolvimento infantil” (Frizzo et al., 2017), que objetiva compreender como as tecnologias têm sido utilizadas nas famílias com bebês de até três anos e qual a influência do uso dessas tecnologias para o desenvolvimento dos bebês.

Desta forma, considerando-se as orientações das sociedades de pediatria de desencorajar o uso de tecnologias por crianças menores de dois anos de idade, é importante compreender como as mães agem para prescindir desse recurso na interação com seus bebês, em um mundo permeado por tecnologias. O presente estudo, portanto, pretende investigar as motivações de mães de bebês de até dois anos de idade para prescindir das novas tecnologias nos momentos de cuidado, interação e entretenimento de seus bebês. Ainda, pretende-se explorar as orientações de profissionais sobre o uso de telas por bebês recebidas por elas, assim como as alternativas às tecnologias utilizadas pelas mães nesses contextos.

INTRODUÇÃO

As novas tecnologias – como os *tablets* e *smartphones* – oferecem uma infinidade de recursos condensados em um só lugar: aplicativos de jogos, televisão, vídeos, internet, editores de texto, redes sociais, câmera fotográfica, etc. Nestes aparelhos, foram concentrados todos estes recursos em apenas um dispositivo, que é compacto e portátil. Entretanto, tendemos a vivenciar com estranhamento a chegada de recursos que têm o potencial de modificar nossa maneira de vivenciar a realidade. Quando a televisão passou a fazer parte do cotidiano das famílias, houve uma discussão em torno da possibilidade de que as famílias não mais conversariam entre si e que isso afetaria a relação entre seus membros (Wagner, Mosmann, Dell’Aglío, & Falcke, 2010).

Posteriormente, a mesma discussão surgiu em torno da influência da internet para as relações interpessoais. Em detrimento deste recurso, muitos aspectos da forma como nos relacionamos, nos entretemos e adquirimos conhecimento mudou. Em um primeiro momento, muitas famílias faziam uso da televisão (e dos vídeos cassete, que evoluíram para os DVD’s) para o entretenimento das crianças – que poderiam passar horas assistindo aos programas e aos filmes que haviam locado. Já com o advento da internet, as crianças passaram a dominar também este recurso, que por muito tempo era limitado devido ao seu custo e conexão à linha telefônica.

Porém, cabe destacar que, tanto a televisão, quanto computadores e também vídeo games eram dispositivos fixos, que se restringiam ao uso que as famílias faziam em suas casas. Com os *smartphones* e *tablets*, o acesso à tecnologia passou a ser ilimitado, tanto em recursos, quanto em acessibilidade. Desta forma, uma nova discussão acerca do impacto que este artifício pode trazer à nossa realidade destacou-se atualmente (Chassiakos et al., 2016; Radesky et al., 2014b; Kabali et al., 2015). Especificamente, muitos questionamentos surgiram em relação à influência do uso de novas tecnologias por bebês e crianças pequenas – que já nasceram em meio a este contexto. Alguns autores (Wagner et al., 2010) referem a importância de discutir os desafios que estas mudanças podem gerar, considerando as características das famílias em si, e de que forma essas características precisam ser flexibilizadas a fim de incorporar os aspectos desta nova realidade, sem que interfira nos valores e na identidade familiar.

Devido às suas particularidades, as tecnologias podem ser consideradas de duas maneiras: mídias passivas e mídias ativas. As mídias passivas, como a televisão e rádio, agora cedem espaço para as mídias ativas, que promovem um acesso instantâneo e interativo (Chassiakos et al., 2016). Estas últimas, que englobam *smartphones*, computadores, *tablets* e

jogos virtuais, estão em constante evolução e se tornando cada vez mais utilizadas (Chassiakos et al., 2016; Lauricella, Wartella, & Rideout, 2015; Livingstone & Smith, 2014; Radesky et al., 2015a; Radesky, Schumacher, & Zuckerman, 2015b).

Portanto, estudos que busquem compreender as influências das novas tecnologias e mídias são necessários, mas ainda escassos (Lauricella et al., 2015; Radesky & Christakis, 2016; Vanderwater et al., 2007), uma vez que este é um fenômeno historicamente recente. Nesse sentido, os estudos mais comuns se referem ao uso de mídias passivas, como televisão e DVD's (Zimmermann, Christakis, & Metzliff, 2007), realizados antes da proliferação de *tablets* e *smartphones* (Radesky et al., 2015b). Entretanto, Radesky e Christakis (2016) consideram prudente associar os achados desses estudos para as novas tecnologias, como estudos sobre as possíveis influências das telas no desenvolvimento infantil, principalmente quanto a sintomas de comportamento agressivo, tendência à obesidade e alterações no sono.

Estudos recentes (AAP, 2011; Chassiakos et al., 2016; Eisenstein & Estefenon, 2011; Haughton et al., 2015) têm apontado os riscos e benefícios do uso dessas tecnologias. Um dos benefícios apontados pela literatura é a capacidade de aprendizado através do uso de vídeos (Dayanim & Namy, 2015). O estudo de Dayanim e Namy (2015), realizado longitudinalmente ao longo de quatro semanas, com 92 bebês norte-americanos, buscou compreender se há diferenças entre o aprendizado da Língua Americana de Sinais por bebês através de ensinamentos por vídeos com e sem suporte dos pais ou através do ensinamento tradicional dos pais exclusivamente, comparado a um grupo controle. Os autores observaram aprendizado através das três condições experimentais, mas perceberam uma tendência para uma aprendizagem mais robusta nas condições de suporte dos pais, independente do meio. Estes resultados reforçam a importância da mediação dos pais em relação ao uso das mídias por bebês. Em contrapartida, o estudo de DeLoache et al. (2010), em que foi examinado o número de novas palavras que bebês de 12 a 18 meses aprenderam ao ver um DVD popular várias vezes por semana durante quatro semanas em casa, identificou que as crianças que assistiram ao DVD não aprenderam mais palavras naquele período do que o grupo controle. Portanto, os autores concluíram que as crianças aprendem relativamente pouco da mídia infantil e que os pais tendem a superestimar o quanto seus filhos aprendem através desta.

Além disso, foi identificada a possibilidade de transferência de aprendizado da tela para objetos 3D e vice-versa (Zac & Barr, 2016). Foi realizada uma tarefa semi-naturalista, em que 50 mães de bebês australianos de 15 meses de idade receberam um objeto 3D e uma imagem estática do objeto apresentado em um dispositivo *touchscreen*. As mães tiveram cinco minutos para ensinar a seu bebê que um botão no brinquedo real funcionava da mesma maneira que um botão virtual no dispositivo (ou vice-versa). Os resultados indicaram que os

bebês foram tão bem-sucedidos na direção de transferência de 3D para 2D como na direção de transferência de 2D para 3D. Inclusive, os bebês apresentaram 19 vezes mais probabilidades de sucesso para a transferência do aprendizado entre a tela sensível ao toque e o objeto real quando estavam em uma díade de alta qualidade interacional, mesmo depois de controlar os níveis de atividade infantil. Este estudo corrobora a importância da mediação dos pais no aprendizado dos filhos, bem como o potencial de interações pais-bebê de qualidade.

Já os riscos alertam para problemas de autorregulação, como no estudo de Radesky et al. (2014b), a ser detalhado posteriormente, e maior incidência de obesidade (AAP, 2016), como apontado no estudo de Willis, Roberts, Berry, Bryant e Rudolf, (2016), realizado no Reino Unido com 1100 pais de crianças em idade escolar, a fim de investigar aspectos relacionados ao estilo de vida das famílias e obesidade. Os resultados indicaram uma relação positiva entre tempo de tela e comportamentos sedentários, que podem levar à obesidade. Inclusive, diversos autores apontam para a influência negativa das mídias digitais no sono das crianças (Magee, Lee, & Stewart, 2014; Cheung, Bedford, Saez de Urabain, Karmiloff-Smith, & Smith, 2017; Vijakhana, Wilaisakditipakorn, Ruedeekhajorn, Pruksananonda, & Chonchaiya, 2015).

Com o objetivo de examinar se existem relações bidirecionais entre a duração do sono e o uso da mídia entre crianças, Magee et al. (2014) realizaram um estudo com uma amostra representativa de 3427 crianças australianas e os dados foram coletados longitudinalmente, aos quatro, aos seis e aos oito anos de idade das crianças. Os resultados confirmaram a hipótese dos autores de que há uma relação bidirecional entre o uso de mídias e o tempo de sono em crianças, indicando que uma maior frequência de uso de mídias implica em um menor tempo de sono.

Neste sentido, Cheung et al. (2017) realizaram um estudo no Reino Unido com 715 pais de bebês e crianças que tinham entre seis e 36 meses de idade, a fim de examinar se a frequência de uso de telas *touchscreen* está associada ao sono em bebês e crianças. Para tanto, os autores disponibilizaram uma pesquisa *online*, que explorava aspectos do uso de mídia e características dos padrões de sono das crianças. Os resultados do estudo indicaram uma associação significativa entre o uso de *touchscreens* e características do sono, como a redução do tempo de sono e a demora em iniciar o sono (tanto noturno, quanto diurno). Entretanto, nenhum efeito significativo foi observado para o número de despertares noturnos.

Da mesma forma, Vijakhana et al. (2015) realizaram um estudo com 208 bebês tailandeses de seis meses de idade, investigando se a exposição da mídia noturna, o uso de mídias no quarto e a duração do sono noturno aos seis meses de idade estavam associados à duração do sono noturno aos 12 meses de idade, naqueles bebês. Foi utilizado um diário de

sono para documentar o início do sono e o tempo de vigília em cada visita realizada às famílias participantes, sendo que a duração do sono noturno foi então calculada em ambas as idades e a exposição às mídias no domicílio foi avaliada em profundidade em ambas as visitas. Os autores concluíram que os bebês expostos às telas à noite aos seis meses de idade tiveram seu sono noturno reduzido aos 12 meses de idade, comparados a um grupo controle. Portanto, parece haver um consenso entre os estudiosos do assunto quanto à influência negativa das telas no sono de bebês e crianças.

Além disso, identifica-se uma associação negativa com aspectos cognitivos e de linguagem (Anderson & Hanson, 2013), uso de dispositivos móveis para acalmar ou distrair as crianças (Kabali et al., 2015; Radesky, Peacock-Chambers, Zuckerman, & Silverstein, 2016b) e um paradoxal isolamento e falta de comunicação do afeto nas famílias, no meio de uma rede de tantos contatos e conexões virtuais (Eisenstein & Estefenon, 2011; Radesky et al., 2014b; Radesky et al., 2015b), assuntos que serão abordados ao longo deste estudo.

Destacam-se o estudo de Bentley et al. (2016), feito no Reino Unido com 26 mães de crianças entre dois e quatro anos, e o estudo de Brown e Smolenaers (2018), realizado na Austrália com nove famílias com bebês de até dois anos de idade. Através de entrevistas semiestruturadas, os dados obtidos indicaram que a oferta de televisão e *tablet* era comumente feita por pais e mães como forma de distrair seus filhos para que pudessem realizar tarefas domésticas (Bentley et al., 2016; Brown & Smolenaers, 2018), para que pais e mães pudessem dormir mais pela manhã e ter um descanso dos filhos (Bentley et al., 2016) ou para distraí-los em momentos de cuidados (Brown & Smolenaers, 2018).

A partir de uma busca de artigos científicos nas bases de dados PsychInfo, Periódicos CAPES, IndexPsi e Google Acadêmico, identificou-se uma carência de estudos no contexto brasileiro sobre o uso de novas tecnologias associado à interação pais-bebê. São encontrados na literatura brasileira predominantemente estudos relacionados às possibilidades do uso da tecnologia no ambiente escolar, como evidenciado nos estudos de Bona e Maia (2012), que observaram em seus resultados a perspectiva da tecnologia como uma ferramenta de aprendizagem lúdica e atrativa, e de Martins e Castro (2011), que alertam para o risco de que o empoderamento dado às crianças pelo acesso à tecnologia se torne vazio e ressaltam o papel da educação em ajudar a atribuir um sentido para o uso desse recurso.

Embora haja alguma produção brasileira sobre as novas tecnologias, a maior parte dos estudos é proveniente dos Estados Unidos e aborda a exposição e o uso das mídias digitais - como *tablets* e *smartphones* - e televisão, por crianças e adolescentes, principalmente com foco na relação do tempo de exposição às telas e atividade física (Carson, Rosu, & Janssen, 2014; Hesketh, Hinkley, & Campbell, 2012; Willis et al., 2016). São poucos

os trabalhos que se concentram na faixa etária de crianças menores de três anos, como ressaltado por Duch et al. (2013) em sua revisão sistemática sobre o tempo de uso de telas.

No estudo conduzido por Zimmermann et al. (2007), com pais de crianças de dois a 24 meses, com uma amostra de 1009 famílias norte americanas, foi descrito que 40% dos bebês com três meses já estavam assistindo à televisão, DVD ou vídeos, enquanto esse número cresceu para 90% aos 24 meses da criança. A média em que começam a assistir à televisão é de nove meses de idade. A maioria das justificativas dos pais de por que a criança está exposta a essas mídias girou em torno de considerarem um meio educacional, de entretenimento ou servir como “babá” para as crianças. Os autores mencionam a escassez de outros estudos sobre a exposição de crianças de menos de dois anos à televisão e vídeos, além de ainda não estar claro o que pode ser generalizado de outros estudos para os menores de dois anos.

Nesse sentido, a relação entre a autoeficácia materna para limitar a exibição de televisão a bebês e o tempo de exibição de televisão a estes foi avaliada por Hnatiuk et al. (2015). Participaram do estudo, que ocorreu durante 15 meses na Austrália, 404 mães de bebês entre quatro e 19 meses de idade. Os resultados indicaram que as mães que demonstraram uma autoeficácia persistentemente elevada ou crescente tiveram crianças com menor tempo de visualização da televisão aos 19 meses. Inclusive, mães de crianças com temperamentos considerados difíceis eram menos propensas a ter autoeficácia persistentemente elevada. Os autores destacam que seus achados corroboram a literatura, que indica que, devido ao temperamento da criança considerado difícil ou muito ativo, os pais podem utilizar a televisão para distraí-la ou acalmá-la, ou ainda podem apresentar menor tendência a restringir o acesso à televisão quando a criança quer assistir.

Já Carson e Janssen (2012) realizaram um estudo no Canadá com pais de 746 crianças entre zero e cinco anos de idade, que teve por objetivo examinar associações entre fatores intrapessoais, interpessoais e físicos do ambiente dentro do ambiente doméstico e o tempo de exposição às telas entre crianças pré-escolares. Os autores indicaram que vários fatores estavam associados com o tempo de exposição das crianças às telas, como aspectos intrapessoais, interpessoais e físicos do ambiente dentro da casa. A idade, as atitudes e barreiras parentais, as normas descritivas dos pais, o tempo que os pais assistem à televisão e a existência de uma televisão no quarto foram preditores positivos do tempo de exposição. Em contrapartida, a educação dos pais, a renda dos pais e a autoeficácia parental eram preditores negativos do tempo de exposição das crianças às telas.

Entretanto, as diferenças de desenvolvimento nos bebês, em comparação às crianças mais velhas, tornam importante ater-se a este grupo etário separadamente (Duch et al., 2013).

Além disso, esses autores destacam que bebês e crianças pequenas dependem de seus pais para terem acesso a essas tecnologias, já crianças mais velhas podem expressar mais facilmente suas atividades de preferência e têm mais autonomia para tomar decisões sobre suas atividades de lazer.

Nesse sentido, surgem questionamentos sobre as motivações do desenvolvimento destes recursos, como “para quê” e “para quem”. Como dispositivos desenvolvidos por pessoas, a fim de suprir suas próprias necessidades e de outrem, seus objetivos foram alcançados, de forma que houvesse uma grande aderência em seu uso. Assim, compreender quais são e de quem são estas necessidades pode ajudar a entender de que forma estes artifícios estão influenciando nossa realidade. Atendo-se ao foco deste trabalho, que se refere ao (não) uso deste recurso por famílias com seus bebês, destaca-se a relevância de questionarmos sobre as reais motivações e implicações do acesso às novas tecnologias pelos bebês.

As primeiras relações pais-bebê e as tecnologias

Dentro de diferentes perspectivas teóricas, existe consenso sobre a importância das interações iniciais. As relações estabelecidas pelos bebês com os seus cuidadores, principalmente a figura materna, constituíram objeto de estudo e reflexão de diversos teóricos que conferiram importância aos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano (Bowlby, 1989; Brazelton, 1992; Mahler, 1979/1982; Stern, 1997; Winnicott, 1987/2006).

Um dos grandes desafios do ciclo vital é tornar-se pai e mãe. Surgem novas exigências, como reorganizar-se na vida pessoal, conjugal e familiar (Ferreira, Monteiro, Fernandes, Cardoso, & Veríssimo, 2014). Em meio a este processo, os laços e o vínculo afetivo vão se construindo a partir das primeiras vivências entre os pais e o bebê. Desta forma, as primeiras relações estabelecidas, que geralmente ocorrem com os pais, mostram-se essenciais para o desenvolvimento do bebê. Portanto, a qualidade destas interações tem importantes implicações do ponto de vista emocional, já que as primeiras relações entre pais e bebê vão instaurar as bases da saúde mental no indivíduo (Winnicott, 1987).

Entende-se que a mãe, juntamente ao pai e demais familiares, representa o ambiente para o bebê, que exerce sobre ele grande influência emocional, inclusive sobre como ele perceberá o mundo em suas experiências futuras (Silva & Porto, 2016). Winnicott (1963/2008), em sua teoria, descreve três estágios fundamentais para o desenvolvimento do bebê: dependência absoluta, dependência relativa e rumo à independência. No primeiro estágio, a mãe se configura como o ambiente favorável que leva aos processos de integração do bebê, provendo-lhe a satisfação de todas as suas necessidades. Inicialmente, o bebê é

completamente dependente da mãe, o que exige desta um alto grau de adaptação a ele. Posteriormente, o bebê precisa se adaptar, gradualmente, a falhas na adaptação anteriormente referida, desenvolvendo a capacidade de espera por sua satisfação (Winnicott, 1963). Assim, o bebê vai percebendo sua dependência de alguém externo a ele, comumente a mãe, construindo sua noção de diferenciação entre o eu e o não-eu. A função da mãe neste momento, portanto é oferecer experiências de presença e também de ausência, tolerar as atitudes hostis do bebê e também opor-se a ele de diferentes formas, sustentando a satisfação do bebê, mas também provendo a não satisfação completa deste (Pelento, 1991).

Os primeiros momentos vivenciados pela díade mãe-bebê propiciam que, gradualmente, ocorra a construção do vínculo emocional. A partir de um processo de adaptação mútua e de um investimento ativo da mãe e do bebê, o vínculo é constituído (Figueiredo, 2003). Portanto, os momentos como as trocas de olhares, a amamentação e o próprio toque se constituem como os principais momentos da interação mãe-bebê. Os sinais que o bebê emite em resposta ao investimento da mãe, como o sorriso, o choro e vocalizações, mostram-se essenciais para que a mãe se sensibilize e, então, desperte nela a responsividade materna, retroalimentando este processo (Silva & Porto, 2016).

Além disso, sabe-se que os dois primeiros anos de vida têm grande importância a longo prazo, visto que este é o período em que os comportamentos referentes à saúde da criança começam a se estabelecer (Haughton et al., 2015; Radesky & Christakis, 2016). Nessa fase, as crianças ainda estão desenvolvendo suas habilidades cognitivas, linguísticas, sensório-motoras, de autorregulação e emocionais, o que exige uma exploração prática e interação social com cuidadores confiáveis, para que se dê uma maturação bem-sucedida. Desta forma, Peres, Dias, Suassuna, Almeida, Guedes e Sanches (2012) destacam que, além das habilidades citadas, o próprio psiquismo se constitui a partir da prática social, o que decorre do fato de que as relações modelam a percepção que o sujeito tem da realidade e a forma como se adquire novos conhecimentos. Assim, a privação do sujeito às relações interpessoais, principalmente nos primeiros anos de vida, pode levar a déficits no desenvolvimento cognitivo.

Por conseguinte, os autores afirmam que a redução da interação e a limitação do estabelecimento de vínculos saudáveis presenciais tanto na infância quanto na adolescência podem trazer tanto grandes prejuízos para o desenvolvimento cognitivo, quanto para a aquisição de habilidades básicas ao relacionamento interpessoal, expondo os sujeitos a uma maior vulnerabilidade ao trauma psicológico, decorrente do limitado repertório de enfrentamento e superação de conflitos (Peres et al., 2012). Do mesmo modo, alguns autores têm apresentado preocupações quanto à redução das interações presenciais em função do uso

das tecnologias no contexto familiar, já que esta prática tem sido associada a uma diminuição de interações entre pais e crianças (Anderson & Hanson, 2013; Radesky et al., 2014b). Inclusive, como apontado no estudo de Anderson & Hanson (2013), tem-se um certo consenso de que a aprendizagem através do uso de tecnologias antes dos dois anos e meio parece ser bastante limitada.

Para o bebê, quando ainda não foi constituída a noção de realidade interna e realidade externa, a realidade que observa é criada por ele e suas necessidades, em sua percepção, ele mesmo tem o poder de suprir – como uma experiência de onipotência (Winnicott, 1962/2008). Deste modo, os objetos, imagens e conteúdos que forem apresentados a ele serão vistos por ele como o reflexo de si próprio, ou como sua própria criação, existindo ali com a função de lhe satisfazer de alguma forma. Tendo em vista que o bebê olha para o outro e enxerga a si mesmo (Winnicott, 1975), bem como considerando-se a importância do manejo em momentos em que a criança precisa lidar com sua frustração, questiona-se as possíveis influências do uso das telas como ferramentas para acalmar os bebês e distraí-los (Kabali et al., 2015; Radesky et al., 2016b) como preferência a outras alternativas.

Entende-se que é indiscutível a importância das interações face-a-face entre pais e filhos, como trocas de olhares e de afeto, para o adequado desenvolvimento infantil (Peres et al., 2012), entendidas como insubstituíveis pelas interações virtuais (Chassiakos et al., 2016; Radesky et al., 2014b) ou mesmo pela televisão, que pode se constituir em um distrator da interação entre pais e filhos (Anderson & Hanson, 2013). Por exemplo, um estudo realizado nos Estados Unidos (Radesky et al., 2015a) examinou as associações do uso de dispositivos móveis por mães com a frequência das interações entre mãe-filho durante uma tarefa estruturada de laboratório com 225 díades. Foram realizadas filmagens a partir de um protocolo padronizado, a fim de caracterizar como as mães e os filhos interagem quando eram experimentados alimentos familiares e introduzidos alimentos desconhecidos. Foram examinadas as associações de uso de dispositivos pelas mães com um número total de verbalizações e interações não verbais maternas, bem como incentivos maternos e desânimos direcionados à criança. Identificou-se que o uso de dispositivos móveis foi associado a menos interações com as crianças, particularmente menos interações não verbais, já que as mães ficavam mais atentas às mídias do que à criança.

Outro estudo neste sentido foi realizado, com o objetivo de compreender o ponto de vista dos pais sobre seu próprio uso de dispositivos móveis, Radesky et al. (2016a) realizaram um estudo com 35 cuidadores de crianças de zero a oito anos de idade, sendo os cuidadores falantes da língua inglesa. Os participantes incluíram 22 mães, nove pais e quatro avós, sendo que a amostra apresentava diferentes origens étnicas, níveis educacionais e status de emprego.

Através de entrevistas semiestruturadas em profundidade, em grupo e individuais, os resultados indicaram que os participantes expressaram consistentemente um alto grau de tensão interna em relação ao seu próprio uso de tecnologia móvel, que se concentrou em torno de três temas relevantes: tensões cognitivas (multitarefa entre trabalho e crianças, levando à sobrecarga de informação/função), tensões emocionais (efeitos indutores e redução de estresse), e tensões em torno da díade pai-filho (interromper rotinas familiares e servir como uma ferramenta para manter a paz).

O primeiro tema foi permeado por questões referentes à possibilidade de trabalhar remotamente, permitindo aos cuidadores ficarem mais tempo em casa com as crianças, mas vivenciando uma maior pressão para se manterem conectados ao trabalho ou aos amigos. Esta demanda surgia pelo desejo de serem vistos como bons empregados, ou por medo de perderem algo importante relacionado ao trabalho ou à vida social, o que levava à sobrecarga dos cuidadores (Radesky et al., 2016a). O segundo tema incluía o uso dos dispositivos móveis como uma forma de aliviar o estresse ou o tédio ao cuidar das crianças, acessando redes sociais e demais aplicativos como uma forma de reduzir as tensões. Entretanto, sentimentos ambivalentes quanto a isso se mostraram presentes, por questionarem sobre o quanto este escape é saudável e por se sentirem dependentes dos aplicativos. O terceiro tema incluía a descrição do uso de dispositivos móveis de forma individual, não como uma forma de interação familiar. Os pais relataram sentirem-se mais presentes com os filhos quando não dividiam sua atenção entre eles e os dispositivos, o que percebiam ser mais prazeroso para as crianças também. Em contrapartida, relataram a eficácia de utilizar as tecnologias como forma de manter a calma no ambiente, de maneira que tanto os pais quanto as crianças ficassem entretidas e, portanto, fossem evitados conflitos familiares (Radesky et al., 2016a).

A recente revisão da literatura sobre as distrações dos pais com dispositivos móveis enquanto cuidam de seus filhos e as implicações disso na relação pais-filhos, realizada por Kildare e Middlemiss (2017), proporciona uma visão geral deste fenômeno. A revisão englobou publicações até novembro de 2016, incluindo 27 estudos. Em seus resultados, as autoras destacam que a conexão contínua proporcionada pelos dispositivos móveis, aliada à pressão social para responder às chamadas e mensagens recebidas está levando a um uso mais frequente e a uma dependência destes recursos. Além disso, os estudos analisados apontam para uma diminuição das interações entre pais e filhos, bem como interações de menor qualidade, uma vez que os pais, enquanto voltados aos *smartphones*, tendem a ser menos sensíveis e responsivos tanto verbalmente quanto não verbalmente às requisições dos filhos por atenção. Observam-se, nestes estudos, preocupações quanto ao uso destes dispositivos e a sua contribuição para conflitos familiares (Kildare & Middlemiss, 2017).

Já no intuito de explorar fatores de saúde mental materna e uso de televisão, Bank et al. (2012) realizaram um estudo nos Estados Unidos, com 84 mães de bebês entre seis e nove meses de idade, em que buscaram comparar o tempo de uso da televisão por mães deprimidas e seus bebês em relação a mães sem o diagnóstico. Evidenciaram que famílias com mães deprimidas viram duas vezes mais televisão do que as famílias com mães sem o diagnóstico, e que as mães deprimidas pareciam ter um prazer comparativamente maior em relação à televisão. A depressão materna foi associada a uma maior exposição ao conteúdo dirigido a crianças e aos bebês participantes, embora não tenha sido associada a uma maior exposição à programação dirigida a adultos. As mães deprimidas também relataram ter menos probabilidade de se sentar e conversar com seus filhos durante o uso da televisão ou consultar fontes externas de informações sobre mídia.

Entretanto, um estudo americano indicou que crianças com menos de três anos passam pelo menos cinco horas e meia em frente à televisão, ainda que envolvidas em outras atividades, como brincadeiras e alimentação (Anderson & Hanson, 2013). Em boa parte desse tempo, a programação da televisão não era dirigida ao público infantil, sendo que os autores do estudo destacam que diversos estudos já realizados apontaram a relação entre esse tipo de programação e a redução das interações entre pais e filhos, além de relacionar-se, também, a um menor desempenho no desenvolvimento cognitivo e de linguagem (Anderson & Hanson, 2013).

Tendo isso em vista, Wagner et al. (2010) destacam que pesquisadores estudiosos da organização familiar evidenciam que a interação familiar estabelecida define a forma como as famílias lidam com as novas tecnologias. Assim, o uso abusivo desses recursos, bem como as dificuldades decorrentes disso, revelariam fragilidades na organização e no estabelecimento de regras pela família, bem como em sua comunicação. Portanto, os problemas que podem advir do uso excessivo ou inadequado das tecnologias estariam relacionados a questões prévias da família, que influenciariam na forma de uso destes artifícios. Assim, pais que têm dificuldades de estabelecer limites ou regras, ou mesmo resistem em ocupar-se de seus bebês e de interagir com eles podem encontrar nas telas uma alternativa (Bank et al., 2012; Carson & Janssen, 2012; Hnatiuk et al., 2015).

O desafio que estes novos recursos e esta nova forma de vivenciar a realidade nos apresenta está em saber incorporar estes aspectos da contemporaneidade sem que isso interfira nas relações familiares, na interação entre pais e filhos e também no que entendemos como desenvolvimento saudável. Desta forma, questionamentos incitam a reflexão e instigam a busca por conhecimento deste fenômeno. Compreender de que forma os bebês estão vivenciando o mundo atualmente, como estão desenvolvendo a capacidade de autorregulação

e aprendendo a esperar por aquilo que desejam, como os pais estão inserindo na vida dos bebês os limites e a necessidade de tolerar frustrações e, ainda, como está sendo para os pais ocupar-se de seus bebês em um momento em que eles próprios estão imersos em uma realidade fugaz e imediatista se torna essencial.

Os bebês, o brincar e as novas tecnologias

Como os bebês ainda não vocalizam suas necessidades e as expressam de outras formas, como através do choro, cabe aos pais e cuidadores interpretar e identificarem aquilo de que seus bebês estão precisando. Em sua grande parte, as necessidades do bebê se referem à fome, sono, necessidade de trocar sua fralda, desconfortos e necessidade de atenção e carinho. Nesta última, enquadram-se a vontade de interagir, de brincar, de realizar trocas e de aninhar-se ao contato físico. Nesta idade, especificamente, a interação e o brincar ocorrem de forma natural – como nos momentos de cuidado, como a alimentação, a troca de fraldas, o banho ou o ninar. Além disso, o brincar é caracterizado também pelo brincar com o outro, em que lhes são mostrados os significados do que lhe é apresentado, suas funções e aquilo que é possível criar a partir dali.

Com sua crescente popularidade, os *tablets* e *smartphones* passaram a ser vistos como recursos multifuncionais. Desempenham a função de entreter, educar, distrair, acalmar e estimular os bebês e crianças. Ainda, são onipresentes: podem estar em qualquer lugar, a qualquer momento. No momento de comer, na hora de dormir, no momento em que o bebê chora ou reclama, no restaurante, na festa de aniversário e na casa de amigos. Com eles, é possível assistir a diversos filmes e desenhos a qualquer hora, sem intervalos e de maneira intuitiva. Ao enjoar de um, pode ser escolhido outro. Em pouco tempo, os pais percebem que seus filhos têm habilidades que nunca imaginariam para bebês e crianças tão pequenas: sabem manusear o dispositivo, desbloqueá-lo, encontrar aplicativos específicos, visualizar fotos e vídeos.

Com uma apresentação dinâmica, repleta de cores vívidas e movimentos intensos, o mundo virtual passa a ser cada vez mais atrativo. A qualidade e a quantidade de informações tecnológicas em imagens de alta resolução seduzem naturalmente bebês, crianças e adultos, através da excitação provocada pelos diversos estímulos sensoriais. Entretanto, como os bebês ainda estão no princípio do seu processo de desenvolvimento, sua capacidade de processar informações lhes permite uma reflexão muito rasa das múltiplas informações e *inputs* sensoriais que a cultura tecnológica oferece (Peres et al., 2012), o que tem sido motivo de alerta para alguns profissionais e estudiosos do desenvolvimento infantil. Como ainda são incipientes as evidências quanto aos efeitos desta nova realidade em longo prazo no

desenvolvimento dos bebês, permanecem ressalvas quanto a eles possivelmente estarem experimentando estimulações às quais ainda não têm capacidade de assimilar e atribuir significados (Peres et al., 2012).

Em sua descrição de desenvolvimento sequencial, Winnicott (1975) estabelece que, primeiramente, há a relação de objeto e, posteriormente, o uso do objeto. Entre o primeiro e o segundo momento ocorrem os estágios do desenvolvimento infantil, em que é necessária a colocação do objeto fora da área de seu controle onipotente, pelo sujeito. Segundo o autor, esta etapa consiste em que o sujeito perceba o objeto como fenômeno externo, não como uma projeção sua, mas como tendo sua própria existência. Dentro do processo de desenvolvimento, a transição à dependência relativa implica que o sujeito perceba a falha em sua onipotência e então passe a perceber a influência de um “não eu” (Winnicott, 1960), uma interferência externa necessária para a construção da noção de realidade interna.

No entanto, surgem questionamentos que se referem às possíveis implicações das funções imediatistas possibilitadas pelos dispositivos eletrônicos neste processo. Autores como Levin (2007), Kallas (2016) e Peres et al. (2012) apontam preocupações quanto à fluidez nas concepções de espaço e tempo, às sensações de gratificação imediata e de onipotência proporcionadas por estas mídias, bem quanto à frequência e intensidade da imersão das crianças no mundo virtual. Kallas (2016) refere que recursos como a internet, por suas características, dificultam que o indivíduo distinga claramente a realidade virtual e a real, de forma que possa vivenciar a experiência de ser um personagem diferente do seu Eu neste outro ambiente. Segundo a autora, as tecnologias propiciam um espaço intermediário entre a realidade e a imaginação e nos trazem a sensação de gratificação imediata, na medida em que o investimento e movimento necessários para produzir o desejo e produzir a ação de realizá-lo se mostra muito reduzido. Desta forma, como a necessidade de modular o desejo estaria ausente, as tecnologias ofereceriam uma sensação imaginária de estar no controle da situação (Kallas, 2016). Além disso, Peres et al. (2012) destacam que a dimensão virtual pode trazer dificuldades na construção das concepções de espaço e tempo, devido à fluidez e imaterialidade que permeiam este ambiente.

Nesse sentido, então, Radesky et al. (2014b) buscaram compreender as possíveis associações entre os problemas de autorregulação da primeira infância relatados pelos pais e a exposição à mídia (televisão e vídeo) aos dois anos da criança em uma amostra de 7450 crianças norte-americanas. Através do uso de uma escala que avaliou a autorregulação (*Infant Toddler Symptom Checklist - ITSC*), os autores identificaram que os problemas de autorregulação da primeira infância foram associados à exposição às mídias, na medida em que bebês e crianças pequenas com esse tipo de dificuldades são colocadas na frente das

médias por seus cuidadores com mais frequência. Os autores alertam que sequelas decorrentes da exposição excessiva aos meios de comunicação na primeira infância são mais pronunciadas e podem prever um uso excessivo na adolescência.

Além disso, Raman et al. (2017) desenvolveram um estudo nos Estados Unidos a fim de explorar a relação entre desenvolvimento socioemocional e a exposição de bebês entre 12 e 36 meses às telas, a partir do relato de 210 cuidadoras. Para isso, avaliaram associações entre o número de rotinas diárias em que as telas estavam envolvidas e o desenvolvimento socioemocional dos bebês. Os resultados de seu estudo apontam que os bebês que apresentaram risco de atraso no desenvolvimento socioemocional tinham 5,8 vezes mais chances de ter um grande número de rotinas envolvendo o uso de telas, comparado a bebês que não tinham risco de atraso. Inclusive, apenas seis participantes relataram que os bebês não eram expostos a telas em nenhuma das tarefas de rotina, o que representa menos de 3% da amostra total.

Elucidando o papel do brincar no desenvolvimento infantil, Winnicott (1975) define a brincadeira como uma terceira área, que contrasta com as outras duas anteriormente destacadas: a realidade psíquica interna e o mundo real. Inclusive, refere uma evolução direta dos fenômenos transicionais ao brincar, do brincar ao brincar compartilhado e, então, para as experiências culturais. A área da brincadeira se relaciona, segundo o autor, ao viver criativo presente ao longo da nossa vida. A partir deste recurso, a criança e o adulto podem utilizar-se de sua liberdade de criação, que se define como o único meio que o indivíduo possui para a descoberta do eu (Winnicott, 1975). Para o autor, esta experiência localiza-se no “espaço potencial” existente entre o indivíduo e o ambiente. Este espaço potencial dependeria, então, da percepção que a mãe transmite ao bebê da fidedignidade humana, decorrente de sentimentos de confiança que o bebê adquire em sua relação com a mãe (Winnicott, 1975).

Com o intuito de ressaltar os potenciais enriquecedores do espaço virtual, Romão-Dias e Nicolaci-da-Costa (2012) realizaram um estudo baseado em observações do cotidiano, referências bibliográficas e em uma pesquisa realizada com usuários de internet no contexto brasileiro. Com o objetivo de articular os conceitos de espaço potencial e do brincar, de Winnicott, com o espaço virtual gerado pela internet, as autoras constataram que há uma possível correlação entre esses conceitos. Segundo elas, a internet pode assumir, para alguns, a função de espaço potencial e se constituir em um lugar para o brincar. Para ilustrar a referida correlação, as autoras apontam as semelhanças entre os espaços virtual e potencial: como condição para o estabelecimento do espaço potencial, a confiança também estaria presente no espaço virtual, na medida em que este espaço propicia que algumas pessoas se sintam confiantes para exporem seu verdadeiro eu. Além disso, este é um espaço regido por

leis próprias, já que o sujeito não está nem submetido às pressões da realidade, nem preso ao seu mundo interno. Por ser um espaço que não apresenta muitas referências, permite que o sujeito preencha com sua fantasia as lacunas entre o que está exposto e o que é possível averiguar. Por último, destacam que o espaço virtual também oferece uma ilusão de onipotência, característica essencial para o desenvolvimento da criatividade (Romão-Dias & Nicolaci-da-Costa, 2012).

Da mesma forma, em seu artigo que reflete sobre os *smartphones* como um objeto transicional e que permite a conectividade a um novo espaço potencial, Mendes (2015) critica a vinculação do uso das novas tecnologias ao registro do patológico, explorando o fenômeno na esfera da expressão da saúde. Assim, indaga suas possibilidades enquanto objeto e portal de acesso ao espaço potencial. A autora relaciona o envolvimento humano em produzir recursos que venham a nos fornecer proximidade, redução de distâncias e conectividade com a batalha que travamos para sair da posição de desamparo em que vivemos, buscando o outro e desenvolvendo meios para estes fins. Justamente, refere que a rapidez da adesão e apropriação obtida neste fenômeno pela maioria das pessoas diz respeito à própria criação destes artifícios, sendo gerados por humanos a fim de satisfazer aos anseios humanos. Por conseguinte, compara as características do espaço potencial, proposto por Winnicott (1975) – como a localização da experiência cultural, um lugar desterritorializado e com temporalidade própria, situado entre a realidade interna e a externa – com a realidade virtual e seu lugar em nossa subjetividade (Mendes, 2015). Ainda, refere-se à noção de tempo vivenciada pelo bebê, no momento inicial do desenvolvimento, como um tempo virtual e relativo, sincrônico, que está além da representação cronológica.

De forma semelhante, para Vygotsky (1989), o brincar permite que a criança crie situações imaginárias, liberando-a das limitações do mundo real. Deste modo, essa ação depende das expectativas da cultura e de suas convenções, tendo caráter essencialmente social. Portanto, o brincar é essencial ao desenvolvimento dos relacionamentos grupais, atuando como uma forma de comunicação (Winnicott, 1975). Além disso, influencia diretamente em outros aspectos, como afetivos e cognitivos. É pelo brincar que a criança nos comunica o que não consegue expressar em palavras, ou até mesmo aquilo que, para ela, é estranho. A criança expressa suas fantasias, seus desejos e suas experiências de um modo simbólico, por meio dos brinquedos e jogos.

A partir da expressão das fantasias inconscientes da criança, estas podem ser articuladas e simbolizadas, permitindo um aumento na capacidade de entrar em contato com o outro e de comunicar-se de forma mais complexa e profunda (Figueiredo, 2009). Dessa forma, a expressão das fantasias seja nos jogos, nas encenações ou no brincar propriamente

dito, tem uma importante função subjetivante e terapêutica para as crianças. Inclusive, Winnicott (1975) considera mais importante o uso que se faz de um objeto e o tipo de relação estabelecida com ele do que necessariamente o objeto utilizado. Assim sendo, a criatividade da criança é parte significativa do brincar para o autor, bem como o uso simbólico e não literal do objeto. Da mesma forma, Parente (2007) complementa que aprendemos a transformar e a usar os objetos que estão presentes em nosso cotidiano através do brincar, de forma que possamos investir e inscrever nossa própria criação e subjetividade no processo de compreensão do mundo ao nosso redor.

A atividade lúdica pode servir, também, como uma descarga emocional na qual são possibilitadas as liberações dos seus conflitos internos. Durante o brincar, tais conflitos se repetem, visto que a criança expressa simbolicamente suas fantasias e desejos inconscientes. Trazendo para dentro da brincadeira episódios ou características de sua vivência relacionados à realidade externa, é possível que a criança utilize deste recurso a serviço de elaborar aspectos de sua realidade interna (Winnicott, 1975). Sendo assim, o brincar funciona como uma metáfora dos conflitos psíquicos. Quanto mais esses conflitos forem elaborados no brincar, melhor será a sua reconfiguração, uma vez que é por meio da representação simbólica que a criança obtém um equilíbrio entre suas fantasias e a realidade que vivencia.

Entretanto, a configuração da realidade atual pode trazer desafios para o brincar, da forma como é definido pelos autores. A sociedade pós-moderna é descrita como fragmentada, ausente de unificação e simbolização, em que as pessoas estão entregues às suas próprias intensidades, sem controle (Kallas, 2016). Em meio a tantas opções, estímulos, ofertas e criações de demandas, autores afirmam que o meio em que estamos inseridos não oferece mediadores simbólicos que deem conta de tantos estímulos e excessos de excitações corpóreas (Kallas, 2016; Peres et al., 2012) que podem ser descarregados no corpo ou através de ações movidas pelos sujeitos. Estudos apontam que novos distúrbios têm sido associados aos excessos de estímulos ofertados pela realidade virtual e seu movimento constante de informações, que são entendidos como transtornos afetivos que provocam o “analfabetismo emocional” e, em consequência disso, submetem o sujeito à vulnerabilidade ao trauma psíquico, em decorrência de déficits na capacidade de processamento cognitivo (Peres et al., 2012).

Buscando compreender as percepções de profissionais da saúde em relação a esta realidade, o estudo de Almeida e Costa (2016), realizado com psicólogos clínicos de referencial psicanalítico que atuam em uma cidade do sul do Brasil, evidenciou que, na concepção dos profissionais, as novas tecnologias possuem tanto aspectos positivos quanto negativos para o desenvolvimento infantil. Tendo como pressuposto que a função do brincar é

comunicar o que se passa na realidade psíquica da criança de forma indireta (Almeida & Costa, 2016), os resultados do estudo apontam para uma preocupação em relação ao excessivo estímulo ao consumo de brinquedos pelas crianças, assim como ao acesso cada vez mais precoce que a criança tem às novas tecnologias e mídias, o que erroneamente poderia trazer a impressão de que isso, por si só, garante o seu desenvolvimento (Almeida & Costa, 2016; Peres et al., 2012).

Quanto às demais impressões sobre estas tecnologias em relação ao brincar, os autores destacam o risco de que a criatividade das crianças seja limitada, uma vez que os brinquedos já apresentam em suas funcionalidades prévias movimentos e falas, de forma que a criança não necessitaria expandir sua imaginação a fim de criá-los. Entretanto, os aspectos positivos destacados pelos profissionais referem-se ao fato de que a fantasia permanece presente nas produções das crianças e que o brincar se mantém mesmo neste novo contexto, sendo importante a forma como a criança lida com as novas situações. Nesse sentido, apontam que a tecnologia pode propiciar benefícios se para isto for utilizada, como no sentido de evitar o trauma da separação entre a criança e os pais. Destacam que este recurso possibilita que a família mantenha contato visual mesmo durante viagens, em que a criança pode falar e ver seus pais através das telas, amenizando a dor da separação (Almeida & Costa, 2016).

Já o estudo de Pinto et al. (2016), realizado com crianças em idade escolar em uma cidade da Paraíba, identificou uma preferência das crianças por brinquedos eletrônicos, que propiciam um brincar individual e que não exige interação com outras crianças. Os autores identificaram que as relações interpessoais que devem ocorrer além do contexto escolar não estavam presentes nos relatos das crianças, percebendo-se um isolamento inclusive no contexto familiar das crianças que participaram do estudo (Pinto et al., 2016). Todavia, as relações presenciais que ocorrem diretamente em ambientes físicos, tanto no âmbito familiar, quanto no âmbito escolar e social (que incluem também os jogos coletivos, atividades físicas e artísticas em grupo), são destacadas por Peres et al. (2012) como facilitadores para a construção da autoimagem, de referências espaciais e temporais do existir, além de favorecer que seja adquirido o repertório necessário para o enfrentamento de adversidades ao longo da vida.

Portanto, deve-se estar atento às motivações que implicam o oferecimento de dispositivos eletrônicos às crianças, principalmente em sua faixa etária inicial. Dentro da realidade brasileira, ainda há poucos estudos que exploram esta temática de maneira geral. No que se refere à teoria psicanalítica proposta por Winnicott, utilizada como referencial teórico para a compreensão do fenômeno neste estudo, há ainda menos produções científicas a respeito. Bernardino (2016) – autora brasileira que tem como base o referencial psicanalítico

Lacanian -, a partir de relatos de alguns casos atendidos por ela, pôde concluir que bebês e crianças que geralmente não são convocados a brincar podem desenvolver um imaginário pobre, fazendo com que eles se voltem aos objetos virtuais, tidos como mais intelectualizados. Assim, quando o uso de tecnologias não é mediado pelos pais, como uma forma de brincar e de interação entre os pais e o bebê, este uso pode ocorrer como uma busca do bebê pelo olhar dos pais e também como uma busca por seu reconhecimento. A autora explica que este movimento de fuga da realidade real para a virtual pode ocorrer em função de que os bebês busquem investir no plano cognitivo-intelectual (via do pensamento, racionalidade) a fim de atrair a atenção da mãe, no intuito de reparar a escassez de afeto vivenciada em suas experiências com o outro (Bernardino, 2016).

Assim, segundo Bernardino (2016), quando os pais não convocam os bebês a brincar e não investem nele como sujeito, isso pode levar ao desvio do investimento do bebê para a realidade dos dispositivos eletrônicos e virtuais, o que pode fazer com que o bebê acabe se fechando para o contato com o entorno. Um apontamento realizado pela autora em relação à forma como alguns pais têm se constituído em nossa sociedade, diz respeito a estes não se reconhecerem como castrados, estando em uma posição de onipotência fálica. Desta forma, os filhos surgem, para estes pais, como a sinalização de uma falta, que eles buscam suprir (sem sucesso) oferecendo aos filhos incontáveis objetos mercadológicos de consumo infantil.

Para muitos pais atarefados, as telas e demais dispositivos eletrônicos se mostram como aliados para o cuidado dos filhos, de forma que as crianças se mantenham entretidas e em um ambiente seguro (Pinto et al., 2016). Estes pais vivem em um ritmo de vida apressado, necessitando dar conta de muitas funções no intuito de corresponder às exigências do contexto cultural em que vivemos (Peres et al., 2012). Para as crianças que participaram do estudo de Pinto et al. (2016), citado anteriormente, o celular se mostrou o presente mais desejado por elas, sendo este “brinquedo” considerado, pelos autores, como limitador da capacidade de imaginação, por definir as ações a serem realizadas durante a brincadeira.

Nesse sentido, uma crítica apresentada por Levin (2007) diz respeito à euforia das crianças pelas novas tecnologias, que está relacionada ao “objeto-produto” que lhes é apresentado e que não tem a função de brincar, mas de pertencer a elas e complementá-las imaginariamente. Inclusive, as crianças observam a importância dada pelos adultos àquele objeto, que toda vez que emite um alerta recebe deles atenção, associando-o a um objeto de valor que deve ser almejado (Radesky et al., 2016a). Este objeto, segundo Levin (2007), perde a função que o brinquedo tinha de, por meio dele, estabelecer um vínculo com o outro. Assim, o autor refere que os adultos têm assumido a função de disponibilizar às crianças “brinquedos” que oferecem uma contemplação individual desprovida de brincadeiras e de

representações, mas que satisfaz o adulto que lhe ofereceu o “brinquedo”, mas que não tem tempo de brincar (Levin, 2007). Assim, Peres et al. (2012) alertam que, como os pais estão cada vez mais ocupados, tendem a ignorar o isolamento dos filhos, por vê-los como aparentemente entretidos com o que as novas tecnologias oferecem.

Orientações de profissionais sobre o uso de tecnologias por bebês

Os aspectos que têm ganhado destaque em manuais de orientações das sociedades de pediatria dizem respeito ao tempo, início e tipo de exposição às tecnologias. A Sociedade Brasileira de Pediatria (2016), por exemplo, orienta que o tempo de uso diário de tecnologias digitais seja limitado e proporcional às idades das crianças. Assim, para bebês menores de dois anos a orientação é evitar o oferecimento de telas digitais e para crianças com idades entre dois e cinco anos sugerem que o tempo de uso seja limitado a uma hora por dia.

A *American Academy of Pediatrics* (AAP, 2011) teve o mesmo posicionamento e sugeriu o desencorajamento do uso de mídias feito por crianças de até dois anos, afirmando que as mídias têm potencial para causar efeitos negativos nas crianças, até então não tendo encontrado estudos que relacionassem efeitos positivos ao uso das mídias para crianças menores de dois anos. Além disso, nenhum estudo longitudinal determinou, na época da declaração, os efeitos em longo prazo do uso de mídias por crianças menores de dois anos. Também atentam que os pais devem ter a consciência de que o seu próprio uso de mídias pode causar efeitos negativos nos seus filhos. Recomendaram, então, que fossem feitos estudos prospectivos e longitudinais para determinar os efeitos em longo prazo da exposição de mídias no que diz respeito à saúde física, mental e social das crianças.

Na nova declaração, realizada em 2016, a AAP segue desencorajando o uso de mídias para crianças de até 18 meses (com exceção de “*video-chatting*”, como *Facetime* e *Skype*), porém parecem mais flexíveis recomendando que os pais de bebês de 18 a 24 meses que queiram inserir o uso de mídias digitais na vida dos seus filhos, o façam usando programas e aplicativos de qualidade, com interação com os pais, evitando que os bebês usem as mídias sozinhos (AAP, 2016).

Todavia, estudos recentes têm mostrado que estas recomendações de pediatria não estão sendo seguidas (Cristia & Seidl, 2015; Duch et al., 2013; Howe et al., 2017; Radesky et al., 2014b). Um estudo realizado por Howe et al. (2017) com 487 pais de bebês de até dois anos, na Nova Zelândia, indicou que os pais que não estavam cientes das orientações da *American Academy of Pediatrics* (2011) (18%) tinham seus filhos expostos a todas as formas de dispositivos eletrônicos com maior frequência do que os pais que conheciam as orientações. Ainda, um estudo transversal realizado nos Estados Unidos (Kabali et al., 2015)

com 350 pais de crianças de seis meses a quatro anos de idade investigou, dentre outros aspectos, as circunstâncias em que os pais deixavam seus filhos usar um dispositivo de mídia móvel. Os resultados mostraram que 24,4% dos bebês de um ano de idade já tinham acesso a dispositivos móveis e aos dois anos, a maioria das crianças usava diariamente dispositivos móveis e gastava um tempo considerável em frente às telas (televisão e dispositivo móvel). Ademais, a maioria dos pais permitia que seus filhos brincassem com dispositivos móveis (muitas vezes ou às vezes) para fazer suas próprias tarefas (70%) e para manter a criança calma em locais públicos (65%).

Portanto, é importante identificar se as famílias estão recebendo orientações sobre o uso das tecnologias pelos bebês. Além da relevância de verificar se os profissionais estão oferecendo recomendações adequadas quanto a essas práticas, é preciso conhecer os motivos pelos quais as orientações não estão sendo seguidas. Ainda assim, considerando-se a existência de uma parcela de mães e pais que optaram por não oferecer tecnologias aos seus bebês, deve-se compreender as motivações de sua escolha, bem como as alternativas a este recurso utilizadas por eles.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Há uma escassez de evidências sobre como as novas tecnologias influenciam o desenvolvimento infantil em longo prazo, o que contribui para que as orientações das associações de pediatria de diversos países desencorajem este uso nos primeiros dois anos de vida dos bebês. Tendo em vista que o acesso às novas tecnologias pelas famílias é um fenômeno recente, poucos estudos exploraram os efeitos positivos e negativos deste recurso. Dessa forma, são necessárias novas pesquisas, já que atualmente as mídias digitais são onipresentes na vida de muitas crianças e diferem da televisão, por exemplo, quanto às suas múltiplas capacidades interativas (Radesky et al., 2015b). No entanto, ainda que haja uma parte das famílias que prefere evitar o uso desses dispositivos (Beck, Takayama, Badiner, & Halpern-Felsher, 2015; Cristia & Seidl, 2015; Ebbeck, Yim, Chan, & Goh, 2016; Goh et al., 2016; Pempek & McDaniel, 2016), não foram encontrados estudos sobre o não uso dessas tecnologias até o momento.

Nesse sentido, é importante compreender como as famílias agem para prescindir desse recurso na interação com seus bebês, em um mundo permeado por tecnologias - em que estas estão presentes nos mais variados aparelhos, ambientes e contextos. Este estudo objetiva, portanto, investigar as motivações de mães de bebês de até dois anos de idade para prescindir das novas tecnologias nos momentos de cuidado, interação e entretenimento de seus bebês. Ainda, pretende-se explorar as orientações de profissionais sobre o uso de telas por bebês recebidas por elas, assim como as alternativas às tecnologias utilizadas pelas mães nesses contextos.

MÉTODO

Participantes

Participaram deste estudo oito mães de bebês que tinham entre três meses e um ano e 11 meses no momento da coleta de dados. As participantes tinham entre 29 e 40 anos de idade e apenas uma das mães se declarou solteira. Todas as mães tinham, no mínimo, ensino superior. Todas trabalhavam, sendo a maioria delas autônomas e de profissões variadas – áreas jurídica, administrativa, da saúde, de tecnologias da informação e de urbanismo. Duas mães estavam em licença maternidade no momento da entrevista, então cuidavam de seus bebês em tempo integral, com a participação do pai. Uma das mães contava com uma cuidadora para seu bebê durante o horário de trabalho e outra mãe contava com a ajuda de sua própria mãe para cuidar de seu bebê enquanto trabalhava. Além disso, uma das mães levava seu bebê a um local de cuidados e recreação três turnos por semana e contava com a ajuda de duas familiares nos cuidados dele em momentos em que precisava. Por fim, três bebês frequentavam creches. Destes, apenas uma das mães não contava com ajuda de outros familiares, além do pai do bebê, para cuidar dele nos momentos em que não estava na creche. Percebe-se, portanto, que a rede de apoio da maioria das participantes deste estudo desempenhava um papel importante no cuidado de seus bebês.

O critério de inclusão para participar da pesquisa é que as mães relatassem que não utilizavam as novas tecnologias (*tablets* e *smartphones*) com seus bebês em seus momentos de interação, cuidado ou entretenimento, ainda que as mães utilizassem esses dispositivos em sua vida pessoal ou profissional. A escolha da faixa etária dos bebês, de até dois anos de idade, baseou-se na orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria (2016), de que seja evitado o oferecimento de telas digitais para bebês nesta faixa etária. Já a escolha por entrevistar apenas as mães ocorreu como um modo de compreender o fenômeno de forma inicial, tendo em vista que não foram encontrados outros estudos sobre esta temática. A descrição detalhada das participantes está apresentada na Tabela 1.

O número de participantes foi definido através de fechamento amostral por saturação teórica (Gil, 2002), que ocorre quando os dados obtidos passam a ser redundantes, na visão do pesquisador, não mais contribuindo significativamente ao entendimento do fenômeno (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008; Gil, 2002). Conforme sugerido por Gil (2002), que estabelece que se costuma utilizar entre quatro e 10 casos, a fim de que se possa lidar de forma adequada com a complexidade das informações, obtiveram-se oito casos. A amostra foi constituída de forma não probabilística, através da amostragem em bola de neve (Vinuto, 2014).

	Idade da mãe	Idade do bebê	Cidade	Renda familiar	Escolaridade	Estado civil	Outro filho	Modalidade da entrevista
Participante 1	30 anos	1 ano e 11 meses	Porto Alegre	3 a 6 salários mínimos	Pós-graduação	Mora junto do companheiro há 7 anos	Sim, de 3 anos	Presencial
Participante 2	34 anos	3 meses	Interior do RS	6 a 9 salários mínimos	Ensino Superior	Casada há 3 anos	Não	Chamada de vídeo
Participante 3	29 anos	11 meses	Interior do RS	6 a 9 salários mínimos	Ensino Superior	Mora junto do companheiro há 4 anos	Não	Chamada de vídeo
Participante 4	32 anos	9 meses	Porto Alegre	3 a 6 salários mínimos	Pós-graduação	Mora junto do companheiro há 2 anos	Não	Presencial, em dois momentos
Participante 5	40 anos	1 ano e 4 meses	Porto Alegre	Mais de 15 salários mínimos	Pós-graduação	Casada há 18 anos	Sim, de 5 anos	Presencial
Participante 6	29 anos	1 ano e 4 meses	Porto Alegre	3 a 6 salários mínimos	Ensino Superior	Solteira	Não	Presencial
Participante 7	38 anos	3 meses	Porto Alegre	9 a 12 salários mínimos	Pós-graduação	Casada há 12 anos	Sim, de 3 anos	Presencial
Participante 8	30 anos	1 ano e 1 mês	Porto Alegre	3 a 6 salários mínimos	Pós-graduação	Mora junto do companheiro há 4 anos	Não	Presencial

Tabela 1. Descrição e caracterização das participantes.

Sua execução consistiu em lançar-se mão de informantes-chave, denominados sementes, que possibilitaram localizar algumas pessoas com o perfil estipulado e que, posteriormente, indicaram novos contatos com as características desejadas (Vituto, 2014). Este tipo de amostragem é considerado útil em pesquisas em que não é possível utilizar-se de amostras probabilísticas, por não ser possível precisar a quantidade da população, ou quando se tem difícil acesso às populações estudadas (Vituto, 2014).

Delineamento e procedimentos

O presente estudo consiste em um estudo de caso coletivo, cujo objetivo é estudar as características de uma população (Gil, 2002), com ênfase no fenômeno em contexto, o que é indicado em situações em que a fronteira entre o fenômeno e seu contexto não é clara (Robson & McCartan, 2016). Utilizou-se um delineamento flexível (Robson & McCartan, 2016), que se propõe a compreender o fenômeno a partir da definição do problema de

pesquisa, sem partir de relações causais ou relacionamentos entre variáveis. Este estudo faz parte de um projeto maior, que integra um estudo longitudinal sobre o uso de tecnologias por bebês, intitulado “Os bebês, as famílias e o uso das tecnologias: um estudo multi-métodos para o desenvolvimento infantil” (Frizzo et al., 2017), que objetiva investigar como as tecnologias têm sido utilizadas nas famílias com bebês de até três anos e qual a influência do uso dessas tecnologias para o desenvolvimento dos bebês.

As mães que aceitaram participar do estudo através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram convidadas a preencher a *Ficha de Contato Inicial* (Adaptado de GIDEP/NUDIF, 2003) e o *Questionário de Dados Sociodemográficos* (NUFABE, 2017), bem como a responder à *Entrevista sobre interação familiar sem uso de tecnologias* (NUFABE, 2017), no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ou em outro local de sua preferência. A entrevista foi gravada em áudio e transcrita para análise.

Instrumentos

Ficha de Contato Inicial (NUFABE, 2012) (Anexo C): Instrumento utilizado a fim de obter dados gerais sobre o bebê e adquirir informações de contato da família.

Questionário de Dados Sociodemográficos (NUFABE, 2017b) (Anexo D): Este instrumento foi utilizado para fins de levantamento sobre dados sociodemográficos das participantes e de suas famílias como a idade, escolaridade, condições de moradia, renda, entre outros.

Entrevista sobre interação familiar sem uso de tecnologias (NUFABE, 2017a) (Anexo E): Entrevista semiestruturada, que visa explorar o uso que as famílias de crianças pequenas têm feito das tecnologias, qual uso os adultos fazem, o que eles pensam sobre a tecnologia, quais são as motivações que levaram os pais a evitar o contato de seu bebê com as tecnologias, o que as famílias fazem para distrair seu filho quando precisam realizar alguma tarefa, como são os momentos de interação e entretenimento da criança, quais as vantagens e desvantagens em não usar tecnologias com crianças pequenas.

Análise de dados

Os dados coletados foram examinados por meio da análise temática proposta por Braun e Clarke (2006). A análise temática é um método utilizado para identificar, analisar e definir temas (conjunto de dados agrupados) a partir dos dados. Com esta técnica, é possível organizar e descrever detalhadamente o conjunto de dados, permitindo sua interpretação (Braun & Clarke, 2006). As autoras definem o processo da análise temática em seis fases:

A primeira fase consiste na familiarização com os dados. Após a coleta dos dados, ocorre um processo de imersão nestes, de forma que o pesquisador esteja apropriado da profundidade e amplitude do conteúdo. Esta fase envolve a transcrição de dados verbais, quando for o caso, e a repetição da leitura destes, buscando neles significados e padrões.

A segunda fase refere-se à geração de códigos iniciais. Com a familiaridade com os dados e ideias preliminares sobre aspectos relevantes destes, deve-se ater à produção de códigos iniciais. Estes consistem na organização dos dados em grupos significativos, que identificam uma característica relevante dos dados, referindo-se aos elementos mais básicos dos dados brutos.

A terceira fase se trata da busca por temas. Tendo codificado os dados, é feita uma segunda análise, em que os códigos são agrupados e classificados em temas potenciais. Assim, os diferentes códigos são combinados para formar um tema mais amplo. Desta forma, são constituídos temas principais, subtemas ou, inclusive, pode-se descartar códigos que não sejam úteis.

A quarta fase refere-se à revisão de temas. Com a definição de temas potenciais, é realizado um refinamento destes temas. Neste processo, os temas podem ser descartados, podem ser agrupados em um novo tema, bem como divididos em temas distintos. Para isto, deve-se considerar a articulação dos dados dentro de cada tema, em que é necessário apresentar distinções claras entre os diferentes temas. Sendo assim, esta fase envolve dois níveis de revisão e refinação dos temas. O primeiro consiste em considerar se os temas potenciais formam um padrão coerente e o segundo requer analisar se os temas potenciais refletem os significados evidentes no conjunto de dados e, ainda, permite codificar dados adicionais ignorados anteriormente.

A quinta fase aborda a definição e nomeação de temas. Nesta fase, deve-se definir e aperfeiçoar os temas, analisando os dados dentro deles e determinando se eles apresentam subtemas. Para tanto, identifica-se a essência do tema e determina-se o aspecto dos dados que cada tema representa, destacando o que é relevante sobre aquele tema e por quê. É preciso, portanto, escrever uma análise detalhada, considerando a relação entre os dados, os temas e as perguntas de pesquisa. Neste momento também é preciso ater-se aos nomes que serão dados aos temas na análise final, sendo que os nomes devem ser concisos e proporcionar ao leitor uma noção do tema.

A sexta e última fase consiste na produção do relatório. Tendo um conjunto de temas elaborados e definitivos, neste momento é realizada a análise final e a redação do relatório. Para isto, deve-se descrever os dados de forma convincente, que destaque a validade da análise e que forneça argumentos em relação à pergunta de pesquisa. Assim, é importante que

sejam apresentados dados suficientes para demonstrar a prevalência do tema definido e ilustrar a ideia em questão. Por fim, os dados foram analisados à luz da literatura, a fim de possibilitar uma maior compreensão dos resultados obtidos, que foram ilustrados a partir de vinhetas de falas das participantes do estudo.

Considerações Éticas

Este projeto seguiu os princípios éticos da pesquisa com relação à proteção dos direitos, bem-estar e dignidade dos participantes, como apontado pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto maior do qual este estudo faz parte foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (CAEE nº 69947117.6.0000.5334) (Anexo A).

Todas as participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), digitalizado e enviado por e-mail, ou presencialmente, no momento da entrevista. Nos termos constam os objetivos da pesquisa, os procedimentos que serão realizados, o sigilo, a confidencialidade e a proteção à privacidade das participantes. O termo ainda apresenta os dados da pesquisadora responsável e informa sobre o direito de retirar seu consentimento quando desejar, sem nenhum comprometimento a si.

Caso fosse identificada qualquer situação de sofrimento psíquico intenso na mãe, ou mesmo fosse percebida a existência de risco para o bebê, seriam feitos os encaminhamentos necessários para a rede de assistência à saúde e assistência social dos municípios de residência das participantes, ou para os serviços-escola da universidade envolvida. As mães que precisassem de atendimento para seus bebês também poderiam ser atendidas no Centro de Atendimento Pais-Bebê (UFRGS). Entretanto, não houve necessidade de encaminhamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise temática (Braun & Clarke, 2006), foram identificados três temas principais, com seus respectivos subtemas. Estes, representados na Figura 1, serão detalhados e exemplificados por vinhetas das falas das mães a seguir, a fim de possibilitar melhor compreensão dos dados apreendidos.

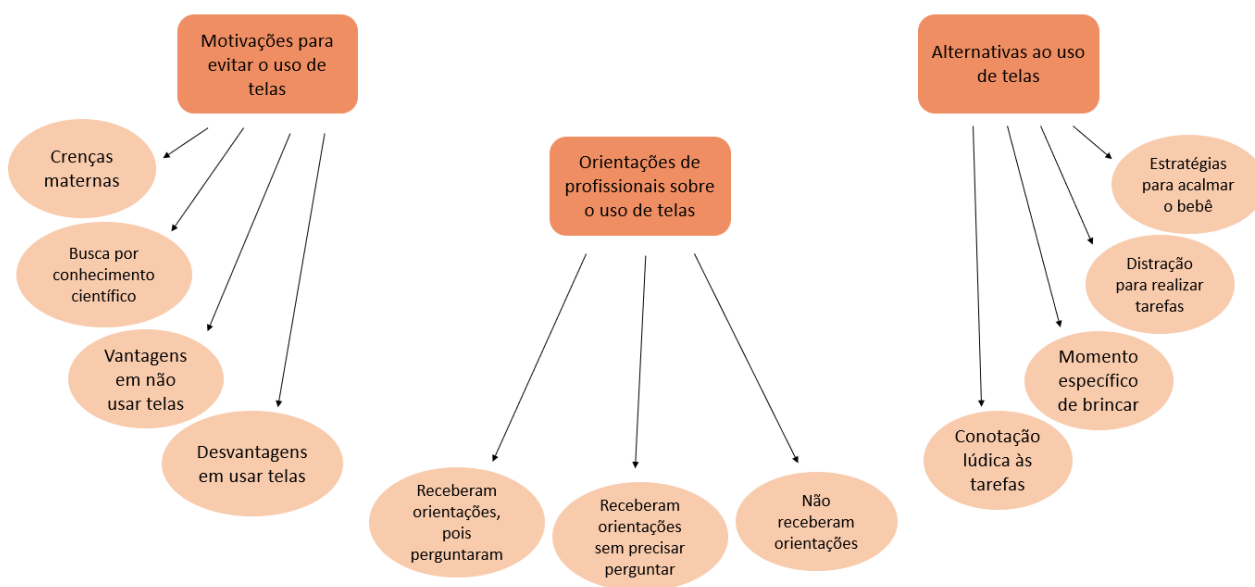


Figura 1. Modelo gráfico da estrutura de temas.

Motivações para evitar o uso de telas

O primeiro tema diz respeito às motivações das mães para evitar oferecer telas aos seus bebês nos momentos de cuidado e interação entre eles. Dentro deste grande tema, observou-se quatro subtemas. O primeiro subtema, **crenças maternas**, diz respeito às crenças das mães em relação à importância da infância, à sua percepção quanto às prioridades da maternidade, ao seu entendimento quanto à qualidade das interações iniciais, bem como sua percepção em relação aos bebês e crianças que fazem uso dessas tecnologias. Todas as participantes, exceto uma, afirmaram que a escolha de não oferecer telas para os bebês foi um consenso entre mãe e pai. Todavia, a mãe que afirmou que o pai de seu bebê seria contrário à escolha também relatou que, após conversarem sobre o assunto, o pai acabou cedendo e concordando em não oferecer telas ao bebê:

“Ele é um pouco contrário, assim, mas ele acaba cedendo... Porque eu mando pesquisas... ‘Ah, olha aqui esse documentário sobre isso’. (...) Eu acabo tendo um trabalho maior de convencer ele que tem benefícios não assistir, e ele acaba... tipo ele vai ‘tá, eu confio em ti. Vamos fazer juntos isso, né’.” (Participante 7)

Já em relação às combinações com outros cuidadores, duas mães sentiram necessidade de conversar com os outros cuidadores e familiares sobre não oferecer telas aos seus filhos, eventualmente enfrentando impasses quanto ao uso de televisão, como relatado por uma participante:

“A minha mãe eu tô tentando convencer ela, porque, por exemplo, ela tá com ele, e ela vai botar no desenho pra ele, sabe. (...) Na verdade ela não dá nenhum celular, nenhum tablet, mas ela bota desenho. (...) ela diz assim, ah, que, que é melhor pro ouvido dele, pra ele ver colorido, não sei o que, do que botar outros programas na TV, ela acha que é melhor. Né, então... Por exemplo, ela gosta de fazer ele dormir olhando TV. Né, eu já falei pra ela várias vezes que não, que não precisa, mas ela bota a TV, assim. Ela não respeita.” (Participante 8)

Em contrapartida, duas mães não acharam necessário fazer combinações com os outros cuidadores a respeito disso. Uma das participantes, por exemplo, ressaltou o fato de que considera que suas familiares estão lhe ajudando no cuidado de seu filho e que por isso não impôs condições nesse sentido:

“Na verdade, eu não falei sobre isso, assim. (...) É, deixei livre porque, já é um... não que seja um trabalho, assim, né, ficar com ele, mas, elas tão me ajudando, eu vejo dessa forma, assim, elas já tão me dando uma mão, assim, porque se não fosse elas não teria como, isso, não teria como, sei lá, trabalhar, não sei como seria, na verdade, se eu não tivesse o apoio delas. Então, em momento nenhum eu cheguei e falei, proibi, né, elas de fazer esse uso.” (Participante 4)

Ainda, uma das mães que contava com a ajuda de outros familiares para ajudar no cuidado de seu bebê relatou que não houve impasses em relação à combinação de não oferecer telas à sua filha:

“Eles respeitam, eles acharam bom, assim, eles concordaram, né, ainda mais que eles também... a minha mãe é uma vó que respeita muito o que eu decido, e respeita muito o que o pediatra diz, também, então ela... ela achou muito... muito bacana ele ter nos dado essa informação e ter dito que ele também é contra.” (Participante 6)

A maioria das mães referiu que observavam que as crianças ficavam “hipnotizadas” ou “alienadas” ao fazerem uso de telas, de maneira geral. Assim, deixavam de prestar atenção no que está ao seu redor e então não exploravam outros sentidos:

“No primeiro [filho] a gente não fez uso, tipo até os dois anos (...). E outra que eu notei, quando a gente tentou, assim, sei lá, tinha... acho que ele tinha a mesma idade dela - três ou quatro meses - ele fica hipnotizado com televisão, ele não faz mais nada. Eu acho que ela acaba não explorando o potencial criativo dela também. (...) Tipo ela olha as mãos... Eu acho que se ela estivesse na frente da televisão, ela não ia fazer isso, ela não ia explorar outras coisas... Ia ficar ali ‘ahh’, fica assim, tipo parece que meio abobada, assim, sabe.” (Participante 7)

Além disso, todas as mães associaram em seu discurso, de alguma forma, o uso de telas por bebês a uma necessidade dos pais/adultos e não das crianças. Essa percepção surgiu tanto

relacionada à opinião das mães, quanto ao que elas referiram que escutavam da opinião de outras pessoas sobre a escolha delas de não oferecer tecnologias aos seus bebês:

“Então é isso eu, né, eu não pretendo cair nessa armadilha, né, porque eu acho que é uma armadilha a gente entrar nessa assim de... usar esse recurso para calar a boca do filho, assim, né, botando num viés bem agressivo, mas... não é nem calar a boca, é para a criança ficar quieta mesmo, pra acalmar o teu filho, né, eu acho que a gente tem que se esforçar um pouco mais, assim, né, do que... simplesmente se render ao desenho, ao joguinho... Mas eu só vou saber quando ela for um pouco mais velha mesmo, se eu vou entrar nesse desespero assim, né. (...) Mas até então, o que as pessoas dizem pra mim é isso: ‘Ah, tu...’, que a grande maioria das pessoas, usa isso, né, usa essas tecnologias para acalmar a criança. Provavelmente o que mais hipnotiza a criança, o que mais rápido tu vai conseguir acalmar o teu filho, seria através dessas tecnologias, né, é essa a armadilha mesmo.” (Participante 2)

Inclusive, isto surgiu também quanto à percepção de uma mãe quanto à sua própria necessidade, associada ao temperamento de seu bebê:

“Eu acho que [não ofereço telas ao meu bebê] porque eu nunca precisei. Ele sempre foi um bebê muito tranquilo. Ele sempre, assim... recém-nascido ele dormia três horas, mamava, dormia de novo, né, então ele sempre foi um bebê que nunca precisou, assim. As pessoas chegavam lá em casa e mostravam pra ele a galinha pintadinha, e não sei o que, e ele não se interessava, então eu nunca precisei mostrar. Acho que é por isso que ele... eu nunca ofereci, né.” (Participante 8)

Ainda, uma das mães ponderou, argumentando sua opinião positiva em relação ao uso de tecnologias, mas em outros momentos do desenvolvimento, entendendo que no momento em que sua filha estava, não havia necessidade de oferecer este artifício:

“A utilização, acho até que tem muito benefício, no uso regrado desses dispositivos, mas simplesmente na nossa rotina, assim, não acaba havendo espaço, não havendo um porquê ela utilizar, né. E acho que até ela tão pequenininha, não acho que seja legal ela ficar usando. Ela nem sabe utilizar aplicativos, não sabe.... Então não é nenhum princípio, assim, é simplesmente porque não usa, então... e eu também não ofereço, então eu prefiro que ela brinque com outras coisas.” (Participante 5)

Opiniões semelhantes, em relação ao momento do desenvolvimento do bebê e a não agregar nada a ele neste momento, foram observadas nos relatos de outras duas mães. Um aspecto que diretamente e indiretamente perpassou o discurso das mães em relação a este recurso foi o esforço de estar presente na vida de seus filhos, priorizando momentos de interação, como foi possível perceber explicitamente nas falas de três mães. A exemplo disso, a participante 1 disse:

“Então, acho que essa questão da interação da família superimportante, assim (...). É tu te obrigar a tá ali presente, né, com a criança. Então, acho que isso é uma coisa muito, muito, muito importante do não uso da tecnologia, né, um baita benefício.”

Nesse sentido, percebe-se que as participantes deste estudo entendiam que a primeira infância é um momento em que as interações pessoais são de suma importância para o desenvolvimento dos bebês, como foi visto na fala da participante 3:

“(...) a gente vê que as crianças cada vez mais tão desde cedo, assim, enfiadas nesses aparelhos distrativos, a gente tomou como conclusão que não é benéfico, tão nova assim, usar isso pra distrair ela. Ela precisa do contato pessoal, né. A gente precisa ter o tempo de brincar, pra ela tirar esse tempo dessa convivência com a gente, porque senão ela vai ficar... acabar ficando alienadinha, assim, que nem as crianças que a gente já convive.”

O segundo subtema se referiu à **busca por conhecimento científico** dessas mães para saber mais sobre as possíveis influências, riscos e benefícios das tecnologias aos seus bebês: *“Eu sou bem curiosa e leio bastante sobre várias coisas relacionadas às crianças”* (Participante 1). Para as três mães que tiveram esse interesse, o conhecimento adquirido por elas nesta busca foi determinante para a escolha de não oferecer telas aos seus bebês naquele momento do desenvolvimento:

“A gente costuma ler bastante coisa sobre educação, né, e ... estímulos, assim, principalmente desde que a gente resolveu começar a ter filhos (...) E... a maior parte das pesquisas diz que não é recomendável mesmo que as crianças tenham esse contato muito precoce, né. (...) É isso que a gente lê, assim, que esse contato precoce, né, das crianças, e o precoce seria antes dos dois anos, ele pode fazer mal pro desenvolvimento cognitivo da criança.” (Participante 2)

Outra mãe contou que sua prática era embasada pelas pesquisas que lia, assim como o fato de que pesquisas apresentarem resultados que corroborem suas escolhas sustentava suas atitudes nesse sentido: *“Sempre foi uma coisa, assim, só pra trazer mais elementos: ‘ah legal eles não tarem assistindo por isso...’, aí depois tu lê um... outro artigo que traz outros benefícios: ‘Ah olha aí...’”*. (Participante 1). Da mesma forma, outra participante relatou que compartilhava com a família conhecimentos que adquiriu através de artigos e pesquisas:

“Eu, como eu leio pesquisas, se eu encontro alguma coisa interessante, eu divido com eles, tipo ‘olha esse texto aqui, sobre... que fala sobre os malefícios do uso da tecnologia’. Eu faço esse exercício, assim, tipo, tanto com meu marido, quanto com eles, assim, de mostrar que não faz bem.” (Participante 7)

O terceiro subtema versa sobre as **vantagens em não usar telas** para os bebês. Este subtema, na verdade, constituiu-se a partir do questionamento às participantes sobre suas opiniões quanto às vantagens e desvantagens de que bebês utilizem tecnologias. Entretanto, no relato das mães, surgiram principalmente as vantagens em não usar as tecnologias e as desvantagens em usá-las. Um momento que pode representar um impasse para algumas famílias é o momento da alimentação em restaurantes. Uma das participantes, então, contou sua experiência:

“(...) por exemplo, quando ele tinha uns dez meses foi o batizado dele, e a gente foi numa churrascaria depois, e ele ficou sentado olhando as pessoas, ele brincava com o saquinho do... dos talheres, e eu olhava pros lados e as crianças estavam todas olhando no celular pros pais poderem comer, e eu comi bem tranquila com ele olhando o entorno, né. Então eu acho que isso foi, é, bem positivo, assim. Então eu nunca tinha parado pra pensar o quanto isso tinha sido benéfico pra mim e pra ele, sabe. (...) Eu acho que a vantagem é essa, que daí quando tu sai com a criança, tu não

precisa oferecer a tecnologia, a criança vai conseguir interagir, vai conseguir tá perto das outras pessoas sem precisar estar naquele mundo da tecnologia, acho que isso é muito benéfico, até pra vida social dele depois.” (Participante 8)

Outra vantagem em não oferecer a tecnologia citada pelas mães refere-se ao desenvolvimento da criatividade:

“(…)Mas também as coisas, assim, que eu acho bem interessantes é... a criança ser mais criativa, assim, ela saber pegar brinquedos e criar em cima daquilo que ela tá brincando, não ficar dependente de alguém que diga como que elas têm que brincar, sabe. (...) Eu me sinto, eu sinto que, às vezes, a minha criatividade é um pouco limitada, sabe? E eu quero muito que os guris tenham, assim o máximo possível de... pra explorar, assim né.” (Participante 1)

Nesse sentido, outra participante relacionou a vantagem em não usar tecnologias com as relações interpessoais da infância e o desenvolvimento da criatividade:

“(…) com outras brincadeiras, né, de elas desenvolverem uma auto..., elas desenvolverem essa criatividade, e a própria autoconfiança, acho que elas até... essas brincadeiras que são criadas por nós, né, e que têm a interação com os pais, com outras crianças, ou que são brincadeiras que elas mesmas vão criar para elas, elas têm muito mais estímulos, vão ter muito... as crianças vão ter muito mais desenvolvimento positivo do que um brinquedo, né, uma tecnologia dessas que a gente dá pronta pra ela, né.” (Participante 2)

Ainda, de forma semelhante, outra mãe referiu em seu discurso o desenvolvimento da criatividade e a capacidade de explorar estímulos com todo o corpo, através de outros recursos que não aqueles proporcionados pelas tecnologias, comparando a experiência com seu filho mais velho à sua experiência com a filha mais nova:

“(…) tendo um de três, eu vejo que ele explora outras coisas e eu vejo que ele é mais criativo, assim, tipo, de fantasiar, de inventar histórias, de desenhar, e eu acho que ele é mais avançado, inclusive tipo, ele conversa super bem. (...) e faz desenhos tipo... eu não sei outras crianças de três anos, mas, tipo, ele bota boca, bota olho, ele conversa com aquele desenho ali, bota um conversando com o outro... A gente tem uma cama que conversa com a criança, que é uma cama de bambu com trepa-trepa, e escada, e um monte de coisa, então ele usa aquilo ali e vai inventando coisa, tipo ‘Olha aqui o que eu posso fazer! Agora eu posso botar a perna...’. Então ele explora o todo, tipo, o corpo dele, o físico e o criativo, né. Então, eu só vejo benefício, eu espero conseguir fazer com ela, praticar com ela também esse... não usar tecnologias.” (Participante 7)

Em contrapartida, foi feito um contraponto à interação com outras crianças citando-se a capacidade de brincar, de ficar sozinho e de manter o foco em determinada atividade:

“de a criança saber estar sozinha, porque, hoje em dia, parece que as pessoas não conseguem tá sozinha, elas sempre têm que tá compartilhando com alguém alguma coisa que elas tão fazendo, mostrando... Eu acho que é superimportante tu conseguir sentar sozinho e fazer alguma coisa e te concentrar naquilo que tu tá fazendo, acho que essa é outra vantagem que o não uso de tecnologia te traz, né. Conseguir focar mais no que tu tá fazendo.” (Participante 1)

O quarto e último subtema deste primeiro tema se refere às **desvantagens em usar telas**, que aborda a opinião das mães em relação aos aspectos negativos do uso de tecnologias

pelos bebês. Sobre isso, uma das mães relacionou o uso excessivo de telas pelos bebês à redução da interação com outras pessoas: *“também fica muito alheia ao relacionamento interpessoal, direto com outras pessoas, mas isso quando o uso é excessivo.”* (Participante 5). De maneira semelhante, uma mãe associou o uso de tecnologias no ambiente familiar à redução de contato entre os membros da família:

“(...) acho que é uma coisa que afasta os pais dos filhos, porque, às vezes, tá todo mundo junto, mas não tá ninguém, junto, né, porque tá cada um mexendo no seu tablet, no seu celular ou assistindo televisão. E aí, é aquela coisa assim, na hora do almoço... tu tá almoçando com uma TV ligada, ao invés de vocês conversarem, de falar sobre alguma coisa, tá todo mundo ali envolvido naquela tela, né.” (Participante 1)

Além disso, novamente surgiram preocupações das mães sobre o desenvolvimento da criatividade dos bebês e o excesso de estímulos que as telas oferecem: *“De novo, né, pro bebê e pra criança, eu não vejo vantagem nenhuma, assim. É aquele monte de cor, e... e, além de ter um monte de cor, e não... não explora o potencial criativo deles.”* (Participante 7). Da mesma forma, uma mãe questionou o potencial limitado dessas tecnologias de desenvolver o brincar simbólico:

“Eu acho que a questão da criatividade, do inventar brincadeiras, do criar coisas pra se ocupar, de entender que aquela caixinha ali é só aquela caixinha ali, e tá tudo certo, mas que tem por exemplo, uma caixinha de papelão que pode virar tantas outras brincadeiras. Mas enfim, outras coisas, né. Toda a criatividade fica limitada também.” (Participante 3)

Inclusive, entendendo que um dos motivos que leva ao contato da criança com as telas é a necessidade de distração, uma mãe ponderou:

“Eu acho que, assim, a questão da criança tá, ela fica ali, meia hora, uma hora, assistindo televisão, e fica guardando toda aquela energia que ela poderia tá brincando, então (...) a criança vai sair da televisão com energia acumulada e vai precisar né, gastar de alguma forma. Então, eu acho que é a facilidade que lá na frente tu acaba sendo demandada em dobro, né.” (Participante 1)

No que se refere aos estímulos que as telas oferecem, uma mãe questionou o recurso: *“(...) o que eu acho é que é muito fácil a tecnologia, né. Não faz eles se desenvolverem, eles recebem uma informação muito pronta. Então eles não têm um desenvolvimento muito adequado.”* (Participante 4). Ademais, uma mãe supôs influências negativas das telas na saúde física dos bebês: *“Eu acho que, eu não sou nem médica, nem oftalmo, mas eu acho que o uso excessivo prejudica, né, a visão, sei lá.”* (Participante 5). Além disso, outra mãe abordou sua opinião em relação ao conteúdo e à qualidade dos estímulos que as telas oferecem:

“Eu não acredito nessas coisas que têm os videozinhos que são feitos para estimular a cognição das crianças... porque eu acho que é... tudo acontece muito rápido, é... uma iluminação intensa que a criança, ela fica sugada ali por aquela tela. Então eu não acho que... que venha a agregar, tipo, até quando a criança tá um pouco mais velha,

não nos casos dos bebês. As histórias elas não têm lógica, pra mim. Eu acho que são histórias assim, totalmente fora [da realidade].” (Participante 1)

Este estudo buscou explorar quais estratégias as mães e demais cuidadores têm utilizado para prescindir do recurso da tecnologia nos diferentes contextos de cuidado, interação e entretenimento de seus bebês, que tinham entre três meses e 23 meses de idade no momento da entrevista. É importante ater-se à especificidade desta faixa etária em relação ao uso de tecnologias, uma vez que diversas sociedades e associações de pediatria ao redor do mundo propõem orientações de que seja evitado o uso de telas (como televisão, *smartphone* e *tablet*) pelos bebês de até dois anos de idade (AAP, 2016; SBP, 2016). Muitos estudos têm sido realizados a fim de identificar se essas orientações estão sendo seguidas. O que se observa nesses estudos, entretanto, é que a grande maioria dos bebês nesta idade são expostos diariamente a essas tecnologias (Beck et al., 2015; Cristia & Seidl, 2015; Ebbeck et al., 2016; Goh et al., 2016; Pempek & McDaniel, 2016), o que torna essencial compreender as motivações por trás da oferta de tecnologias pelas mães e pelos pais aos seus bebês.

A literatura aponta que já nos primeiros dois anos de vida, o uso de tecnologias aumenta com a idade dos bebês (Cristia & Seidl, 2015; Ebbeck et al., 2016; Goh et al., 2016; Pempek & McDaniel, 2016). O estudo de Goh et al. (2016), por exemplo, identificou que até os seis meses de idade, 29% dos bebês já eram expostos a telas diariamente. Já entre 18 e 24 meses de idade, as atividades diárias envolvendo telas faziam parte da rotina de 88,2% dos bebês, de acordo com o relato dos pais (Goh et al., 2016). De forma semelhante, Cristia e Seidl (2015) observaram que, aproximadamente entre cinco a 12 meses e entre 12 a 14 meses, os bebês que não faziam uso de telas representavam quase dois terços da amostra total (33/46 e 30/45, respectivamente). A partir dos dois anos de idade, a proporção de crianças que não faziam uso de *touchscreens* reduziu consideravelmente, estabilizando-se entre 9% e 13%.

Já um estudo qualitativo, realizado a partir de entrevistas semiestruturadas com 26 pais de bebês de até dois anos de idade que se autodeclaravam latinos, destacou que apenas quatro dos pais entrevistados declararam que crianças menores de dois anos de idade não deveriam assistir televisão. Entretanto, apenas um dos pais disse que seu bebê não assistia televisão. Esse fato traz à tona o fato de que alguns pais, mesmo que entendam que seus filhos não deveriam fazer uso dessas tecnologias por determinados motivos, oferecem-nas a eles (Beck et al., 2015).

A maioria das participantes deste estudo, além de cuidar dos seus filhos, também trabalhava fora. Apenas duas mães, por estarem em licença maternidade, cuidavam de seus bebês em tempo integral. A literatura aponta, nesse sentido, que crianças em idade pré-escolar (entre três e seis anos de idade), cujas mães são donas de casa, tendem a passar mais tempo

assistindo televisão do que crianças cujas mães trabalham fora de casa (Genc, 2014). Os dados deste estudo, entretanto, apontam para outro fator: a influência de outros cuidadores na oferta de telas para distrair as crianças enquanto estão sob seus cuidados.

As mães relataram não oferecer telas para seus bebês em sua rotina, entretanto, destacaram os eventuais impasses que enfrentaram ao fazer combinações com as pessoas que se responsabilizavam pelo cuidado de seus bebês na sua ausência. Em sua pesquisa, Beck et al. (2015) constatou que algumas mães e alguns pais encontraram desafios de logística em seguir as orientações da *American Academy of Pediatrics* (2011), uma vez que seria difícil restringir o tempo em que seus bebês estariam assistindo televisão sob os cuidados de outra pessoa. Ainda assim, para uma das participantes, o fato de ter ajuda de outros familiares no cuidado de seu bebê é fundamental, de forma que não seja para ela uma questão que ele tenha contato com essas tecnologias em sua rotina, caso os outros cuidadores sintam a necessidade de oferecer a ele.

O fato de mães e pais terem valores semelhantes em relação ao desenvolvimento dos filhos é um fator que se mostrou importante na literatura, no que se refere ao estabelecimento de limites quanto ao uso de telas pelos bebês (Brown & Smolenaers, 2018). Inclusive, um estudo apontou que, para alguns casais parentais, há certa discordância entre oferecer e não oferecer telas aos filhos, como relatado por uma das participantes, de forma que os pais tendam a incentivar o comportamento de uso de telas pelos filhos como uma forma de interagir com eles e as mães tendam a desencorajar a prática (Bentley, Turner, & Jago, 2016).

Um fator importante que perpassou o discurso das participantes refere-se justamente a quem sente a necessidade deste recurso. Assim como apontado por diversos estudos (Bentley, et al., 2016; Brown & Smolenaers, 2018; Kabali et al., 2015; Radesky, Peacock-Chambers, Zuckerman, & Silverstein, 2016b; Santos & Barros, 2017; Zimmermann et al., 2007), muitas mães e muitos pais oferecem as telas aos seus bebês por necessidade própria, a fim de que o bebê se distraia e mãe e pai possam se ocupar de outros afazeres, para descansarem, ou até mesmo para acalmar o bebê em um momento de desconforto ou agitação (Bentley et al, 2016; Brown & Smolenaers, 2018).

Sobre isso, as mães entrevistadas se posicionaram contra. Estas pareceram priorizar atender às necessidades de seus bebês em um primeiro momento, deixando para cumprir outras tarefas quando possível. Assim, optavam por buscar alternativas para distrair ou acalmar seus filhos, que não envolvessem o uso de telas. Ao ater-se à estratégia de acalmar os bebês e crianças com o uso de telas, alguns autores demonstraram preocupações importantes referentes ao desenvolvimento da capacidade de autorregulação e de tolerar frustrações (Kabali et al., 2015; Radesky et al., 2016b). Além disso, questiona-se de que forma priorizar

este recurso pode influenciar na forma como o bebê vai aprendendo a compreender seus sentimentos frente a situações de aborrecimento, sendo este um mecanismo de satisfação com ausência de significado simbólico e de vínculo, que são tão importantes advindos do contato direto que os pais podem oferecer.

Nesse sentido, Santos e Barros (2017) problematizam a escolha dos dispositivos móveis e da televisão como forma de ocupar as crianças, com base na disponibilidade do pai e da mãe ao filho no momento em que convivem com ele. As autoras referem que pais e mães, muitas vezes, passam a maior parte do dia envolvidos com o trabalho, de forma que os filhos fiquem sob o cuidado de babás, ou passem o dia em creches ou escolas, longe do contato deles. Já no momento em que estão juntos, comumente no final do dia, mães e pais estão cansados e buscam um refúgio nas tecnologias tanto para que eles possam relaxar de suas preocupações (Radesky et al., 2016a), quanto para que os filhos não demandem tanta atenção deles e eventualmente possam cumprir outras tarefas. Dessa forma, definem que mães e pais tendem a terceirizar a função de se fazer presentes para os filhos às tecnologias, que passam a manter as crianças mais quietas e com menos demandas de atenção. Assim, as crianças seriam neutralizadas de sua contribuição à relação pais-bebê ou pais-criança, de maneira que o ambiente não cumpra os requisitos de ser suficientemente bom (Mendes, 2015).

Ainda, a maioria das mães expressou preocupações referentes à alienação das crianças em relação ao ambiente, quando fazem uso de telas como televisão, *tablet* ou *smartphone*. De acordo com as participantes, as crianças tendem a não explorar outros sentidos ao fazer uso dessas tecnologias, além de interagirem menos com os demais. De forma semelhante, o estudo realizado por Bentley et al. (2016) apontou que as mães participantes do estudo relataram que compreendiam o uso de dispositivos móveis como uma atividade solitária e que influenciaria negativamente no desenvolvimento da sociabilidade das crianças, resultados semelhantes aos observados por Genc (2014). Inclusive, Bentley et al. (2016) descrevem a percepção das mães sobre o comportamento dos filhos neste contexto como mais lentos e com menos energia, relato semelhante ao das participantes da presente pesquisa, que relataram a impressão de que as crianças ficavam hipnotizadas ao fazer uso das telas. Entretanto, embora as participantes do estudo de Bentley et al. (2016) tenham referido que poderiam haver efeitos negativos no uso dessas tecnologias pelas crianças, muitas delas entendiam que, atualmente, os dispositivos móveis são uma parte da vida necessária e inevitável, de forma que permitiriam que seus filhos utilizassem regularmente, com alguma relutância.

Entende-se que, para as mães participantes deste estudo, observar outras crianças fazendo uso desses dispositivos influenciou, de alguma forma, sua compreensão acerca dos efeitos do uso para o comportamento de bebês e crianças. Assim, esse teria sido um fator

considerado em sua escolha de não oferecer essas tecnologias aos seus bebês. De forma semelhante, Brown e Smolenaers (2018) destacaram que presenciar ou ouvir sobre efeitos negativos do tempo excessivo de uso de telas por outras crianças foi um fator que influenciou na visão que pais e mães têm sobre isso e na prática parental dos participantes de seu estudo. Ter contato com familiares que estavam nesse contexto servia como referência para eles do que fazer e do que não fazer, assim como também relatado neste estudo.

Outro dado observado no presente estudo é que, mesmo que algumas mães achassem que as telas fossem um recurso que pode ser positivo, neste momento do desenvolvimento de seus bebês, elas afirmaram preferir que eles brincassem com outras coisas, bem como priorizavam a interação e convivência familiar. Nesse sentido, o estudo de McCloskey et al. (2018) aponta que para alguns pais, seus filhos não usavam essas tecnologias com maior frequência, pois entendiam que havia melhores formas de seus filhos brincarem, bem como preferiam que os filhos não ficassem mais tempo fazendo uso desses dispositivos. Inclusive, outro fator que remete aos resultados deste estudo é que pais com maiores níveis de escolaridade tinham maior tendência a fornecer esse tipo de respostas (McCloskey et al., 2018), característica semelhante à amostra de participantes deste estudo, cujo nível de escolaridade corresponde ao ensino superior ou pós-graduação.

Justamente atendo-se ao período inicial do desenvolvimento infantil e às particularidades deste estágio, os resultados deste estudo apontam que um aspecto importante para as motivações das mães em evitar que seus bebês façam uso de dispositivos eletrônicos em sua rotina se refere à interação como prioridade para a mãe com seu bebê, como exemplificado por uma das mães. A teoria Winnicottiana (1963) define que a mãe se apresenta como o ambiente para o bebê, em que é possibilitado o processo de integração do bebê. Inicialmente, o ambiente deve lhe prover a satisfação completa de suas necessidades, em função da total dependência do bebê neste período inicial. Para que isso aconteça, portanto, é necessário que a mãe se adapte ao bebê, não o contrário.

É possível associar o entendimento das mães deste estudo ao estabelecimento de um ambiente suficientemente bom, em que tornar-se de fato presente e priorizar as necessidades do bebê em relação às suas parece natural para as participantes. Inclusive, Peres et al. (2012) enfatizam que a constituição do psiquismo depende da prática social, uma vez que as relações interpessoais modelam a percepção que o sujeito tem da realidade. Os autores defendem que as relações que ocorrem nos primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, e privar os bebês desse contato pode levar a déficits cognitivos. De qualquer forma, as participantes deste estudo parecem entender que em momentos futuros serão necessárias adaptações à rotina e que as necessidades do bebê serão outras. Assim, como referido por

Pelento (1991), em um estágio posterior do desenvolvimento do bebê, a mãe terá como função oferecer experiências de presença e ausência, de maneira que será importante prover a satisfação do bebê, mas também não prover sua satisfação completa, ainda tolerando suas atitudes hostis e opondo-se a ele quando necessário.

Nesse sentido, pode-se pensar na possibilidade de introduzir esses recursos na rotina do bebê em estágios futuros do desenvolvimento. Pensa-se nisso de forma que as tecnologias não representem apenas um substituto da presença do cuidador, mas possam ser utilizadas em momentos específicos, com limites estabelecidos. É importante permitir que ainda estejam presentes os momentos em que se exigirá tanto a tolerância dos cuidadores frente ao comportamento das crianças, quanto a tolerância das crianças frente às frustrações inerentes ao desenvolvimento. Quando a criança já tiver mais recursos simbólicos e tiver tido experiências de um ambiente suficientemente bom, talvez seja mais natural para ela que este seja mais um artifício que está a sua disposição, junto a tantos outros cujas funções podem ser positivas quando bem utilizadas.

O fato de que as mães tinham conhecimento de estudos que foram realizados sobre as possíveis influências do uso de dispositivos móveis e de televisão para o desenvolvimento infantil mostrou-se relevante para a escolha delas em não oferecer esses recursos aos seus bebês. Ter conhecimento das orientações em relação ao uso de tecnologias por bebês pode influenciar na escolha dos pais ao oferecer esses artifícios aos seus filhos (Beck et al., 2015; Howe et al., 2017). Inclusive, embora os pais tenham conhecimento sobre os efeitos do uso de tecnologias por bebês através de fontes leigas de conhecimento, como amigos, familiares e programas de televisão, para eles, receber orientações de profissionais a respeito do assunto, com explicações racionais, faria diferença em sua motivação por modificar suas práticas (Beck et al., 2015).

Pode-se relacionar, ainda, a busca por esse tipo de informações, bem como o interesse por conhecimento científico, ao elevado nível de escolaridade das participantes. Entretanto, a literatura apresenta dados contrastantes quanto à relação entre a escolaridade dos pais e o uso de dispositivos móveis e televisão pelos bebês e crianças. De acordo com McCloskey et al. (2018), as crenças sobre o uso de tecnologia e as razões para seu uso foram diferentes de acordo com a etnia e o nível de escolaridade dos pais, embora não houvesse diferenças significativas em relação ao nível socioeconômico da família. Entretanto, outros estudos (Goh et al., 2016; Pempek & McDaniel, 2016) não observaram associações significativas entre a escolaridade dos pais e o uso de telas pelos filhos. Apesar disso, entende-se que o conhecimento dos pais sobre o uso de tecnologias pelos bebês, assim como as práticas

parentais em relação a esse uso podem implicar em estratégias para regular o uso desses dispositivos pelos bebês, promovendo práticas saudáveis (Goh et al., 2016).

Um aspecto interessante dos dados obtidos foi que, ao serem questionadas sobre as vantagens e desvantagens do uso de tecnologias pelos bebês, a maioria das mães citou vantagens de não usar tecnologias e desvantagens em usar tecnologias, de forma que ambas remetessem às justificativas de sua escolha por não oferecer telas aos seus filhos. Pouco se fala na literatura, especificamente, sobre as vantagens de que os bebês não usem dispositivos móveis ou televisão até os dois anos de idade, mesmo que existam orientações para que os bebês não sejam expostos a isso tão cedo. O que se observa é que o foco das publicações está voltado às desvantagens e aos riscos que esses aparelhos oferecem ao desenvolvimento infantil, ou à percepção dos pais em relação às vantagens de oferecer essas tecnologias aos filhos – o que justificaria a grande incidência de bebês nesta faixa etária que fazem uso desses recursos.

Ao ater-se às vantagens de que os bebês não utilizem essas tecnologias, um fator relevante a ser considerado é justamente a disponibilidade tanto dos pais quanto dos filhos no momento em que não estão ocupados com os dispositivos eletrônicos. Radesky et al. (2016a) destacam que os pais que participaram de seu estudo relataram que se sentiam mais presentes com os filhos quando não estavam dividindo a atenção entre eles e os dispositivos, sendo que percebiam que o momento passava a ser mais prazeroso também para as crianças. Dessa forma, pode-se pensar em uma percepção recíproca por parte destas. Inclusive, aponta-se que, quando os pais se mostram mais preocupados com a influência negativa do tempo de exposição dos bebês às telas em relação ao desenvolvimento cognitivo e ao bem-estar social das crianças, há mais probabilidades de que os pais mudem seu comportamento em relação à oferta de dispositivos, comparado a quando suas preocupações remetem ao impacto no bem-estar físico dos filhos (Hinkley, Carson, Kalomakaefu, & Brown, 2017). Esse fator pode estar associado à escolha das participantes deste estudo.

As principais vantagens de que os bebês não façam uso de dispositivos móveis e televisão, na opinião das mães, estão relacionadas ao desenvolvimento da criatividade, à capacidade de concentração e foco em atividades e à interação e participação dos bebês em momentos de convivência familiar. Assim como identificado no estudo de Hinkley et al. (2017), as preocupações que motivam as mães a não oferecer esses dispositivos aos seus bebês estão intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento cognitivo e ao bem-estar social dos filhos. Inclusive, a literatura aponta uma tendência dos pesquisadores em ater-se também a essas hipóteses, uma vez que diversas publicações versam sobre a redução da interação familiar nesse contexto (Anderson & Hanson, 2013; Eisenstein & Estefenon, 2011; Kildare e

Middlemiss, 2017; Peres et al., 2012; Radesky et al., 2014a; Radesky et al., 2015b; Radesky et al., 2016a) e as influências no desenvolvimento cognitivo (Anderson & Hanson, 2013; Peres et al., 2012), incluindo a criatividade (Almeida & Costa, 2016).

Especificamente, dentre as vantagens em não oferecer telas ao bebê, uma das mães relembrou um episódio em que estavam em um restaurante e seu bebê participou do jantar interagindo com a família e brincando com os objetos que estavam na mesa e faziam parte daquele contexto. A participante comparou o comportamento de seu bebê com os demais bebês e as crianças que estavam presentes no local, observando que era unânime o uso de dispositivos móveis para distrair as crianças enquanto os pais jantavam, de forma que elas não compartilhassem daquela experiência com a família. Sobre isso, Radesky et al. (2014a), ao observarem o uso de celulares pelos pais em restaurantes de *fast-food*, perceberam que frequentemente os pais ofereciam o celular aos filhos quando eles ficavam mais agitados ou apresentavam mau comportamento, em vez de distrair ou acalmar as crianças. Ademais, Brown e Smolenaers (2018) identificaram que, para alguns pais participantes de seu estudo, o uso de *tablet* e televisão foi visto como um recurso de apoio aos pais no momento de alimentar os bebês. Esses dados fazem um contraponto à opinião da participante, que entende como positivo poder prescindir desse recurso nessas situações, associando a momentos de interação familiar.

Assim como a principal vantagem de que os bebês não usem tecnologias remete à interação familiar na percepção das mães, a principal desvantagem, para elas, também está relacionada à redução na interação familiar ao fazer uso desse recurso. De forma semelhante, outros estudos apontaram preocupações dos pais em relação à sociabilidade dos filhos, incluindo isolamento e introversão (Bentley et al., 2016; Ebbeck et al., 2016; Genc, 2014). Ainda, dois estudos apontam preocupações dos pais com um possível prejuízo na visão dos bebês e crianças (Beck et al., 2015; Ebbeck et al., 2016), desvantagem citada por uma das participantes.

Além disso, algumas participantes relacionaram as desvantagens do uso de tecnologias pelos bebês ao desenvolvimento como um todo, em função das informações prontas e ao excesso de estímulos, que prejudicariam também, especificamente, a criatividade e o desenvolvimento do brincar simbólico. Inclusive, uma das mães expressou seu pensamento contrário à concepção de que o uso dos dispositivos estimula a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo. Este resultado vai contra os dados apresentados por diversos estudos, que apontam como principal vantagem vista pelos pais no uso de tecnologias por bebês o desenvolvimento cognitivo e intelectual, atribuído ao caráter educativo dos dispositivos (Beck et al., 2015; Bentley et al., 2016; Brown & Smolenaers, 2018; Genc, 2014;

Ebbeck et al., 2016). A literatura sobre o assunto, entretanto, não é conclusiva. Assim como há estudos que indicam a capacidade de aprendizado através do uso de vídeos (Dayanim & Namy, 2015) destacando a importância da mediação e interação de qualidade com os cuidadores para o aprendizado do bebê (Zac & Barr, 2016), há outros estudos que referem que as crianças têm uma possibilidade pequena de aprendizado a partir de mídias infantis, atribuindo essa percepção a uma superestima dos pais em relação ao aprendizado dos filhos (DeLoache et al., 2010).

Orientações de profissionais quanto ao uso de telas

O segundo tema diz respeito às orientações que as mães receberam, ou não, de profissionais da saúde ou da educação em relação ao uso de telas pelos bebês. Dentro deste grande tema, observou-se três subtemas. O primeiro subtema diz respeito aos relatos das mães que **receberam orientações, pois perguntaram**. Nele, são abordadas as orientações recebidas através dos questionamentos aos profissionais. Neste estudo, entretanto, apenas uma das participantes relatou ter perguntado sobre o assunto à sua profissional de saúde de referência naquele momento, que era a pediatra:

“É... eu conversei com a minha pediatra sobre isso do não uso né. Ela não me orientou a usar. Ela me sugeriu que, o quanto eu consiga segurar, que é bom. Essa foi a minha orientação. (...) quando a gente pautou essa questão de tecnologia, a sugestão dela foi essa: que se conseguir nada, melhor. Se conseguir manter eles longe, os benefícios são ótimos, assim. (...) Ah, acho que a gente que trouxe essa questão de perguntar a opinião dela, assim. (...) Ela trouxe bem todas essas questões (...) da criatividade, da questão também de atenção das crianças, da questão de interação, que é muito mais interessante pra eles estarem brincando e a gente ter os nossos momentos de interação... não que a gente tenha de ficar o dia inteiro sentado no chão brincando com os nossos filhos, né, porque, enfim... ela tem essa abordagem bem no sentido de..., claro que ela não condena quem usa, né, se tu usa, bom, vamos conviver com isso, mas se tu puder não usar, a orientação dela, geralmente, é essa, de evitar e sob esses argumentos todos aí de criatividade, interação, capacidade de manter a atenção no que está fazendo, enfim.” (Participante 1)

O segundo subtema se refere aos relatos das mães que **receberam orientações sem precisar perguntar**. Nele, são apresentadas as orientações que foram dadas pelos profissionais independente de questionamentos das mães a respeito de como proceder quanto ao uso de telas pelos bebês. Apenas duas mães relataram ter recebido alguma orientação de profissionais, mesmo que não tenham perguntado a eles sobre. Uma delas, então, relatou que o pediatra de seu bebê não perguntou especificamente sobre o uso que ela e seu bebê faziam das telas, mas lhe abordou uma perspectiva que julgou interessante:

“O que ele me falou é que... eu achei super legal, assim... dele, né. Ele disse que é um mundo completamente novo pra ele, então tudo é novidade. Não há necessidade de ele ter um estímulo muito grande de celular e tudo, porque tudo é novo pra ele. Então ele tem que explorar o ambiente. Então, ele nunca me disse ‘não usa’. Mas ele disse que

não era necessário, né. (...) Nunca me perguntou, inclusive, se eu uso, se eu [ofereço].” (Participante 8)

Já a segunda mãe apresentou uma experiência diferente, tendo recebido orientações mais diretivas e permeadas por estudos científicos realizados sobre a temática, o que embasou fortemente sua escolha de não oferecer telas à sua filha:

“E quando a minha nenê nasceu, o pediatra que a gente escolheu também segue essa linha, e ele disse pra nós que ele também é contra, até os dois anos de idade, ele é absolutamente contra o uso de qualquer tecnologia, né. Depois, ele acha que com supervisão é possível introduzir. (...) O pediatra nos acrescentou que além de todos os malefícios pro desenvolvimento saudável da criança, as telas de televisão modernas, e de celular e tablet elas emitem sons e cores que prejudicam o desenvolvimento no cérebro das crianças, né. Então, isso eu acho que é um dado, importantíssimo. Até os dois anos de idade ele disse que de forma nenhuma o cérebro da criança tá preparado pra receber a quantidade de informações que aquela tela passa. Os neurônios não tão ainda maduros o suficiente, então isso é um primeiro ponto, né, por que que eu vou oferecer uma coisa pra minha filha que tá prejudicando o desenvolvimento dela, isso em primeiro lugar.” (Participante 6)

O terceiro subtema visa explorar o relato das mães que **não receberam orientações** de profissionais a respeito desta prática. Neste caso, cinco mães relataram não terem recebido orientações de profissionais quanto a como proceder em relação ao uso de tecnologias pelos bebês. Destas, uma disse que conversou com outras pessoas sobre o assunto, como uma troca de experiências:

“Não, acho que profissional... A minha obstetra falou sobre isso alguma vez, sobre a filha dela não ter esse contato até os dois anos, né. E eu participo de grupos de puerpério e a gente conversa bastante sobre... troca bastante experiências, né, de filhos que têm e que não têm contato, né. (...) Oficialmente, assim, nenhum profissional nos orientou a não entrar em contato com tecnologia mesmo.” (Participante 2)

Até este momento, não existem muitos estudos que explorem a eficácia e aceitação das orientações das sociedades de pediatria em relação ao uso de tecnologias por crianças pequenas ao redor do mundo (Brown & Smolenaers, 2018). A maioria das pesquisas que estão publicadas versam sobre o tempo que crianças a partir de três anos de idade, ou mais, utilizam dispositivos móveis e televisão. A partir disso, buscam-se diversas possíveis associações e correlações, a fim de encontrar preditores desse uso. Entretanto, ater-se à faixa etária de bebês de até dois anos de idade é particularmente relevante em função das especificidades deste período do desenvolvimento. Neste momento, ocorrem rápidas mudanças em termos neurais, sensoriais e perceptivos, fatores determinantes para o desenvolvimento cognitivo e social dos bebês (Courage & Howe, 2010). Dessa forma, a experiência de usar tecnologias, assim como as consequências do uso, não serão as mesmas para bebês e crianças em idade pré-escolar ou mais velhas (Courage & Howe, 2010).

Todavia, como fora apresentado anteriormente, os estudos que se ativeram em compreender o uso de tecnologias por bebês de até dois anos de idade demonstraram que existem diversos fatores que levam à não aderência dos pais às diretrizes dispostas pelos governos de diversos países, que orientam a não expor os bebês às tecnologias. Em vista disso, surgem questionamentos sobre o realismo das metas em relação às orientações, se as recomendações estão tendo o impacto desejado e quais são os empecilhos que os pais encontram em seguir as orientações (Brown & Smolenaers, 2018). O que se observa é que uma proporção muito pequena dos pais de crianças nesta faixa etária está ciente de que essas diretrizes existem. Neste estudo, mesmo em uma amostra de mães de bebês que não usam tecnologias, menos da metade das participantes recebeu orientações sobre como proceder nesse sentido. O estudo de Goh et al. (2016) indicou que apenas 12,7% dos pais sabiam das orientações para bebês menores de dois anos, mas 26% dos pais que participaram da pesquisa acreditavam que a recomendação de tempo de uso de telas pelos bebês era de duas horas ou mais por dia. Ainda, mesmo que 12,7% dos pais estivessem cientes das orientações, menos de 5% dos pais definiam regras para minimizar o tempo em que os bebês eram expostos às telas.

De forma semelhante, Brown e Smolenaers (2018) observaram em sua amostra que aproximadamente um terço dos participantes de seu estudo sabiam da existência de uma recomendação em relação ao uso de telas pelos bebês. Já no estudo de Beck et al. (2015), 40% dos participantes falaram que não sabiam durante quanto tempo por dia os bebês de até dois anos ou de dois anos ou mais poderiam assistir televisão. Os pais que responderam, porém, definiram entre zero e quatro horas de televisão por dia para bebês de até dois anos e entre uma e quatro horas por dia para bebês de dois anos ou mais. Ou seja, um tempo de exposição elevado para essa faixa etária. Dados do estudo de Howe et al (2017) indicam que o fato de que os pais tenham conhecimento das diretrizes influencia em suas práticas quanto ao uso de telas pelos seus filhos, uma vez que os filhos daqueles que não conheciam as orientações usavam os dispositivos eletrônicos com mais frequência do que os filhos daqueles que tinham conhecimento das recomendações.

Como apontado por Beck et al. (2015), cerca de 25% dos pais que participaram de sua pesquisa referiram que seu profissional de saúde de referência os orientou a limitar o uso de televisão pelos seus filhos. Além disso, 25% dos pais também relataram fontes leigas de informação acerca dos efeitos das telas na saúde das crianças. Todavia, a maioria dos pais afirmou que prefeririam ser orientados sobre isso especificamente por profissionais da saúde especializados, sendo que alguns pais disseram que ficariam mais motivados a seguir as recomendações se lhes fossem explicadas as justificativas para as diretrizes. Assim, saberiam o porquê de praticar as orientações.

Observa-se, nesse sentido, que há diferentes perspectivas por parte das autoridades de saúde e educação no que se refere às orientações quanto ao uso de tecnologias por crianças pequenas. Enquanto a mídia e as instituições educativas incentivam o uso desses recursos com a justificativa de promover aprendizagem (Courage & Howe, 2010), habilidades com tecnologias e outras áreas de conhecimento como o domínio de idiomas, instituições de saúde pública defendem que se reduza ou se evite o uso desses dispositivos, devido a possíveis prejuízos no desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social (Straker, Zabatiero, Danby, Thorpe, & Edwards, 2018). Para os profissionais, então, isso resulta em um dilema ao orientar as famílias em como proceder nesse contexto. Desse modo, Straker et al. (2018) destacam a necessidade de que sejam disponibilizadas informações claras e balanceadas em relação a práticas apropriadas nesse sentido, tanto para famílias, quanto médicos, educadores e outros profissionais que trabalham com crianças.

Quanto às diretrizes existentes, mesmo que os pais concordem que limitar o uso de telas pelos bebês seja uma recomendação positiva, muitos percebem a orientação como um desafio (Beck et al., 2015) ou até mesmo como impraticável, no que se refere a evitar totalmente o recurso (Brown & Smolenaers, 2018). Com isso, Brown e Smolenaers (2018) entendem que muitos pais usam seu próprio senso comum para decidir por quanto tempo seus filhos podem usar os dispositivos. Os autores constataram que as orientações elaboradas para essa faixa etária podem não ter o impacto desejado, uma vez que, embora os pais expressem que as recomendações tenham lhes deixado mais conscientes quanto ao assunto, suas ações e decisões não refletem essa mudança. Isso, de acordo com Brown e Smolenaers (2018), remete a fatores do contexto familiar que podem influenciar de forma mais direta na tomada de decisão dos pais ao limitar o uso de tecnologias pelos filhos.

Nesse sentido, pode-se pensar nas particularidades da amostra do presente estudo. Ainda que algumas mães tenham citado informações provenientes de aconselhamentos de profissionais da saúde quanto ao uso de telas pelos bebês, percebe-se uma influência importante do estilo de vida e das características pessoais das mães na escolha de evitar este recurso com seus bebês. Isso reforça a ideia de que, mesmo que seja fundamental que profissionais da saúde e da educação orientem de forma coerente as famílias quanto ao uso de tecnologias pelos bebês e crianças pequenas, deve-se pensar em sugestões e alternativas flexíveis para compreender as características e o contexto de cada família. Isto posto, é importante ater-se às necessidades e demandas do bebê, conciliando com a disponibilidade dos pais em termos emocionais e práticos (Bentley et al., 2016), a fim de corresponder à realidade das exigências da vida pessoal e profissional dos pais com as da maternidade e paternidade.

Como reconhecido por McCloskey et al. (2018), uma vez que existem diversas notícias, matérias e estudos presentes na mídia e na literatura científica apontando para os malefícios do uso de tecnologias por bebês e crianças pequenas, o viés de desejabilidade social pode influenciar as respostas de participantes de pesquisas sobre a temática. Além disso, a *American Academy of Pediatrics* (2016) orienta que, ao crianças fazerem uso de dispositivos móveis e televisão, deve-se utilizar o recurso de forma a promover a convivência com familiares, fazendo um uso conjunto das telas, enfatizando o envolvimento dos adultos na prática, apesar de não recomendar o uso por bebês, a não ser por vídeo chamadas com familiares (AAP, 2016; Straker et al., 2018).

Percebe-se, porém, que o que as diretrizes orientam aos pais sobre um bom uso das tecnologias por crianças em idades iniciais se mostra contra o que os pais têm relatado sobre a função que as telas têm para eles. O que a literatura aponta remete ao uso desses dispositivos como um recurso dos pais para distrair os filhos em momentos de sua indisponibilidade para ocupar-se deles (Bentley et al., 2016; Brown & Smolenaers, 2018; Kabali et al., 2015; Radesky, et al., 2016b; Santos & Barros, 2017; Zimmermann et al., 2007). Assim, o que é relatado com maior frequência não se remete ao uso compartilhado, que venha a promover a convivência familiar e a troca entre pais e filhos por meio das tecnologias, como sugerem as diretrizes. Tendo isso em vista, fornecer orientações como as que existem sobre esse tipo de uso parece não gerar implicação por parte dos pais. Talvez o questionamento a ser feito justamente esteja voltado à rotina familiar, às demandas que os pais enfrentam no cotidiano e, conseqüentemente, à disponibilidade emocional e de tempo para dedicar-se aos seus filhos.

Então, Straker et al. (2018) propõem que sejam elaboradas orientações mais neutras e não conflituosas sobre o uso apropriado das tecnologias. Um aspecto importante a ser considerado remete às sugestões embasadas na quantidade de tempo de exposição dos bebês e crianças às telas (Courage & Howe, 2010; Straker et al., 2018). Entende-se que este deve ser considerado juntamente a outras variáveis como o conteúdo da programação, se é interativa ou não, o nível cognitivo da criança, características individuais desta e o contexto em que ela está utilizando o dispositivo, assim como se está compartilhando da experiência com adultos ou outras crianças (Courage & Howe, 2010). Todos esses fatores podem implicar em diferentes resultados quanto às possíveis influências do uso das tecnologias por crianças pequenas (Courage & Howe, 2010; Straker et al., 2018).

Atualmente, existem diversos estudos que produziram evidências de algumas influências do uso de tecnologias para o desenvolvimento de bebês e crianças. Em vista disso, Straker et al. (2018) sugerem que sejam elaboradas novas diretrizes com base em evidências, que busquem abarcar o entendimento tanto das necessidades dos bebês, quanto dos pais.

Assim, produzir-se-iam recomendações consistentes e justificadas acerca da melhor forma de utilizar esses recursos nas diferentes faixas etárias, a fim de explorar as potencialidades dos dispositivos e minimizar os riscos do seu uso (Straker et al., 2018). Os autores enfatizam que a capacitação de profissionais da saúde e educação no intuito de instruírem as famílias está alinhado com o objetivo geral desses profissionais, que é apoiar as famílias no desenvolvimento de práticas que sejam do interesse da criança e priorizem sua saúde, bem-estar e desenvolvimento educacional. Inclusive, fornecer sugestões de diversas alternativas ao uso das tecnologias para famílias de diferentes contextos é essencial para promover estratégias de mudança quando indicado.

Ainda assim, o acompanhamento periódico do desenvolvimento dos bebês e das crianças, atendo-se também às demandas dos pais e sua disponibilidade emocional no cuidado de seus filhos é de suma importância. Como referido por Raman et al. (2017), muitos pais têm grandes demandas tanto dos bebês e outros filhos mais velhos, quanto do trabalho e das tarefas domésticas. Assim, podem sentir dificuldades para conciliar todas as responsabilidades e então sentem-se sobrecarregados para brincar livremente e de forma ativa com seus bebês. De qualquer maneira, Raman et al. (2017) sugerem que seja especificada a importância de realizar as rotinas diárias de cuidados dos bebês sem o uso de dispositivos eletrônicos nas futuras recomendações das sociedades de pediatria. Como o brincar e as atividades de rotina são considerados as formas mais ricas de estimular o desenvolvimento do bebê, os autores ressaltam a importância do acompanhamento e da atenção às famílias para auxiliá-los nesse contexto. De forma semelhante, Beck et al. (2015) afirmam que os clínicos podem ter um papel mais eficaz para incentivar o uso limitado desses recursos caso forneçam informações sobre alternativas a essas ferramentas, que estimulem o desenvolvimento de forma adequada a cada faixa etária.

Alternativas ao uso de telas

Já o terceiro e último tema se refere aos recursos utilizados pelas mães para auxiliá-las em situações em que precisavam distrair seus bebês para realizar alguma atividade, em momentos de brincadeiras ou em tarefas como alimentação, troca de fraldas e na hora de dormir. Neste tema, foram identificados quatro subtemas. O primeiro diz respeito à **conotação lúdica às tarefas** referida pelas mães, ao descrever as rotinas de cuidado de seus bebês. Nesse sentido, quatro mães relacionaram as tarefas de cuidado de seus bebês com momentos de brincadeiras simbólicas e de interação entre mãe e bebê. A exemplo disso, a participante 1 descreveu um pouco da rotina no momento da alimentação de seu bebê e de seu filho mais velho:

“Muitas vezes, a minha estratégia é assim: eles gostam muito, a gente tem uma mesa na cozinha, que as cadeiras ficam na frente, então, às vezes, eles pedem pra comer no esconderijo. Então eles descem e eu vou dando a comida pra eles ali. Claro, eles tão no meio de uma brincadeira, mas eu evito que eles tenham coisas que eles estão brincando enquanto eles tão, tipo, às vezes, eles querem levar um livrinho pra ficar lendo junto quando tão comendo. A gente tenta que isso não aconteça, né, às vezes eles tão com um livrinho, alguma coisa, mas é... a ideia é que eles estejam focados no momento de comer, né. Geralmente eles comem tranquilos, sentadinhos na cadeira, na mesa, junto com a gente. Mas quando tá assim, às vezes, aí, tu tá exausta, tipo, tá, vamos lá pro esconderijo, ou, às vezes, eles têm uma mesinha no quarto deles: ‘Aí, vamos comer hoje lá na mesinha de vocês no quarto!’. Então, às vezes a gente procura mudar o ambiente pra ver se consegue focar no comer, mas sempre evitando outras coisas, assim, brinquedo, pra eles ficarem focados naquilo.”

Ainda, a participante 5 relatou os recursos que utilizava no momento das trocas de fralda, no intuito de distrair sua bebê interagindo com ela: *“Mas a fralda, que, às vezes, ela não quer e tal, aí eu dou um brinquedo, fico cantando, falando bobagem...”*. De forma semelhante, na hora de dormir, a participante 6 contou que buscava relacionar este momento ao lúdico, com uso de bonecas e leitura de histórias, mas que quando estes artifícios não funcionavam, oferecia colo à filha:

“Ontem, por exemplo, ela não queria dormir a ponto de se levantar da cama e querer brincar, e querer fazer outras coisas. Pra esses momentos eu sempre tento um livrinho, ela tem vários livrinhos, ela gosta, então, contar historinha, e... ontem também eu tentei colocar na caminha dela com as bonecas, pra ver se ela queria fazer a boneca nanar, mas não deu muito certo... E aí a estratégia acabou sendo botar na minha cama e oferecer o colinho, aí ela veio pro colinho, custou um pouco, acho que uns quinze minutinhos, eu fiquei com ela no colo, assim, embalando um pouquinho, mas logo ela dormiu. Ela aceitou e dormiu.”

Assim como mencionado pelas participantes citadas anteriormente, o uso de brinquedos era um recurso utilizado frequentemente pelas mães para distrair seus bebês nos momentos de cuidado. Além dessas, outras duas mães também referiram o uso de brinquedos ou objetos relacionados à tarefa que estava sendo realizada, principalmente na troca de fraldas. A exemplo disso, a participante 6 referiu que:

“Olha, trocar fralda, eu sempre tenho um monte de coisa ali em cima do trocador, assim, tipo, escovinha de cabelo dela, o Hipoglós, o lencinho, né, sempre... procuro chamar a atenção dela pra alguma coisa... é, ‘ai, filha, ó, penteia teu cabelo’, ela pega escovinha, penteia o cabelo, é, esse tipo de coisa, assim, ‘olha o nenê que tem na... na embalagem do lencinho umedecido’, é... (...) É, coisas relacionadas ao momento.”

O segundo subtema está relacionado ao **momento específico de brincar**, tanto do bebê, quanto da dupla mãe-bebê. As diferentes formas de brincar foram entendidas a partir da demanda de engajamento dos adultos nas brincadeiras, assim como a necessidade de supervisão por parte dos pais. Pode-se pensar tanto no tipo de brincadeiras preferidas pelos bebês que não utilizam recursos tecnológicos, como na percepção das mães em relação à sua participação nesse momento. Dessa forma, duas mães descreveram as brincadeiras de seus bebês como

brincadeiras mais livres, em que exploravam tanto o ambiente interno da casa, quanto a área externa. Essas são atividades que podem exigir ou não a interação da mãe com o bebê, mas que quando são realizadas sem a mediação dos pais, necessitam de supervisão. A exemplo disso, apresenta-se o relato de uma das participantes:

“(...) ela quer ir pra rua, ela quer brincar no chão (...). Ela tem uma barraquinha, ali, com as bolinhas, tal, com as bolinhas coloridas, e os brinquedos dela, e eu largo ela ali, e ela brinca um tempo enquanto ela tá a fim, e depois ela sai pra engatinhar pela casa e aprontar. E ela entra no cesto de roupa, ela puxa as coisas do berço pra fora, ela mexe na cinza do fogão à lenha... mas tudo muito tranquilo, assim, nada... nada de machucar, vamos dizer assim.” (Participante 3)

Além disso, duas mães relacionaram o momento de brincar com atividades que requeriam a interação da mãe com o bebê. De acordo com o relato das mães, os bebês demandavam a companhia da mãe tanto para participar da brincadeira, quanto para apenas compartilhar daquele momento, como referido pela participante 8:

“Ele gosta, assim, que a gente esteja do lado, assim, mostrando pra ele, e botando as coisas dentro da caixa, tirando, né. Mas logo ele se distrai sozinho, né. Não precisa necessariamente que a gente brinque com ele, mas ele gosta que a gente esteja do lado.”

Ou, inclusive, a interação e a necessidade da presença da mãe ou outro cuidador também surgiam em função do tipo de brincadeira que costuma fazer parte deste momento, fato mencionado por quatro participantes:

“A brincadeira favorita dela tem sido ou empurrar o carrinho dela de boneca, correndo atrás da gente pela casa, ou correndo atrás da [cachorra], aí a gente tem que fingir que tá fugindo dela... é... ou ela quer pegar... se a gente não ser o carrinho na mão dela pra ela fazer isso ela quer pegar alguma outra coisa, como por exemplo cesto de brinquedos, né, de plástico, quer sair empurrando pela casa atrás da gente...” (Participante 6)

Em contrapartida, outras mães relacionaram o momento de brincar de seus bebês a brincadeiras mais individuais, em que engajavam sozinhos nas brincadeiras, sem requisitar a participação dos pais:

“Algum brinquedo de montar, de vez em quando, aqueles que vai empilhando. Agora ela tá despertando um pouquinho de interesse por aqueles quebra-cabeças, que encaixa as formas dos bichinhos, sabe? Leão dentro do leão... inteiros, ainda, os bichinhos, com as figuras.... E aqueles de montar, de empilhar, cubos que tu vai empilhando... (...) Os carrinhos ela gosta, ela pega, ela empilha, ela faz fila, ela... fica olhando as rodinhas de cada um.... Então carrinho ela gosta bastante.” (Participante 5)

O terceiro subtema, **distração para realizar tarefas**, representa as estratégias utilizadas pelas participantes para distrair seus bebês no momento em que precisam realizar tarefas cotidianas, como resolver alguma pendência do trabalho, cozinhar ou tomar banho. Ainda, aborda como as mães distraíam seus bebês em contextos como restaurantes e em viagens de

carro. Inclusive, explora alternativas à oferta de tecnologias aos bebês, sugeridas pelas participantes a outras mães. O relato de realizar tarefas com o bebê por perto, distraíndo-se com brinquedos, esteve presente no discurso de seis mães. Sobre isso, a participante 8 referiu que:

“Eu espio ele, tá tudo certo, e vou tomar banho. Todos os dias de manhã eu faço isso, eu boto ele dentro do banheiro comigo. E se não tá dando, assim, pra ele ficar sozinho brincando, que ele não gosta de ficar sozinho, eu boto ele no carrinho, e vou conversando, vou cozinhando, e é assim que eu distraio, né. (...) Até com o cinto do carrinho ele se distrai, né. É bem raro ele não se distrair. Ele precisa me enxergar, sabe, ou enxergar alguém que ele tenha confiança. Daí ele fica. Aonde ele estiver. Vou conversando, alguma coisa... um potinho na mão dele, algo assim, né, vou contando que eu tou fazendo né, ‘ah, eu tô fazendo arroz, não sei o que’, e aí ele vai se acalmando. Mas ele sempre precisa estar comigo. Me vendo, assim.”

Duas mães relataram que contavam com a ajuda dos filhos que são um pouco maiores, com três e com cinco anos de idade, para distrair seus bebês para realizar algumas tarefas: *“Então, normalmente, assim. Ou então peço pro meu filho: ‘Ah, [filho], brinca um pouquinho com a mana só pra eu fazer não sei o que’, daí ele fica com ela. É um, tipo assim, dez minutinhos, né (risos).”* (Participante 5). Outra tarefa referida está relacionada aos momentos em que as mães precisam tomar banho, situação em que o contato direto com o bebê e sua supervisão pode ser mais difícil. Três participantes contaram que apenas tomavam banho quando outro cuidador estava em casa, para que cuidasse do bebê naquele momento:

“O banho, o meu marido... eu só tomo banho quando ele chega (risos), daí ele fica com ela, ou eu tomo banho com ela e ele fica com o mais velho e eu tomo banho com ela, ou a gente bota ela no ofurô e daí a gente toma banho junto. Levo ela junto, ou espero ele chegar pra tomar banho.” (Participante 7)

Tomar banho junto com o bebê, como referido por esta mãe, também foi uma estratégia adotada por outra participante. Além disso, a participante 3 referiu que apenas tomava banho quando a bebê dormia, em momentos em que não havia outros cuidadores para ficar com a bebê: *“eu tomo banho só quando ela dorme, quando eu tô sozinha. E como ela tem os horários bem certinhos pra dormir, ela dorme um tempo bom, assim, ela é super tranquila pra se organizar”*. Uma participante, inclusive, relatou sentir mais dificuldades para realizar tarefas do dia a dia enquanto estava com sua filha:

“Não tem como. Não, não tem, impossível. Comida, eu já consegui fazer, mas daí, com ela no colo, com ela junto, né. Tipo, com ela no colo pra botar um feijão na panela, e depois fiquei brincando com ela enquanto o feijão cozinhava. Mas assim, de conseguir largar ela sozinha brincando, [não]. Banho eu já tentei fazer isso uma vez, deixei ela, tava super distraída no quarto, brincando. Aí eu falei ‘bom, vou tomar um banho, aqui, de porta aberta, vai dar tudo certo’. Só que não, né. (...) Foi praticamente a única vez que eu tentei, assim, depois que ela começou a engatinhar. Antes quando era bem bebezinha, eu tentava, deixava no bebê conforto na porta do banheiro, tomava banho, e tal, mas no geral eu sempre preciso que alguém fique com ela pra poder tomar banho, ou ela toma banho junto comigo. Também é um recurso que acaba acontecendo muito é ela tomar banho junto comigo.” (Participante 6)

De outra forma, uma participante relatou que, ao realizar tarefas domésticas, buscava incluir o bebê nas atividades. Neste caso, o bebê já estava prestes a completar dois anos de idade, tendo habilidades motoras mais desenvolvidas. Nesse sentido, a participante 1 contou sua experiência:

“Eu prefiro colocar, por exemplo, muita gente fala que usa a televisão pra cozinhar. Eu, lá na minha cozinha, tenho uma prateleira que é só dos brinquedos dos guris, então, enquanto eu tô cozinhando, eles tão cozinhando também. Eles têm umas frutinha, umas faquinha, umas coisas que eles brincam. (...) É um monte de brinquedo na cozinha e às vezes eu incluo eles e então, tipo assim, eu vou descascar as frutas, às vezes eu deixo eles mexerem nas cascas das frutas, dos legumes... se eu for fazer um bolo, ou se a gente vai fazer pão, eles ajudam, tipo, a gente coloca a farinha no pote, e eles que viram dentro do pote. (...) Então, eu procuro incluir muito, vou colocar a roupa na máquina, eles vão me alcançando e aí eles curtem muito isso de participar junto das atividades do pai e da mãe.”

Em relação a situações em que estão em um restaurante, surgiram três principais respostas no discurso das participantes: seus bebês comiam junto dos pais, os pais se revezavam para que um cuidasse do bebê e o outro comesse e, ainda, o bebê se distraía com brinquedos ou com objetos que estavam na mesa do restaurante. Sobre a primeira situação, a participante 1 contou sua experiência:

“Então a gente se serve e serve eles aí a gente vai comendo todo mundo junto assim. Volta e meia aí não quer comer o que tá no prato dele, quer comer o que tá no nosso prato, mas não são crianças que... e, assim, terminou de comer, a gente deixa eles descerem e eles não ficam assim agitando, aloprando no restaurante, eles ficam ali na volta, dão umas corridinhas, e tal. (...) E, geralmente, eles tão comendo junto enquanto a gente tá comendo.”

Quanto à segunda situação relatada anteriormente, a participante 2 descreveu sua experiência: *“hoje a gente foi num restaurante e ela tava com sono, e eu não conseguia fazer ela dormir, tava muito barulhento no restaurante, daí eu saí, daí a gente se reveza. Quando ela tá assim, que ela não fica quieta, né, não quer ficar sentada, no caso”*. Por fim, a exemplo da última estratégia citada, a participante 3 disse: *“A gente sempre tem alguma coisa pra distrair. Algum brinquedo, ou aqueles folhetinhos que tem nas mesas dos restaurantes e coisa, ela adora rasgar aquilo tudo, ela é muito bagunceira, assim, nesse ponto”*.

Outro contexto explorado quanto às alternativas que as mães costumam utilizar para distrair seus bebês foram as viagens, principalmente de carro. Três mães relataram que usavam livros para contar histórias aos bebês no carro, ou então ofereciam outros brinquedos para que os bebês se distraíssem durante a viagem:

“Então ela era ainda mais dorminhoca, um pouco mais dorminhoca, mas no momento que ela tava acordada, assim, o que eu levei na viagem pra distrair ela foi livro e brinquedo, assim. Uma bonequinha dela, e aí ela abraçava a boneca, e fazia a boneca dormir. Livrinho, ela folheia o livro sozinha... Aí ela fica mostrando as coisas, ela já sabe falar alguma coisa e outra, daí ela mostra e fala ‘ah o piu piu, o au au’. E é isso, é o que mais funciona.” (Participante 6)

Duas mães relataram um pouco mais de dificuldade de distrair e acalmar seus bebês em viagens, e disseram que oferecer colo ao bebê era uma estratégia para seguir a viagem:

“Uh... também sempre foi muito difícil, mas agora, assim, de uma hora pra outra, acho que junto com a creche, assim, e isso melhorou muito. Ele tem ficado no bebê conforto, quietinho, e dorme. Mas até pouco tempo atrás, ele não ficava no bebê conforto, de jeito nenhum, assim, tranquilo, muito difícil. Então eu acabava a maioria das vezes tirando ele, pegando no colo... Daí acalmava, às vezes não, aí ele ia pra teta, né. É bem difícil...” (Participante 4)

Ainda, duas mães relataram que o bebê observar o movimento e estar atento à viagem era um fator que ajudava a distraí-lo, o que foi possível após a transição do uso do bebê conforto ao uso da cadeirinha:

“E agora faz... uma semana, eu acho, duas, que a gente comprou uma cadeirinha, agora que ela se enquadrou no comprimento que precisa pra usar a tal da cadeirinha. Então agora é uma maravilha, que daí ela enxerga pra fora, ela observa os carros, ela olha as luzes, ela se diverte, eu boto os brinquedos pendurados, e aí se é hora dela dormir, e ela não consegue dormir, eu dou a mamadeira, se precisa... mas é bem, bem tranquilo, assim.” (Participante 3)

Além dos contextos em que as mães costumam distrair seus bebês, questionou-se alternativas que elas sugeririam a outras mães para evitar o uso de telas para distrair os bebês em uma situação hipotética, em que uma mãe precisaria realizar uma tarefa do trabalho. Sobre isso, os principais relatos das mães estavam relacionados à visão delas de que as necessidades dos bebês eram prioridade, frente às necessidades das mães, como referido pela participante 8:

“É que eu não sei a situação dela, né? Mas eu acho que ela poderia tentar outros recursos, né. Eu sempre... que nem eu digo, a minha prioridade é ele, então várias vezes eu precisei fazer [tarefas do trabalho], eu esperava meu marido chegar em casa, e dizia tá, fica com ele que eu vou fazer. Algumas vezes de madrugada. Mas... eu sempre tentava me organizar bem antes, porque eu sabia que em algum momento talvez eu não pudesse fazer, sabe? Então eu acho que ela poderia usar outros recursos, ou fazer isso em outro momento se ela pudesse, sabe. Ou o momento em que ele dormisse, que ele... ou que tivesse mais calmo, ou que brincasse sozinho, né.” (Participante 8)

Um fator interessante é que as mães demonstraram empatia pela personagem fictícia que precisaria realizar sua tarefa em meio aos cuidados de seu bebê, ressaltando que não julgavam as escolhas das outras mães e que, muitas vezes, seu contexto limitava suas alternativas:

“(...) Teria outras opções, teria, mas eu acho que cada mãe acaba recorrendo àquilo que tá mais próximo da sua capacidade, né. Daqui a pouco, recorrer a uma amiga, dinda, mãe, avó, prima, enfim, alguém pra cuidar a criança nesse tempinho, ou o pai da criança, que tá ali, que tem que ajudar ou... às vezes eu sei que não tem o pai junto, alguma amiga que tá ali, junto, acompanhando a vida... Sempre tem outra alternativa, né. Mas a gente tem que se adaptar com aquilo que a gente tem mais próximo pra nos atender.” (Participante 3)

Em contrapartida, a maioria das mães contou que outras mães costumam reagir com estranhamento ao saber que elas não utilizam esses recursos para distrair seus bebês, por vezes sentindo-se julgadas por sua escolha:

“Todo mundo fica espantadíssimo quando eu digo que ela não assiste televisão, assim quando ficam muito espantados quando eu digo que ela não come açúcar, as pessoas ‘ai, coitadinha’, né, no geral, assim, me taxam como muito radical, como, nossa, que horror, coitadinha, quer privar a criança disso, né, é assim que as pessoas em geral reagem. Algumas pessoas, algumas mães já... já tiveram um olhar quase de pena assim, pra mim, tipo, nossa, como é que tu consegue, né. Como é que tu consegue fazer alguma coisa sem colocar ela na frente da televisão. Em geral, então, são essas as reações.” (Participante 6)

Outra alternativa referida por duas mães foi a escolha de brincadeiras que pudessem estimular a criatividade e os sentidos dos bebês, propostas pelas mães para engajar os filhos enquanto estivessem ocupadas. Sobre isso, uma das mães ressaltou a importância de ter acesso a informações sobre as brincadeiras adequadas a cada faixa etária:

“Por exemplo, até eu, que sou uma pessoa instruída, bem instruída, se eu soubesse quais são as brincadeiras e os brinquedos mais adequados pra prender a atenção de uma criança de seis meses a um ano, né, depois de um a dois anos, eu poderia ter essa informação, eu poderia usar muito mais recursos, pra não precisar usar [as telas].(...) Olha, eu acho que desenho é uma delas, acho que atividades que envolvam arte e artesanato são uma alternativa, olha, um recurso maravilhoso, né, pra rebater a televisão, e... programas ao ar livre, pra quem tem, não é o caso da mãe que tá precisando fazer a comida naquele momento, eu acho que pra fazer as atividades domésticas, eu acho que coisas relacionadas a artesanato são, é o que mais prende as crianças. Né, na idade certa a massinha de modelar, coisas desse tipo, assim, nesse sentido.” (Participante 6)

O quarto e último subtema, **estratégias para acalmar o bebê**, engloba as práticas das mães para acalmar seus bebês em situações de birras ou quando eles estão mais agitados, irritados ou frustrados. Duas participantes relataram que utilizavam conversas para acalmar o bebê, como descrito pela participante 8: *“peguei ele no colo, conversei, disse, olha, eu sei que tu tá nervoso, né, tá cansado, mas a gente tem que dormir. E eu peguei ele, conversei, cantei, e aí ele dormiu”*. Ainda, esse recurso era utilizado por outras duas mães para lidar com momentos de birras ou em que o bebê fazia algo errado, como elucidado pela participante 6: *“o que eu faço geralmente é conversar com, ela, me abaixo, daí converso com ela, olhando no olho, e tento explicar pra ela por que que não pode, né”*.

Quando o bebê estava chateado por algo, ou em momentos de frustração, seis mães relataram que buscavam distrair o bebê tirando o foco do ocorrido, como pode-se perceber no relato da participante 1:

“eu peguei ele, fiquei com ele no colo... até ele acalmar um pouco, aí chorou um tempo, aí eu saí do quarto e fui em direção à cozinha com ele no colo e a gente passou pela estante de livros, aí ele quis o livro e... aí eu li um livro com ele e ficou tudo certo assim, esqueceu do ocorrido.”

Outro recurso que era utilizado pela metade das participantes é a amamentação. As mães relataram que faziam uso desta alternativa como uma forma de acalmar o bebê em momentos em que ele estava assustado ou chateado:

"Ele tem vários momentos em que ele fica muito irritado, assim, e ele chora muito alto, ele tem um choro muito forte. E infelizmente, muitas vezes eu acabei apelando pro mamã. (...) Eu sei que às vezes não é o ideal, assim, só que no desespero, assim, às vezes tu acaba fazendo... É o recurso, né, então às vezes muitas vezes que ele tava chorando muito por alguma coisa que às vezes a gente não sabe nem o que é, vai pro peito." (Participante 4)

Por fim, observou-se que, assim como citado em exemplos anteriores, a maioria das mães relatou que em momentos em que o bebê estava chateado, elas optavam por oferecer colo para aconchegá-lo, acolhê-lo e acalmá-lo, como exemplificado pela participante 6: *"Porque daí eu botei ela no colo, tentei acalmar (...). É, dar colinho, tentar acalmar, foi isso. Ela ficou aconchegada até que dormiu, mas assim, dormiu chorando, né".*

Um dado bastante relevante deste estudo, que se alinha ao que a literatura aponta em relação ao contexto de bebês que são expostos às tecnologias como *tablets* e *smartphones*, assim como televisão, é o uso deste recurso como distração dos bebês para que os pais possam realizar tarefas (Bentley et al., 2016; Brown & Smolenaers, 2018; Kabali et al., 2015). Neste estudo, esta informação surgiu no discurso das mães sobre sua percepção quanto ao uso de tecnologias com bebês por outras pessoas, bem como sua descrição das impressões de estranhamento de outras pessoas ao deparar-se com o fato de que elas preferem prescindir deste artifício em momentos de cuidado e interação com seus bebês.

Ao ater-se à rotina de cuidados destas duplas, então, foi possível observar padrões importantes no que diz respeito aos momentos de alimentação e trocas de fraldas, assim como a hora de dormir. Estas tarefas, que podem representar momentos importantes de dificuldade para muitas famílias, foram descritas pela maioria das mães com uma conotação lúdica, que permitia lidar de forma mais simbólica e interativa com os impasses que eventualmente surgiam. Em termos de desenvolvimento emocional, Winnicott (1963) descreve a transição à independência do bebê como o desenvolvimento da consciência de sua realidade interna e de sua capacidade de explorar o mundo e seu contexto social. De acordo com o autor, para que isso seja possível, são fundamentais as experiências prévias de cuidado que o bebê internalizou, o que reflete na aquisição de confiança no ambiente em que o sujeito se encontra (Winnicott, 1960). Dessa forma, tarefas de cuidado permeadas pela sensibilidade materna de incluir o bebê nos processos, assim como descrito pelas participantes deste estudo, podem implicar em um desenvolvimento emocional mais saudável.

Nesse sentido, o estudo de Raman et al. (2017) alerta para o aumento dos riscos de atraso no desenvolvimento emocional de bebês que costumam ter suas rotinas envolvendo o

uso de telas. Entende-se que os momentos como a rotina de alimentação, troca de fraldas, a hora de ninar o bebê para que ele durma, assim como a amamentação em si, são situações potencializadoras das trocas de olhares, do toque e contato físico, de conversas e brincadeiras. Esses são gestos que propiciam a construção do vínculo emocional entre a díade mãe-bebê, processo que exige adaptação mútua e investimento ativo da mãe e do bebê (Figueiredo, 2003). Assim, a reciprocidade do bebê ao investimento da mãe nesses momentos de interação, a partir de vocalizações e sorrisos, configura-se na resposta essencial para sensibilizar a mãe e despertar a responsividade materna (Silva & Porto, 2016).

Todavia, diversos estudos relacionam o uso de celulares, tablets e televisão a essas rotinas, como facilitadores do processo aos pais, uma vez que as crianças se distraem com os dispositivos e tendem a apresentar menos resistência nesses momentos (Brown & Smolenaers, 2018; Genc, 2014; Radesky et al., 2014a; Raman et al., 2017). De acordo com Raman et al. (2017), em seu estudo, as telas eram mais comumente oferecidas aos bebês no momento de brincar, seguido pelo café da manhã e depois pela hora de dormir. Segundo os autores, mais de dois terços dos bebês tiveram pelo menos uma refeição com o uso de telas e mais de um terço da amostra realizou as três refeições principais do dia com o uso dos dispositivos. Ainda, Genc (2014) apontou o uso de smartphones pelos pais com o argumento de persuadir os filhos a comerem na hora das refeições. A troca de fraldas com o uso de tecnologias foi mencionada pelos pais que participaram do estudo de Brown e Smolenaers (2018), assim como o a rotina alimentar. Uma ponderação sobre o uso dessa ferramenta pelos pais para distrair seus bebês nos momentos de cuidado proposta por Raman et al. (2017) é que mesmo que o uso da tela não impeça a realização da tarefa em termos objetivos, ela pode interromper o processo de desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de vínculo que ocorre naturalmente entre o cuidador e o bebê, inclusive nesses momentos.

É possível perceber que o relato das mães cujos bebês não fazem uso de tecnologias como tablets e smartphones remete à descrição de um brincar exploratório e interativo. A maioria das brincadeiras mencionadas pelas mães como as preferidas ou mais frequentes para seus bebês está relacionada à interação com os adultos, seja por demanda da criança de que a mãe ou outro cuidador esteja presente, seja por fazer parte da rotina que a mãe participe do momento por meio de brincadeiras interativas. Ademais, as brincadeiras referidas pelas mães descrevem um contexto repleto de estímulos a serem explorados, além da possibilidade, em alguns casos, de brincar em ambientes externos. Em termos de alternativas ao uso das telas, classificou-se o relato das mães a partir de brincadeiras que exigissem ou não sua presença, ou requeressem supervisão por parte dos adultos. Dessa forma, identifica-se mais facilmente

padrões de comportamento tanto nas escolhas das crianças em relação às suas preferências no brincar, quanto nas práticas parentais e disponibilidade materna de fazer parte deste momento.

A literatura aponta diversos benefícios do brincar para o desenvolvimento infantil, inclusive enfatiza sua função na constituição psíquica do bebê (Santos & Barros, 2017; Winnicott, 1975). Com o advento das tecnologias e o uso destas por crianças em períodos cada vez mais iniciais do desenvolvimento, muitos estudiosos da área buscaram compreender as possíveis influências das novas modalidades de brincadeiras, através de dispositivos eletrônicos. Um dos momentos em que os pais oferecem com maior frequência as telas aos bebês é no momento de brincar (Raman et al., 2017). Muitos autores se preocupam com o que entendem ser a ausência de simbolismo nas brincadeiras propostas para esses dispositivos (Kallas, 2016; Peres et al., 2012; Santos & Barros, 2017).

Novamente, as preocupações de estudiosos concentram-se no isolamento das crianças e na redução de oportunidades de interação, principalmente entre pais e bebês. Além disso, o estágio do desenvolvimento cognitivo, para alguns autores, influencia diretamente na forma como os bebês recebem os estímulos advindos das telas. De acordo com Ebbeck et al. (2016), como a aprendizagem através de telas sensíveis ao toque depende de pensamentos abstratos, a maturação cognitiva no seu nível de desenvolvimento ainda não lhes permite interpretar adequadamente o conteúdo dos dispositivos. Ainda, referem que bebês e crianças pequenas precisam de atividades sensoriais, a partir de experiências diretas com materiais que desafiem suas habilidades de pensamento e resolução de problemas, o que neste momento não é possível através das telas. Com isso, os autores enfatizam a importância das interações diretas com os pais ou cuidadores e a manipulação de materiais concretos.

Ademais, o brincar é concebido como um fator facilitador no processo de elaboração da realidade (Santos & Barros, 2017). Em vista disso, Santos e Barros (2017) definem que, para que o exercício da função simbólica ocorra, é necessário possibilitar um espaço para a criação e para a fantasia, além da relação com outras pessoas, por meio de contato físico, olho no olho, troca de palavras e de sentimentos. Porém, outros autores ponderam o fato de que, como muitos pais percebem as telas como recursos benéficos e educativos e têm ofertado aos filhos de forma cada vez mais precoce, pode haver um entendimento errôneo de que isso, por si só, garanta o desenvolvimento adequado das crianças (Almeida & Costa, 2016; Peres et al., 2012).

Nesse sentido, Bernardino (2016) alerta para o uso desses dispositivos em excesso, de forma que venham a ser escassos os momentos de brincar e de interação entre pais e bebês. A autora percebeu, através de sua observação clínica, que isso está associado a um imaginário pobre dos bebês, o que faz com que eles se voltem aos objetos virtuais como uma forma de atrair a atenção dos cuidadores e reparar a escassez de afeto vivenciada. De forma semelhante,

Santos e Barros (2017) salientam os riscos do uso excessivo e substitutivo desses dispositivos por bebês e crianças, com consequências ao desenvolvimento emocional infantil. Porém, destacam as outras possibilidades para esse desfecho, de que o uso seja mediado por um brincar com outras crianças ou com os pais, proporcionando trocas e interações. Assim, as autoras entendem que o bebê ou a criança apenas fica restrita ao uso de recursos digitais se um adulto não lhe oferecer alternativas ao brincar e se relacionar.

Parece unânime que as brincadeiras simbólicas aliadas a interações de qualidade entre pais e bebês ainda prevalecem como fundamentais e insubstituíveis, mesmo que os estudos sobre as influências do brincar tecnológico, em conjunto, ainda não tenham resultados conclusivos. Percebe-se, portanto, que os possíveis impactos destes recursos não estão relacionados aos dispositivos em si, mas à tentativa de suprir as demandas de interação dos bebês e das crianças. Dessa forma, o papel que essa ferramenta desempenha tanto para os pais quanto para os bebês parece fundamental para o entendimento desta nova realidade. O que desperta a atenção no relato das participantes deste estudo, todavia, é que elas não concebiam as mídias digitais como um recurso que permite a exploração lúdica e a interação entre mães, pais e filhos. Ou sequer como alternativa em momentos de necessidade, em que não tenham disponibilidade para ocupar-se diretamente dos seus bebês.

Percebe-se no cotidiano, de maneira geral, que as demandas da maternidade precisam ser conciliadas com diversas outras exigências, como as tarefas do trabalho, os afazeres domésticos e a manutenção das relações sociais. Com isso, pais e mães se deparam com situações em que não sabem como conciliar tantas atividades, não vendo alternativas à oferta de aparelhos como *tablets* ou *smartphones*, descritos como muito eficazes nesses momentos por tantos outros pais. Ao perceber que os filhos realmente ficam entretidos com os dispositivos, concluem que este pode servir como um recurso útil em diversos momentos em que seria mais fácil dar conta dos compromissos se não precisasse ater-se com tanta frequência às demandas dos filhos. Assim, muitos pais ignoram as recomendações de profissionais da saúde no intuito de não expor seus filhos às tecnologias.

Em contrapartida, a partir do discurso das mães que participaram desta pesquisa, entende-se que a perspectiva delas de que este recurso está a serviço da necessidade das mães e dos pais e que o uso de telas não oferece benefícios ao bebê neste período do desenvolvimento leva à concepção de que existem alternativas benéficas ao desenvolvimento de seus bebês, evitando oferecer estes dispositivos a eles. Observa-se, nesse sentido, que alguns pais desenvolvem estratégias interessantes para limitar o uso de tecnologias por seus bebês, ou até mesmo evitar o uso completamente. No caso das participantes deste estudo, as principais alternativas referidas pelas mães foi o uso de brinquedos tradicionais, aos quais o bebê já estava

habituação, para que se distraísse; solicitar a ajuda dos filhos maiores, para que entretenham os bebês enquanto realizam uma tarefa; postergar certas tarefas para momentos em que o bebê esteja dormindo; solicitar a ajuda do companheiro ou outro familiar para que assista o bebê enquanto está ocupada ou, por fim, incluir o bebê na tarefa a ser realizada. Ressalta-se, portanto, o caráter interativo das alternativas ao uso de tecnologias referidas pelas mães. De forma geral, as estratégias mencionadas requerem a adaptação dos adultos aos bebês, não o contrário, como já preconizado por Winnicott (1956/2000).

Somadas às alternativas às telas citadas, as estratégias adotadas pelos participantes do estudo de Brown e Smolenaers (2018) para distrair os bebês se assemelham bastante às elencadas pelas participantes desta pesquisa. Os autores exemplificam a criatividade dos pais ao referir-se à escolha de colocar músicas para o bebê em vez de ligar a televisão, optar por experiências ao ar livre, esperar que o bebê durma para usar as telas, compartilhar responsabilidades entre os pais e experimentar outras abordagens para entreter o bebê, como jogos, cozinhar e ler.

Os mesmos autores sugerem que alternativas como essas estejam descritas nas recomendações das instituições de saúde no que se refere ao uso de tecnologias por bebês e crianças pequenas. Assim, as estratégias criadas por pais que não precisavam de telas, definidas pelos autores como inovadoras, seriam contrastadas à “ferramenta de suporte” aos pais, representada pelos *tablets* e *smartphones* (Brown & Smolenaers, 2018).

Por fim, existe outra função que é referida com frequência na literatura associada à oferta de tecnologias aos bebês, que é acalmá-los em momentos de birras, de agitação, ou em que estão chateados (Bentley et al., 2016; Radesky et al., 2014b; Raman et al., 2017). Os resultados obtidos neste estudo apontam para práticas maternas sensíveis às necessidades dos bebês, em que as mães utilizaram recursos compreensivos, empáticos e de acolhimento às angústias dos bebês em momentos de frustração e cansaço, assim como foram firmes e utilizaram-se de conversas em momentos de desobediência. Deste modo, as principais estratégias citadas pelas mães para acalmar seus bebês foram buscar mudar o foco daquilo que chateou o bebê, atendo-se a outros estímulos do seu agrado; utilizar-se do contato físico e acolhimento das angústias, principalmente através do colo; e por fim, uma alternativa que suscitou sentimentos de ambivalência, que foi a amamentação. É interessante que, assim como as mães relataram sentimentos ambivalentes quanto ao uso de tecnologias em outros estudos (Radesky et al., 2016a), o uso da amamentação com a finalidade de acalmar o bebê gerou sentimentos semelhantes em uma das participantes deste estudo.

Percebe-se que as estratégias priorizadas pelas mães envolvem a interação com o bebê e o investimento no vínculo entre a díade. Além disso, promovem a contenção das angústias do

bebê, a partir do corpo e da palavra da mãe, oferecendo-lhe recursos simbólicos para lidar com seus sentimentos. Raman et al. (2017) definem essas estratégias como uma oportunidade para construir confiança entre cuidador e bebê, além de ajudar a criança a lidar com suas emoções com mais tranquilidade. Dessa forma, os bebês desenvolvem, desde cedo, suas capacidades de tolerar frustrações, evitando problemas de autorregulação – que tem sido associado à maior exposição às tecnologias (Radesky et al., 2014b; Bentley et al., 2016). Inclusive, alguns autores alertam para as possíveis influências da fluidez nas concepções de espaço e tempo, das sensações de gratificação imediata e do sentimento de onipotência proporcionado pelas novas tecnologias (Kallas, 2016; Levin, 2007; Peres et al., 2012).

Em termos de desenvolvimento emocional dos bebês permeado por essas situações, Winnicott (1963) define que, passando o estágio inicial em que a mãe precisou adaptar-se às necessidades do bebê, este precisa se adaptar gradualmente às falhas na adaptação referida anteriormente, no sentido de desenvolver a capacidade de esperar pela satisfação de suas necessidades. Dessa forma, optar por artifícios que não provenham a satisfação imediata do bebê e sim que lhe forneçam recursos simbólicos para aprender a tolerar suas pequenas frustrações é uma função importante para o desenvolvimento emocional do bebê. É a partir desse processo que o bebê realiza a diferenciação entre ele e o ambiente, o “eu” e o “não-eu”, de forma que possa compreender a sua dependência de alguém externo a ele (Winnicott, 1963). A satisfação ofertada ao bebê também diz respeito ao estabelecimento do vínculo entre mãe e bebê, de forma que a mãe consiga identificar e simbolizar ao bebê aquilo de que ele está precisando ao convocá-la. É a partir da codificação que a mãe faz dos sinais que o bebê emite das suas necessidades, que o bebê passa a internalizar de que forma suas necessidades devem ser supridas (fome com alimento, frio com calor, etc.). Portanto, isso exige a disponibilidade emocional da mãe para que o bebê se constitua a partir dela.

A indisponibilidade emocional da mãe nesse sentido, então, poderia influenciar na forma como ela lida com as demandas do bebê, de maneira que não consiga codificar de modo adequado as necessidades deste, suprimindo-as com outros recursos, que não aqueles de que o bebê precisa naquele momento. Outro fator associado a isso é a flexibilidade materna. Por mais que as participantes desta pesquisa apresentassem relatos de disponibilidade emocional para identificar as demandas de seus bebês e respondê-las de forma sensível, foram identificados relatos de posturas mais rígidas de algumas mães. Para evitar oferecer tecnologias aos seus bebês, por vezes essas participantes os expunham a situações de risco (como no exemplo citado por uma das participantes sobre acalmar seu bebê fora da cadeira de segurança em viagens de carro), ou então elas privavam a si mesmas de atividades básicas diárias, como tomar banho na ausência de outros cuidadores.

Por esse ângulo, problemas que podem advir do uso inadequado das tecnologias estariam relacionados a questões prévias da família (Wagner et al., 2010), tais como a dificuldade dos pais em lidar com as exigências do bebê ou em estabelecer limites a ele, bem como problemas na dinâmica familiar, que influenciariam na forma como esses artifícios são utilizados (Pempek & McDaniel, 2016). Alguns estudos sustentam essa perspectiva em relação à oferta de dispositivos, indicando que pais que têm dificuldades de estabelecer limites ou regras, ou mesmo resistem em ocupar-se de seus bebês e de interagir com eles podem encontrar nas telas uma alternativa (Bank et al., 2012; Carson & Janssen, 2012; Hnatiuk et al., 2015). Assim, o uso excessivo desse recurso é considerado por Mendes (2015) como a expressão do sintoma de uma falta, não gerando sintomas, apenas expressando-os. Todavia, as experiências de cuidado que as participantes deste estudo tiveram, sua história subjetiva e sua rede de apoio podem ter contribuído para sua disponibilidade emocional para lidar com as demandas de seus bebês na atualidade (Lopes, Prochnow, & Piccinini, 2010).

Apesar de não ter sido realizada uma avaliação da saúde mental das participantes do estudo, observou-se, a partir do relato destas, que a disponibilidade emocional das mães perpassou direta ou indiretamente as diversas áreas exploradas sobre sua experiência em prescindir do uso de telas nos momentos de cuidado, interação e entretenimento de seus bebês. Nesse sentido, Pempek e McDaniel (2016) referem que o elevado bem-estar das mães, assim como o elevado bem-estar em suas relações estão associados ao uso de telas reduzido por bebês e crianças, apresentando uma relação inversa. De alguma forma, optar por alternativas a esse recurso, que para as participantes desta pesquisa apresentava uma conotação negativa ao desenvolvimento dos bebês, mesmo que oferecesse praticidade aos cuidadores, foi possível talvez devido à crença de que a interação entre mãe e bebê é essencial e é prioridade nos diversos contextos, bem como à atribuição simbólica e lúdica às tarefas de cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar as motivações de mães de bebês de até dois anos de idade para prescindir das novas tecnologias nos momentos de cuidado, interação e entretenimento de seus bebês. Além disso, foram exploradas as orientações de profissionais sobre o uso de telas por bebês recebidas por elas, bem como as alternativas às tecnologias utilizadas pelas mães nesses contextos.

Os resultados deste estudo apontam que as participantes relacionaram o uso de telas pelos bebês a uma necessidade dos adultos, não dos bebês. Nesse sentido, identificou-se que a escolha por não oferecer telas aos bebês está relacionada ao entendimento das mães de que, neste momento do desenvolvimento, as telas não são indicadas para eles e que outros recursos podem ser mais benéficos. Ainda que a maioria das mães não tivesse recebido orientações de profissionais sobre o uso de telas por bebês, a busca por conhecimento científico sobre o assunto influenciou a escolha de algumas mães em não oferecer telas aos seus filhos. A partir do relato das participantes, percebeu-se a disponibilidade das mães em atender as demandas de seus bebês, de forma que priorizassem a interação com eles à realização de suas próprias tarefas, apesar disso refletir em comportamentos maternos de rigidez eventualmente.

Entretanto, este estudo apresenta algumas limitações. Como uma maneira de compreender o fenômeno inicialmente, entrevistou-se apenas as mães dos bebês, o que não permitiu a triangulação dos dados através de diferentes fontes, como os pais ou demais cuidadores, para a compreensão do fenômeno. Ainda, não foi realizada uma avaliação da saúde mental das mães, nem de sua história subjetiva, o que poderia contribuir ao entendimento da disponibilidade emocional destas mães para ocupar-se de seus bebês e para atender às suas demandas. Além disso, a alta escolaridade das participantes deste estudo pode se configurar em um viés importante aos dados.

Para a maioria das participantes, a rede de apoio representou um elemento essencial ao prescindir de recursos como as tecnologias, em momentos em que não podiam dar atenção aos seus bebês. Poder contar com a ajuda de amigos e familiares no cuidado de seus filhos pareceu natural para algumas mães, ainda que encontrassem impasses nas combinações quanto a não oferecerem telas aos bebês, às vezes. O apoio social neste período pode contribuir, inclusive, para o aumento da responsividade materna, de forma que beneficie o bebê e a relação mãe-bebê em si (Rapoport & Piccinini, 2006). Por isso, percebe-se a importância do contexto destas mães e a relevância de compreender de forma aprofundada outros aspectos de suas histórias, em especial, suas experiências de cuidado na infância. O modo como estas mães foram cuidadas quando bebês pode ter contribuído para a disponibilidade emocional que elas apresentam hoje ao cuidar de seus próprios filhos.

Dessa forma, sugere-se que sejam realizados novos estudos, a fim de ampliar o conhecimento acerca desta população. Seria pertinente explorar também a perspectiva dos pais e dos outros cuidadores dos bebês para compreender suas experiências e motivações para prescindir destes dispositivos. Além disso, investigar aspectos emocionais, da saúde mental e do contexto das famílias seria fundamental para compreender de modo aprofundado as características desta população. Também, investigar as demandas às quais mães e pais estão sujeitos no cotidiano, além das responsabilidades da parentalidade, parece essencial.

Então, ao compreender os principais fatores que influenciam as práticas de mães, pais e demais cuidadores para evitar estes recursos, seria de grande contribuição investigar esses aspectos em grande escala, através de amostras maiores e aleatórias, em estudos que sejam também quantitativos. Inclusive, sugere-se que sejam realizados estudos longitudinais com bebês que não são expostos a essas tecnologias, de forma que seja possível compreender os efeitos no desenvolvimento em longo prazo, propiciando diferentes perspectivas acerca das possíveis influências dos dispositivos. A fim de englobar diferentes métodos de investigação, utilizar-se de técnicas de observação da rotina das famílias permitiria compreender o fenômeno por outro ponto de vista, que não apenas a partir do relato dos participantes, sendo outra fonte para triangulação.

Assim, será possível obter um panorama geral acerca dos fatores que influenciam as famílias a evitar as tecnologias no cotidiano de seus bebês de até dois anos de idade, o que pode contribuir fortemente para a elaboração de novas recomendações quanto ao uso e ao não uso de tecnologias pelos bebês nesta faixa etária. Ressalta-se, portanto, que os dados obtidos nesta pesquisa oferecem um contraponto aos estudos que exploraram a opinião das mães cujos bebês são expostos às telas diariamente, indicando as perspectivas contrastantes de mães e pais de bebês quanto ao uso das tecnologias. Foi possível, também, conhecer um pouco da perspectiva de mães de bebês que estavam em diferentes momentos do desenvolvimento, dentro da faixa etária estudada. Entende-se que não basta explorar apenas as possíveis influências do uso de tecnologias pelos bebês em seu desenvolvimento, é preciso também ater-se à realidade daqueles que ainda prescindem deste recurso em seu cotidiano.

Com base nas evidências das pesquisas que têm sido realizadas nos últimos anos, nos resultados deste estudo e nas sugestões para novos estudos sobre a temática, torna-se possível elaborar novas orientações às famílias. Estas devem considerar tanto as demandas dos bebês, quanto das mães e dos pais. Assim, os profissionais da saúde, da educação e as famílias poderão ter nas novas recomendações o embasamento necessário para um uso de tecnologias pelos bebês que possa ser considerado mais saudável.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. R. & Costa, P. J. (2016). O brincar diante das novas tecnologias na clínica psicanalítica. *Akrópolis*, 24(2), 153-161. Disponível em <http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/6334/3451>
- American Academy of Pediatrics, Council on Communications and Media. (2011). Media use by children younger than 2 years. *Pediatrics*, 128(5), 1040-1045. doi: 10.1542/peds.2011-1753.
- American Academy of Pediatrics. (2016). Media use in school-aged children and adolescents. *Pediatrics*, 138(5). doi: 10.1542/peds.2016-2592
- Anderson, D. R., & Hanson, K. (2013). What researchers have learned about toddlers and television. *Zero to three*, 4-10. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/287195548_What_Researchers_have_learned_about_toddlers_and_television
- Bank, A. M., Barr, R., Calvert, S. L., Parrott, W. G., McDonough, S. C., & Rosenblum, K. (2012). Maternal depression and family media use: A questionnaire and diary analysis. *Journal of Child and Family Studies*, 21(2), 208–216. doi: 10.1007/s10826-011-9464-1
- Beck, A. L., Takayama, J., Badiner, N., & Halpern-Felsher, B. (2015). Latino parents' beliefs about television viewing by infants and toddlers. *Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, 26(2), 463-474. doi: 10.1353/hpu.2015.0037
- Bentley, G. F., Turner, K. M., & Jago, R. (2016). Mothers' views of their preschool child's screen-viewing behaviour: A qualitative study. *BMC Public Health*, 16(718), 1-11. doi: 10.1186/s12889-016-3440-z
- Bernardino, L. M. F. (2016). Os “tempos de autismo” e a clínica psicanalítica. *Estilos Clínicos*, 21(2), 412-427. doi: 0.11606/issn.1981-1624.v21i2p412-427
- Bona, V., & Maia, L. S. L. (2012). A infância em face do desenvolvimento tecnológico: Um estudo sobre as representações sociais de criança. *Educação*, 37(3), 523-540. doi: 10.5902/198464443107
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Brazelton, T. B. (1992). *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes.

- Brown, A., & Smolenaers, E. (2018). Parents' interpretations of screen time recommendations for children younger than 2 years. *Journal of Family Issues*, 39(2), 406–429. doi: 10.1177/0192513X16646595
- Carson, V., & Janssen, I. (2012). Associations between factors within the home setting and screen time among children aged 0-5 years: A cross-sectional study. *BMC Public Health*, 12(539). doi: 10.1186/1471-2458-12-539
- Carson, V., Rosu, A., & Janssen, I. (2014). A cross-sectional study of the environment, physical activity, and screen time among young children and their parents. *BMC Public Health*, 14(61). doi: 10.1186/1471-2458-14-61
- Chassiakos, Y. R., Radesky, J., Christakis, D., Moreno, M. A., & Cross, C. (2016). Children and adolescents and digital media. *American Academy of Pediatrics*, 138(5). doi: 10.1542/peds.2016-2593
- Cheung, C. H. M., Bedford, R., Saez de Urabain, I. R., Karmiloff-Smith, A., & Smith, T. J. (2017). Daily touchscreen use in infants and toddlers is associated with reduced sleep and delayed sleep onset. *Scientific Reports*, 7(46104). doi: 10.1038/srep46104
- Cristia A., & Seidl A. (2015). Parental reports on touch screen use in early childhood. *PLoS ONE*, 10(6) doi: 10.1371/journal.pone.0128338
- Dayanim, S., & Namy, L. L. (2015). Infants learn baby signs from video. *Child Development*, 86(3), 800–811. doi: 10.1111/cdev.12340
- DeLoache, J. S., Chiong, C., Sherman, K., Islam, N., Vanderborcht, M., Troseth, G. L., Strouse, G. A., & O'Doherty, K. (2010). Do babies learn from baby media? *Psychological Science*, 21(11), 1570-1574. doi: 10.1177/0956797610384145
- Duch, H., Fisher, E. M., Ensari, I., & Harrington, A. (2013). Screen time use in children under 3 years old: A systematic review of correlates. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 10(102). doi: 10.1186/1479-5868-10-102
- Ebbeck, M., Yim, H. Y. B., Chan, Y., & Goh, M. (2016). Singaporean parents' views of their young children's access and use of technological devices. *Early Childhood Education Journal*, 44, 127-134. doi: 10.1007/s10643-015-0695-4
- Eisenstein, E., & Estefenon, S. B. (2011). Geração digital: Riscos das novas tecnologias para crianças e adolescentes. *Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto*, 10(2), 42-52. Disponível em http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=105
- Ferreira, B., Monteiro, L., Fernandes, C., Cardoso, J., & Veríssimo, M. (2014). Percepção de competência parental: Exploração de domínio geral de competência e domínios

- específicos de auto-eficácia, numa amostra de pais e mães portuguesas. *Análise Psicológica*, 2(32), 147-155. doi: 10.14417/ap.854
- Figueiredo, B. (2003). Vinculação materna: Contributo para a compreensão das dimensões envolvidas no processo inicial de vinculação da mãe ao bebé. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 3(3), 521-539. Disponível em http://aepc.es/ijchp/articulos_pdf/ijchp-86.pdf
- Figueiredo, L. C. (2009). *As diversas faces do cuidar: Novos ensaios de psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008) Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. doi: 10.1590/S0102-311X2008000100003
- Genc, Z. (2014). Parents' perceptions about the mobile technology use of preschool aged children. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 146, 55 – 60. doi: 10.1016/j.sbspro.2014.08.086
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Goh, S. N., Teh, L. H., Tay, W. R., Anantharaman, S., Dam, R. M. V., Tan, C. S., ... Müller-Riemenschneider, F. (2016). Sociodemographic, home environment and parental influences on total and device-specific screen viewing in children aged 2 years and below: An observational study. *BMJ Open*, 1-12. doi: 10.1136/bmjopen-2015-009113
- Haughton, C., Aiken, M., & Cheevers, C. (2015). Cyber babies: The impact of emerging technology on the developing infant. *Psychology Research*, 5(9), 504-518. doi: 10.17265/2159-5542/2015.09.002
- Hesketh, K. D., Hinkley, T., & Campbell, K. J. (2012). Children's physical activity and screen time: Qualitative comparison of views of parents of infants and preschool children. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 9(152). doi: 10.1186/1479-5868-9-152
- Hinkley, T., Carson, V., Kalamakaeu, K., & Brown, H. (2017). What mums think matters: A mediating model of maternal perceptions of the impact of screen time on preschoolers' actual screen time. *Preventive Medicine Reports*, 6, 339–345. doi: 10.1016/j.pmedr.2017.04.015
- Hnatiuk, J. A., Salmon, J., Campbell, K. J., Ridgers, N. D., & Hesketh, K. D. (2015). Tracking of maternal self-efficacy for limiting young children's television viewing and associations with children's television viewing time: A longitudinal analysis over 15-months. *BMC Public Health*, 15(517). doi: 10.1186/s12889-015-1858-3

- Kabali, H. K., Irigoyen, M. M., Nunez-Davis, R., Budacki, J. G., Mohanty, S. H., Leister, K. P., & Bonner, R. L. (2015). Exposure and use of mobile media devices by young children. *Pediatrics*, *136*(6), 1044-1050. doi: 10.1542/peds.2015-2151
- Kallas, M. B. L. M. (2016). O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise. *Reverso*, *38*(71), 55-64.
- Kildare, C. A., & Middlemiss, W. (2017). Impact of parents mobile device use on parent-child interaction: A literature review. *Computers in Human Behavior*, *75*, 579-593. doi: 10.1016/j.chb.2017.06.003
- Lauricella, A. R., Wartella, E., & Rideout, V. J. (2015). Young children's screen time: The complex role of parent and child factors. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *36*, 11-17. doi: 10.1016/j.appdev.2014.12.001
- Levin, E. (2007). *Rumo a uma infância virtual? A imagem corporal sem corpo* (R. Rosenbusch, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Livingstone, S., & Smith, P. K. (2014). Annual research review: Harms experienced by child users of online and mobile technologies: The nature, prevalence and management of sexual and aggressive risks in the digital age. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *55*(6), 635-654. doi: 10.1111/jcpp.12197
- Lopes, R. C. S. L., Prochnow, L. P., & Piccinini, C. A. (2010). A relação da mãe com suas figuras de apoio femininas e os sentimentos em relação à maternidade. *Psicologia em Estudo*, *15*(2), 295-304. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n2/a08v15n2>
- Magee, C. A., Lee, J. K., & Stewart, A. V. (2014). Bidirectional relationships between sleep duration and screen time in early childhood. *JAMA Pediatrics*, *168*(5), 465-470. doi: 10.1001/jamapediatrics.2013.4183
- Mahler, M. (1979). *O processo de separação-individuação* (H. M. Souza, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. (Publicado originalmente em 1979)
- Martins, L. T., & Castro, L. R. (2011). Crianças na contemporaneidade: Entre as demandas da vida escolar e da sociedade tecnológica. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, *2*(9), 619-634. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1692-715X2011000200010
- McCloskey, M., Johnson, S. L., Benz, C., Thompson, D. A., Chamberlin, B., Clark, L., & Bellows, L. L. (2018). Parent perceptions of mobile device use among preschool-aged children in rural head start centers. *Journal of Nutrition Education and Behavior*, *50*(1), 83-89. doi: 10.1016/j.jneb.2017.03.006

- Mendes, R. (2015). Smartphones - Objeto transicional e conectividade de um novo espaço potencial. *Estudos de Psicanálise*, 44, 133–144.
- Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Famílias com Bebês e Crianças – NUFABE (2012). *Ficha de Contato Inicial*. Instrumento não publicado.
- Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Famílias com Bebês e Crianças – NUFABE (2017a). *Entrevista sobre interação familiar sem uso de tecnologias*. Instrumento não publicado.
- Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Famílias com Bebês e Crianças – NUFABE (2017b). *Questionário de dados sociodemográficos*. Instrumento não publicado.
- Parente, S. (2007). A criança da externalidade do mundo. In M. C. Pinto (Org.), *O livro de ouro da psicanálise*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Pelento, M. L. (1991). A função materna na obra de Winnicott. In J. O. Outeiral & R. Graña (Orgs.), *Donald W. Winnicott: Estudos* (pp. 62-71). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pempek, T. A. & McDaniel, B. T. (2016). Young children's tablet use and associations with maternal well-being. *Journal of Child and Family Studies*, 25, 2636–2647. doi: 10.1007/s10826-016-0413-x
- Peres, J., Dias, A. C. S., Suassuna, A. M. V., Almeida, M. A., Guedes, S. A., & Sanches, G. P. (2012). Cultura tecnológica e vulnerabilidade ao trauma psíquico. *O Mundo da Saúde*, 36(2), 303-310. Disponível em <http://pesquisa.bvsalud.org/bvsvs/resource/pt/lil-757719>
- Pinto, M. B., Jales, R. D., Andrade, L. D. F., & Santos, N. C. C. B. (2016). O brinquedo e o brincar: Infância e mudanças relacionais na modernidade líquida. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, 10(9), 3183-3189. doi: 10.5205/reuol.9571-83638-1-SM1009201601
- Radesky, J. S., Kistin, C. J., Zuckerman, B., Nitzberg, K., Gross, J., Kaplan-Sanoff, M., Augustyn, M., & Silverstein, M. (2014a). Patterns of mobile device use by caregivers and children during meals in fast food restaurants. *Pediatrics*, 133(4), 843-849. doi: 10.1542/peds.2013-3703
- Radesky, J. S., Silverstein, M., Zuckerman, B., & Christakis, D. A. (2014b). Infant self-regulation and early childhood media exposure. *Pediatrics*, 133(5), 1172-1178. doi: 10.1542/peds.2013-2367.
- Radesky, J. S., Miller, A. L., Rosenblum, K. L., Appugliese, D., Kaciroti, N., & Lumeng, J. C. (2015a). Maternal mobile device use during a structured parent-child interaction task. *Academic Pediatrics*, 15(2), 238-244. doi: 10.1016/j.acap.2014.10.001

- Radesky, J. S., Schumacher, J., & Zuckerman, B. (2015b). Mobile and interactive media use by young children: The good, the bad, and the unknown. *Academic Pediatrics*, *135*(1), 1-3. doi: 10.1542/peds.2014-2251
- Radesky, J. S., & Christakis, D. A. (2016). Increased screen time: Implications for early childhood development and behavior. *Pediatric Clinics*, *63*, 827–839. doi: 10.1016/j.pcl.2016.06.006
- Radesky, J., Kistin, C., Eisenberg, S., Gross, J., Block, G., Zuckerman, B., & Silverstein, M. (2016a). Parent perspectives on their mobile technology use: The excitement and exhaustion of parenting while connected. *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics* *37*(9), 694-701. doi: 10.1097/DBP.0000000000000357
- Radesky, J., Peacock-Chambers, E., Zuckerman, B. & Silverstein, M. (2016b). Use of mobile technology to calm upset children: Associations with social-emotional development. *JAMA Pediatrics*, *170*(4), 397-399. doi: 10.1001/jamapediatrics.2015.4260
- Raman, S., Guerrero-Duby, S., McCullough, J. L., Brown, M., Ostrowski-Delahanty, S., Langkamp, D., & Duby, J. C. (2017). Screen exposure during daily routines and a young child's risk for having social-emotional delay. *Clinical Pediatrics*, *56*(13), 1244–1253. doi: 10.1177/0009922816684
- Rapoport, A., & Piccinini, C. A. (2006). Apoio social e experiência da maternidade. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, *16*(1), 85-96. doi: 10.7322/jhgd.19783
- Robson, C. & McCartan, K. (2016). *Real world research: A resource for users of social research methods in applied settings* (4th ed.). Chichester: Wiley.
- Romão-Dias, D. & Nicolaci-da-Costa, A. M. (2012). O brincar e realidade virtual. *Cadernos de Psicanálise*, *34*(26), 85-101. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000100007
- Santos, C. C. & Barros, J. F. (2017). Efeitos do uso das novas tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento emocional infantil: Uma compreensão psicanalítica. *Psicologia.pt*, 1-25. Disponível em http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?efeitos-do-uso-das-novas-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao-para-o-desenvolvimento-emocional-infantil-uma-compreensao-psicanalitica&codigo=TL0435&area=D4A
- Silva, R. S., & Porto, M. C. (2016). Importância da interação mãe-bebê. *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, *20*(2), 73-78. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26046651003>

- Sociedade Brasileira de Pediatria. (2016). Saúde de crianças e adolescentes na era digital. *Manual de Orientação, Departamento de Adolescência*. Disponível em <http://www.sbp.com.br/src/uploads/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf>
- Stern, D. N. (1997). *A constelação da maternidade: O panorama da psicoterapia pais-bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Straker, L., Zabatiero, J., Danby, S., Thorpe, K., & Edwards, S. (2018). Conflicting guidelines on young children's screen time and use of digital technology create policy and practice dilemmas. *The Journal of Pediatrics*, 202, 300-303. doi: 10.1016/j.jpeds.2018.07.019
- Vijakkhana, N., Wilaisakditipakorn, T., Ruedeekhajorn, K., Pruksananonda, C., & Chonchaiya, W. (2015). Evening media exposure reduces night-time sleep. *Acta Paediatrica*, 104, 306-312. doi: 10.1111/apa.12904
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637>
- Vygotsky, L. S. (1989). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wagner, A., Mosmann, A. P., Dell'Aglio, D. D., & Falcke, D. (2010). *Família & internet (Coleção e agora.com – A era da informação e a vida cotidiana)*. São Leopoldo: Sinodal.
- Willis, T. A., Roberts, K. P. J., Berry, T. M., Bryant, M., & Rudolf, M. C. J. (2016). The impact of HENRY on parenting and family lifestyle: A national service evaluation of a preschool obesity prevention programme. *Public Health*, 136, 101-108. doi: 10.1016/j.puhe.2016.04.006
- Winnicott, D. W. (1945). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (D. Bogomoletz, Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Publicado originalmente em 1958)
- Winnicott, D. W. (1956). Preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (D. Bogomoletz, Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Winnicott, D. W. (1960). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (I. C. S. Ortiz, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2008. (Publicado originalmente em 1983)
- Winnicott, D. W. (1962). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do*

desenvolvimento emocional (I. C. S. Ortiz, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2008.
(Publicado originalmente em 1983)

Winnicott, D. W. (1963). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo.
In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (I. C. S. Ortiz, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2008.
(Publicado originalmente em 1983)

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1987). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Publicado originalmente em 1987)

Zimmermann, F. J., Christakis, D. A., & Meltzoff, A. N. (2007). Television and DVD/video viewing in children younger than 2 years. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 161(5), 473-479. doi: 10.1001/archpedi.161.5.473

ANEXO A

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os bebês, as famílias e o uso das tecnologias: um estudo multi-métodos para o desenvolvimento infantil

Pesquisador: Giana Bitencourt Frizzo

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 69947117.6.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.316.472

Apresentação do Projeto:

Visto que ainda são escassos os estudos desenvolvidos pela Psicologia, que incluam a compreensão desse impacto no desenvolvimento infantil e nas interações pais-bebês, novos estudos são urgentemente necessários para o entendimento desse fenômeno, especialmente no contexto brasileiro. Dessa forma, poder-se-á obter recomendações mais claras para orientar as famílias sobre o uso das tecnologias por bebês até 3 anos de idade. Este projeto objetiva investigar como as tecnologias têm sido utilizadas nas famílias com bebês de até 3 anos e qual a influência do uso

dessas tecnologias para o desenvolvimento dos bebês. Será utilizado um delineamento misto, qualitativo e quantitativo para compreender o impacto do uso das tecnologias para o desenvolvimento infantil. Diversos autores, no contexto nacional e internacional (Creswell, 2010; Flick, 2009; Günther, 2006), têm defendido o uso de delineamentos mistos, afirmando que, conforme os objetivos da pesquisa, tais metodologias devem ser integradas, para que se consiga dar conta da complexidade da realidade social e da conduta humana. Assim, o uso de um delineamento misto contribui para reforçar a validade, a confiabilidade, a adequação e a complexidade dos achados do estudo (Flick, 2009). O presente projeto é constituído por três estudos, que serão descritos detalhadamente a seguir. Estudo 1- Grupo focal sobre o uso de

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 2.316.472

tecnologias nas famílias com bebês; Estudo 2- Estudo on-line quantitativo sobre como famílias fazem uso da tecnologia e telas. Estudo 3- Estudo longitudinal sobre o uso das tecnologias, qualidade da interação mãe-bebê, saúde mental materna e suas repercussões para o desenvolvimento de bebês de até 3 anos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Este projeto objetiva investigar como as tecnologias têm sido utilizadas nas famílias com bebês de até 3 anos e qual a influência do uso dessas tecnologias para o desenvolvimento dos bebês.

Objetivo Secundário:

- Compreender qualitativamente o uso que as famílias de bebês de até 3 anos fazem das tecnologias, através da metodologia de grupo focal; - Fazer um levantamento quantitativo do uso que as famílias de bebês de até 3 anos fazem das tecnologias, através de um survey on-line; - Compreender o desfecho do uso das tecnologias, a qualidade da interação mãe-bebê, a saúde mental materna para o desenvolvimento infantil de bebês até 3 anos de idade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo autoras "os riscos para participação dessa pesquisa são mínimos, já que poderá haver desconforto ao responder algumas perguntas feitas pela moderadora. Caso isso aconteça, você terá suporte da nossa equipe de pesquisa que poderá encaminhá-los para atendimento psicológico."

Benefícios:

Conforme autoras, "não há benefícios diretos ao participar desta pesquisa, mas através de sua participação, pais e mães e os profissionais que trabalham com esse público poderão ser beneficiados, através de mais conhecimento sobre a temática que o estudo irá proporcionar."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem fundamentada do ponto de vista teórico e metodológico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos foram reformulados e estão agora adequadamente redigidos.

Recomendações:

Não há mais recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há mais pendências.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5898 Fax: (51)3308-5898 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 2.316.472

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_942365.pdf	17/09/2017 23:00:37		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoFAPERGSatualizadoparaCEPparacer2.doc	17/09/2017 23:00:06	ELISA CARDOSO AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEatualizadoparecer2.doc	17/09/2017 22:59:39	ELISA CARDOSO AZEVEDO	Aceito
Declaração do Patrocinador	autorizacaocomomsensemedia.docx	15/08/2017 22:41:39	ELISA CARDOSO AZEVEDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoFAPERGSatualizadoparaCEP.doc	15/08/2017 22:38:56	ELISA CARDOSO AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEatualizado.docx	15/08/2017 22:36:32	ELISA CARDOSO AZEVEDO	Aceito
Outros	compesq.pdf	19/06/2017 14:54:55	Giana Bitencourt Frizzo	Aceito
Folha de Rosto	rosto.pdf	19/06/2017 14:52:51	Giana Bitencourt Frizzo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 05 de Outubro de 2017

Assinado por:
Clarissa Marceli Trentini
(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estudo 3.1 – Estudo exploratório sobre as estratégias e motivações de famílias que não fazem uso de tecnologias na interação, cuidado e entretenimento de seus bebês

Estamos convidando você a participar desse estudo que tem como objetivo investigar como as famílias e demais cuidadores têm agido para prescindir do recurso da tecnologia nos diferentes contextos de cuidado, interação e entretenimento de seus bebês.

Para alcançar os objetivos do estudo, será realizada uma entrevista individual, gravada em áudio, com duração aproximada de 30 minutos, na qual você irá responder algumas perguntas a respeito de seus dados de identificação pessoal e demográficos, e informações sobre as alternativas ao uso de tecnologias que você utiliza com seu bebê.

Seus dados de identificação serão confidenciais e reservados, não sendo divulgados na publicação dos resultados, já que servirão apenas para caracterizar o público que está colaborando com a pesquisa. As gravações serão utilizadas somente para este estudo, sendo armazenadas pela coordenadora da pesquisa durante 5 (cinco) anos na sala 112 do Instituto de Psicologia da UFRGS e, após este período, serão deletadas. Os riscos para participação desta pesquisa são mínimos, já que poderá haver desconforto ao responder algumas perguntas feitas pelo entrevistador. Caso isso aconteça, você terá suporte da nossa equipe de pesquisa que poderá encaminhá-la para atendimento psicológico.

Os valores gastos em passagens de transportes públicos para deslocamento até o local das entrevistas poderão ser ressarcidos, ou seja, você não terá nenhum custo em participar da pesquisa. Neste momento, você pode não ter benefícios diretos desta pesquisa, mas através de sua participação, será possível compreender melhor as estratégias utilizadas pelas famílias para prescindir do uso de tecnologias pelos seus bebês e os profissionais que trabalham com esse público poderão ser beneficiados. Não há remuneração prevista por sua participação.

Você terá a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isto traga prejuízo para sua vida pessoal. Você receberá informações sobre este projeto de pesquisa e a forma como será conduzido e, em caso de dúvida ou novas perguntas, poderá entrar em contato com a pesquisadora Profa. Dra. Giana Bitencourt Frizzo, no Instituto de Psicologia da UFRGS. Caso queira contatar com a equipe, isto poderá ser feito pelo telefone (51) 3308-5111.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que pode ser contatado pelo telefone (51) 3308-5698 ou e-mail cep-psico@ufrgs.br.

Você receberá uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra via com a equipe de pesquisa.

Porto Alegre, ____, de _____ de 20__.

Nome do Participante: _____

Assinatura do Participante: _____

Professora Dra. Giana Bitencourt Frizzo
Pesquisador Responsável

ANEXO C

FICHA DE CONTATO INICIAL

Rapport: Oi, eu sou a _____, e estou entrando em contato, pois recebemos sua indicação a respeito do projeto sobre bebês e o uso de tecnologias. Preciso te fazer algumas perguntas, para saber um pouco mais sobre vocês.

Data do contato: ____ / ____ / 201____

Preenchido por: _____

Nome da mãe: _____

Idade da mãe: _____ anos (mães adolescentes não serão incluídas nesse momento)

Nome do bebê: _____

Sexo do bebê: () menina () menino Idade do bebê: ____ meses

Data de nascimento do bebê: ____ / ____ / ____ (somente participarão bebês de 0 a 24 meses, se passou da idade agradecer e dizer que nesse momento iremos priorizar bebês de 0-24 meses)

Ele nasceu dentro do tempo esperado? () sim () não. Quantas semanas: _____

Ele frequenta a creche? () sim () não. Quantas horas por dia: _____

Ele utiliza tablets e/ou celulares? () sim () não.

Endereço da família: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefone residencial: () _____ Telefone celular: () _____

Telefone de contato: () _____ Telefone recados: () _____

E-mail: _____

Disponibilidade de horários para pesquisa (dia da semana/fim de semana e horário/turno melhor – pegar 2 ou 3 alternativas preferencialmente):

–

Nesse momento estamos priorizando casos em que o bebê não tenha maiores problemas de saúde, então gostaria de te perguntar se teu bebê tem:

() síndrome de down () alguma outra síndrome () alguma malformação

() problemas cardíacos () problema neurológico

() atraso no desenvolvimento diagnosticado pelo médico ou outro profissional

(Caso bebê tenha algum dos problemas acima, explicar para mãe que nesse momento esses casos não serão incluídos na pesquisa)

Caso puder participar, agradecer o interesse e a disponibilidade e dizer que vai combinar com a equipe o melhor horário para o encontro e retornar a ligação nos próximos dias.

ANEXO D

Questionário de dados sociodemográficos (NUFABE, 2017)

1. Dados Gerais

() Mãe () Pai

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos

Raça/etnia: _____

Local de nascimento: _____

Endereço atual: _____

Bairro: _____ Cidade/UF: _____

Fone: _____ Celular: _____

Email: _____

Status de relacionamento: () solteiro(a) () namorando () casado(a) () morando junto () separado(a)/divorciado(a) () viúvo(a)

Se casado ou morando junto, tempo de união: _____

Escolaridade: () nenhuma () Ensino Fundamental - ____ série () Ensino Médio - ____ série () Superior () Curso Técnico () Pós-Graduação () Outro

Ainda está estudando? () sim () não

Atualmente está trabalhando? () sim () não () aposentado(a)

Qual sua ocupação: _____ Quantas horas de trabalho/semana? _____

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- | | |
|---|---|
| () Nenhuma renda | () De 6 a 9 salários mínimos (R\$ 5.622,00 até R\$ 8.433,00) |
| () Até 1 salário mínimo (até R\$ 937,00) | () De 9 a 12 salários mínimos (R\$ 8.433,00 até R\$ 11.244,00) |
| () De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 937,00 até R\$ 2.811,00) | () De 12 a 15 salários mínimos (R\$ 11.244,00 até R\$ 14.055,00) |
| () De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 2.811,00 até R\$ 5.622,00) | () Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.055,00) |

Quantas pessoas dependem dessa renda? _____

Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você? _____

Tem religião? () sim () não Qual? _____ É praticante? () sim () não

2.Dados do companheiro(a) atual

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos
Raça/etnia: _____

Local de nascimento: _____

Endereço atual: _____

Bairro: _____ Cidade/UF: _____

Fone: _____ Celular: _____
Email: _____

Escolaridade: () nenhuma () Ensino Fundamental - ____ série () Ensino Médio - ____ série () Superior () Curso Técnico () Pós-Graduação () Outro

Ainda está estudando? () sim () não

Atualmente está trabalhando? () sim () não () aposentado(a)

Qual sua ocupação: _____ Quantas horas de trabalho/semana? _____

Tem religião? () sim () não Qual? _____ É praticante? () sim () não

Seu companheiro(a) tem outros filhos? () sim () não Quantos? _____
Idades: _____

4.Dados sobre seu filho(a)

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos
Raça/etnia: _____

Local de nascimento: _____

Possui irmãos: () sim () não Quantos: _____ Idade dos irmãos _____

Seu filho frequenta creche/escola: () não () sim, particular () sim, pública

Quantas horas por semana: _____

Seu filho nasceu a termo? () sim () não. Nasceu com ____ semanas

Seu filho tem algum problema de saúde () não () sim.

Qual? _____

ANEXO E

Entrevista sobre interação familiar sem uso de tecnologias

- 1 – O que você considera “não fazer uso” de tecnologias? (Explorar uso de touchscreen e TV)
- 2 – O que motivou você a não permitir que o seu bebê tenha contato com essas tecnologias?
- 3 – Quais tipos de tecnologias você costuma utilizar? (Tablet, celular, televisão, computador...?)
- 4 – Me conta um pouco sobre como é o uso que você faz dessas tecnologias.
- 5 – Por quanto tempo por dia, em média, você faz uso dessas tecnologias? (Explorar rotina)
- 6 – O que você pensa sobre as pessoas fazerem uso dessas tecnologias?
- 7 – O que as pessoas dizem sobre sua opção de não oferecer essas tecnologias ao seu bebê?
- 8 – Em sua opinião, quais as vantagens e desvantagens em usar essas tecnologias com crianças pequenas?
- 9 – Se tiver um(a) companheiro(a): Como é o uso que seu companheiro(a) faz de tecnologias?
- 10 – Se tiver um(a) companheiro(a): Por quanto tempo por dia, em média, ele(a) faz uso dessas tecnologias?
- 11 – Se tiver um(a) companheiro(a): Você conversou sobre isso com seu companheiro(a), antes de fazer esta escolha?
- 12 – Se tiver um(a) companheiro(a): Esta escolha foi um consenso entre vocês, ou ele(a) pensa de outra forma?
- 13 – Se tiver outros filhos: Eles(as) fazem uso de alguma dessas tecnologias? (Se sim) Quais? Como é feito o manejo quanto aos irmãos?
- 14 – Quem são as outras pessoas que te ajudam a cuidar do bebê?
- 15 – Quando elas estão com seu filho(a), essas pessoas respeitam essa tua opção?
- 16 – Como foi feita essa combinação?
- 17 – Se frequentar creche: Como são feitas as combinações em relação ao uso de tecnologias quando seu bebê está na creche?
- 18 – Você recebeu orientações de algum profissional quanto ao uso de tecnologias pelos bebês?
- 19 – Se sim: Quais orientações você recebeu?
- 20 – Quando seu bebê não quer comer/trocar fralda/dormir, o que você costuma fazer?

- 21 – E quando ele(a) faz uma birra, o que você faz?
- 22 – Me conta como foi a última vez que isso aconteceu.
- 23 – O que você faz para distrair seu bebê quando você precisa realizar alguma tarefa? Por exemplo, quando você precisa fazer a janta/tomar banho.
- 24 – E o que você faz para distrair seu bebê em uma viagem de carro (ônibus, carro, avião...), ou em um restaurante, por exemplo?
- 25 – Me conta um pouco sobre as coisas que você costuma fazer com o seu bebê.
- 26 – Me conta um pouco sobre o que vocês costumam fazer durante a semana.
- 27 – E agora me conta um pouquinho sobre o fim de semana.
- 28 – Vocês costumam brincar de alguma coisa?
- 29 – Qual a brincadeira preferida dele(a)?
- 30 – Como você descreveria a personalidade/jeito do seu bebê?
- 31 – Quão obediente ele(a) é?
- 32 – O que você faz quando ele(a) é desobediente ou faz algo que você não queria que ele(a) fizesse?
- 33 – Me conta uma situação em que foi difícil acalmar seu filho(a). O que você precisou fazer para acalmá-lo(a)?
- 34 – Vou te contar uma situação e depois você me diz a sua opinião sobre isso, tá? “Uma vizinha estava em casa com seu filho e precisava terminar uma tarefa do trabalho. Então ela colocou o desenho da Galinha Pintadinha para que seu filho assistisse, enquanto ela fazia sua tarefa.”. O que você acha da atitude da vizinha?
- 35 – Quais alternativas você daria para essa mãe fazer sem ser recorrer à Galinha Pintadinha? E o que você costuma fazer em uma situação parecida?
- 36 – Você pretende que algum dia seu filho(a) tenha acesso às tecnologias? Se sim, com qual idade?
- 37 – Se sim: Em quais momentos você pretende que ele tenha acesso às tecnologias?